



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

TESE DE DOUTORADO

Efeito da ideologia sobre o protesto em países latino-americanos

Daniel Leonel da Rocha

Seropédica - RJ
Fevereiro de 2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EFEITO DA IDEOLOGIA SOBRE O PROTESTO EM PAÍSES
LATINO-AMERICANOS**

DANIEL LEONEL DA ROCHA

Sob a Orientação do Prof. Dr.
Nelson Rojas de Carvalho
e Coorientação do Prof. Dr.
Ednaldo Aparecido Ribeiro

Tese submetida como requisito para
obtenção do grau de **Doutor em Ciências
Sociais**, no Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro.

Seropédica - RJ
Fevereiro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R672e Rocha, Daniel Leonel da, 1984-
 Efeito da ideologia sobre o protesto em países
 latino-americanos / Daniel Leonel da Rocha. - Nova
 Iguaçu, 2024.
 123 f.

Orientador: Nelson Rojas de Carvalho.
Coorientador: Ednaldo Aparecido Ribeiro.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciências
Sociais, 2024.

1. Protesto. 2. Ideologia. 3. Democracia. 4.
América Latina. I. Rojas de Carvalho, Nelson, 1961-,
orient. II. Aparecido Ribeiro, Ednaldo, 1976-,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.
IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANIEL LEONEL DA ROCHA

Tese submetida como requisito para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Comportamento Político e Opinião Pública.

TESE APROVADA EM 07/02/2004

Documento assinado digitalmente
 NELSON ROJAS DE CARVALHO
Data: 08/02/2024 13:16:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Nelson Rojas de Carvalho – UFRRJ (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 MARCO ANTONIO PERRUSO
Data: 14/02/2024 11:40:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Marco Antônio Perruso – UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 EDNALDO APARECIDO RIBEIRO
Data: 14/02/2024 12:05:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro – UEM

Documento assinado digitalmente
 Julian Borba
Data: 14/02/2024 09:47:53-0300
CPF: ***.026.639-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Dr. Julian Borba – UFSC

Documento assinado digitalmente
 LUCIANA FERREIRA TATAGIBA
Data: 09/02/2024 16:57:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Luciana Ferreira Tatagiba – UNICAMP

RESUMO

ROCHA, Daniel Leonel da. **Efeito da ideologia sobre o protesto em países latino-americanos**. 2024. 123p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

O objetivo desta pesquisa é analisar o efeito da ideologia sobre o protesto em países latino-americanos. Em particular, exploramos um ponto frágil nas discussões sobre nosso tema que é o obscurecimento da variável “ideologia” em estudos sobre protestos. A questão analítica que sustenta nossa discussão provém da reserva quanto ao uso da metáfora espacial esquerda x direita como condicionante do protesto. Para tanto, utilizamos os dados do World Values Survey (WVS), que dispõe de pesquisas representativas para 17 países latino-americanos. Adicionalmente, empregamos dados do Varieties of Democracy (V-Dem), do Banco Mundial e do Identifying Ideologues: A Global Dataset on Chief Executives, 1945-2020, com o objetivo de coletar informações sobre o contexto político e econômico desses países. Nossos resultados indicam que a ideologia apresenta um efeito independente sobre o ativismo de protesto e que o contexto político e econômico adverso é propício ao protesto em países latino-americanos. Também encontramos que o protesto da direita é mais ideológico do que da esquerda, pois é mais ativo quando o governo no poder é de oposição.

Palavra-chave: Protesto, Ideologia, América Latina, Participação Política, Democracia

ABSTRACT

ROCHA, Daniel Leonel da. **Effect of ideology on protest in Latin American countries**. 2024. 123p. Thesis (Doctorate in Social Sciences). Institute of Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

The aim of this research is to analyze the effect of ideology on protest in Latin American countries. In particular, we explore a weak point in the discussions on our topic, which is the obscuring of the variable “ideology” in studies on protests. The analytical issue that underpins our discussion stems from our reservations about the use of the left-right spatial metaphor as a conditioner of protest. To this end, we used data from the World Values Survey (WVS), which has representative surveys for 17 Latin American countries. In addition, we used data from the World Bank's Varieties of Democracy (V-Dem) and Identifying Ideologues: A Global Dataset on Chief Executives, 1945-2020, in order to gather information on the political and economic context of these countries. Our results indicate that ideology has an independent effect on protest activism and that the adverse political and economic context is conducive to protest in Latin American countries. We also found that right-wing protest is more ideological than left-wing protest, as it is more active when the government in power is in opposition.

Keyword: Protest, Ideology, Latin America, Political Participation, Democracy

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (**FAPERJ**), processo Nº E-26/200.941/2020, pelo suporte financeiro nestes quatro anos.

Agradeço aos meus orientadores, Nelson Rojas de Carvalho e Ednaldo Aparecido Ribeiro, pelas contribuições em meu trabalho e pela generosidade em dispor de tempo para conversas e parcerias nesse processo.

Agradeço aos demais professores que aceitaram compor minha banca: Julian Borba, Luciana Tatagiba e Marco Antônio Perruso. Suas intervenções são importantíssimas para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço aos colegas do Laboratório de Estudos Políticos e Pesquisas da Metrópole (LEPPEM-UFRRJ), do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL-UEM), Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP-UFSC) e do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA-UFSCAR) pelas trocas e sugestões de leituras.

Agradeço aos meus familiares, em particular a minha mãe, Penha Maria Leonel, e ao meu pai, João Batista da Rocha (in memoriam), por investir em educação e possibilitar que eu pudesse ter as chances de continuar avançando em meus estudos. Agradeço a minha irmã, Daniele Leonel da Rocha, pela parceria e pelas trocas acadêmicas.

Agradeço a minha companheira, Carolina de Andrade Guarnieri, pela paciência, atenção e pelas trocas acadêmicas, com insights importantes para minha pesquisa, particularmente nestes últimos meses. Sem você, eu não teria conseguido.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ) por contribuir com minha formação por meio das aulas e das conversas extraclasse, das parcerias e auxílios financeiros.

Além de agradecer, também dedico essa pesquisa ao meu pai, João Batista da Rocha (in memoriam), a minha mãe, Penha Maria Leonel, a minha irmã, Daniele Leonel da Rocha, a minha companheira, Carolina de Andrade Guarnieri, e a minha filha, Maria Clara Batista de Oliveira Leonel.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: DISCUSSÃO NORMATIVA SOBRE PROTESTOS E IDEOLOGIA	
1.1. Definição de protesto e perfis associados.....	11
1.2. Condicionantes do protesto político.....	12
1.2.1. Condicionantes individuais: o papel dos recursos, das redes de recrutamento e das habilidades cognitivas.....	17
1.2.2. Condicionantes macroestruturais do protesto.....	23
1.2.3. Retomando a variável “ideologia” em estudos sobre protestos.....	26
1.3. Materiais e método.....	32
CAPÍTULO II: PERFIL DO ATIVISTA DE PROTESTO EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS E O PAPEL DO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO.....	
2.1. Perfil do ativista de protestos em países latino-americanos.....	43
2.2. Contexto político e econômico: essas medidas importam?.....	44
2.3. Encaminhamentos de pesquisa.....	55
	61
CAPÍTULO III: TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS EM PAÍSES LATINOAMERICANOS: PERFIL DOS INDIVÍDUOS E DIFERENÇAS ENTRE A ESQUERDA E A DIREITA.....	
3.1. Perfil sociodemográfico da esquerda e da direita latino-americana.....	62
3.2. Distância atitudinal entre esquerda e direita.....	63
3.3. Encaminhamentos de pesquisa.....	71
	80
CAPÍTULO IV: EFEITO DA IDEOLOGIA SOBRE O PROTESTO EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS.....	
4.1. Ideologia e protesto: uma análise dos condicionantes individuais.....	81
4.2. Ideologia e protesto: uma análise dos condicionantes contextuais.....	92
4.3. Estudo de caso: breve panorama sobre ideologia e protesto no Brasil.....	98
4.3.1. Política de conciliação de classes: uma herança das gestões lulistas.....	99
4.3.2. Ideologia e protesto no Brasil: pistas para reflexão.....	102
CONCLUSÃO.....	109
BIBLIOGRAFIA.....	111

INTRODUÇÃO

A década de 2010 pode ser caracterizada pelo alto volume de ativismos de protestos em diversos países latino-americanos. De certo modo, essas ações foram motivadas pela precarização das condições de vida e escândalos de corrupção. Em particular, mencionamos alguns casos recentes como o chileno (2019), críticos ao aumento nas tarifas do metrô; equatoriano (2019), contrários as medidas de austeridade do governo e corte de subsídios aos combustíveis; colombiano (2019/20), críticos da reforma trabalhista e previdenciária; boliviano (2019), descontentes com o processo eleitoral conturbado e renúncia de Evo Morales; e argentino (2019), insatisfeitos com a gestão da economia e alta da inflação. Neste último caso, os cidadãos argentinos elegeram o candidato de extrema direita Javier Milei (2023), com promessa de estabilização da economia.

O cenário latino-americano não se resume aos problemas econômicos. A polarização em períodos eleitorais tornou o cenário político instável, inclusive nas ruas. Esse foi o caso do Brasil com Bolsonaro (2018) e Lula (2022), da Venezuela com a reeleição de Nicolás Maduro (2018), do México com Andrés Manuel López Obrador (2018), representante da esquerda, da Argentina com a derrota de Maurício Macri (2019) e a vitória de Javier Milei (2023), na Bolívia com a renúncia de Evo Morales (2019), e no Peru com cinco presidentes em quatro anos (2018-2022). Com isso, além do perfil ressentido dos protestos da última década, destaco também o viés ideológico dos manifestantes, posicionando-se contra as elites políticas e dividindo-se em extremos: à esquerda e à direita.

Não menos importante, a necessidade de um estudo sobre protestos em países latino-americanos é evidenciada pela lacuna existente nos estudos clássicos, que majoritariamente focaram suas análises em nações do norte global, especialmente Europa e Estados Unidos (Rossi; Von Bülow, 2016). O recorte latino-americano assume importância crucial ao contribuir com novos insights devido ao seu contexto socioeconômico particular. A região é marcada por uma história complexa de desigualdades, instabilidade política e desafios específicos, fatores que frequentemente desencadeiam protestos populares. Compreender essas dinâmicas não apenas amplia a diversidade de casos examinados, mas também enriquece a compreensão geral das dinâmicas de protestos, ao incorporar as especificidades e particularidades que caracterizam os países dessa região.

A partir do contexto latino-americano, o objetivo do nosso estudo é analisar o efeito da ideologia sobre os protestos. Delimitamos como objeto de pesquisa o “ativista de protesto” e o analisamos com aportes da literatura de movimentos sociais e comportamento político. Exploramos um ponto frágil nas discussões sobre nosso tema, a saber, o obscurecimento da variável “ideologia” em estudos sobre protestos (Hank; Johnston, 2005). A questão analítica que sustenta nossa discussão provém da reserva sobre uso da metáfora espacial esquerda x direita como condicionante do protesto. Diante desses apontamentos, nos interessa saber qual o efeito da ideologia sobre o protesto político em países latino-americanos?

Existem estudos sobre movimentos sociais que mapearam os eventos de protestos por meio de registros em jornais ou dados de terceiros, como foi o caso da pesquisa de Eisinger (1973), McCarthy e Zald (1977) e Snow (1980). No Brasil, mencionamos outros estudos que utilizam recursos semelhantes como de Tatagiba (2018) e Tatagiba e Galvão (2019). Em seu conjunto, essa técnica de análise permite catalogar a quantidade de eventos, temas recorrentes, contexto e outras informações que podem ser úteis para o mapeamento dos ciclos de protestos. Outra estratégia, muito utilizada no campo do comportamento político, é analisar o protesto a partir de pesquisas de opinião pública, a exemplo do estudo de Dalton (2010), Ribeiro e Borba (2015), Lavrinenko (2021) e Rocha e Ribeiro (2023). Embora a leitura do “processo político” (Tarrow, 2009) não esteja excluída dessas análises, o interesse principal se volta para o indivíduo que protesta. Nesta tese, seguimos a estratégia desses últimos autores.

A análise de protestos com base em pesquisas de opinião pública tem suas virtudes, mas também apresenta limites. A virtude é de que podemos analisar a conduta do indivíduo e determinar como as atitudes estão relacionadas ao comportamento de protesto. Não obstante, a depender da base de dados utilizada, também podemos fazer estudos comparados, concentrando-nos em regiões específicas ou até análises com dados globais. No nosso caso, utilizamos os dados do World Values Survey (WVS), que dispõe de pesquisas representativas para diversos países do mundo. O limite se refere a restrição das perguntas e as condições em que a entrevista foi realizada. Em especial, a pergunta sobre o protesto efetivo – que fornece nosso objeto de pesquisa – não nos informa qual o protesto que o entrevistado participou, como chegou até o local, quais as redes de contato foram acionadas, nem o porquê protestou. Descrevemos a pergunta como aparece no questionário: “Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se (1) já fez alguma dessas coisas, (2) se poderia vir a fazer ou

(3) se não faria nunca". O item pesquisado é "Participar de manifestações pacíficas". É uma questão objetiva, com uma resposta direta. Como nenhuma pesquisa consegue dar conta de todas as lacunas, assumimos os limites de um estudo a partir de dados de opinião pública, mas também exaltamos as potencialidades dessa estratégia, especialmente porque ela serve ao objetivo dessa pesquisa que é analisar o efeito da ideologia sobre o protesto.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos brevemente as discussões normativas sobre protesto e ideologia, formalizando nossas hipóteses e os procedimentos de análise. No segundo capítulo, discutimos o perfil do ativista de protesto em países latino-americanos e algumas peculiaridades de cada país. Como resultado, identificamos dois tipos de ativistas: o crítico, que não se identifica com rótulos e bandeiras partidárias, e o engajado, que depende da mediação das redes de recrutamento. No terceiro capítulo, analisamos as tendências ideológicas em países latino-americanos. Concluímos que a identificação com a esquerda e com a direita obedece mais aos critérios sociodemográficos do que atitudinais e que existe uma tendência na esquerda para um perfil desengajado e crítico das instituições. No quarto capítulo, testamos o efeito da ideologia sobre o protesto político em duas etapas: na primeira, analisamos os condicionantes individuais, na segunda, os condicionantes macroestruturais. Finalmente, no quinto capítulo realizamos um estudo de caso sobre o Brasil, analisando a relação entre ideologia e protesto nos últimos anos.

Os resultados desta tese evidenciam a importância da ideologia como um determinante do ativismo de protestos, revelando sua influência nas dinâmicas de mobilização política. Nosso principal achado revela que a direita é mais ativa em protestos sob governos de esquerda, enquanto a esquerda protesta independentemente do governo no poder, refletindo uma gama mais ampla de agendas. Cenários de baixo desenvolvimento econômico favorecem o ativismo de esquerda, enquanto contextos adversos em geral incentivam protestos na América Latina, refutando a hipótese de que a abertura política favorece igualmente os protestos de esquerda e direita. Assim, a ideologia emerge como um fator central que molda a propensão e a natureza dos protestos, interagindo com outros elementos contextuais para influenciar o comportamento coletivo, destacando a importância de sua inclusão em modelos explicativos sobre protestos para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de mobilização política na América Latina.

CAPÍTULO I

DISCUSSÃO NORMATIVA SOBRE PROTESTOS E IDEOLOGIA

Neste capítulo, realizamos um breve resumo das discussões teóricas sobre protesto e ideologia. Estamos interessados em demonstrar como recortamos teoricamente nosso objeto de pesquisa e seus condicionantes, além de delimitarmos o uso que faremos da variável “ideologia”. Após esses apontamentos, discutimos os procedimentos de pesquisa, apresentando a base de dados e as técnicas de análise.

Cabe observar que é comum enquadrar o protesto como resultado das contradições sociais (Marx, 2015[1948]), analisando-o a partir chave do “conflito” (Tarrow, 2009[1995]) e do descontentamento (Gurr, 1969; Kurer, 2019). Contudo, quando nosso recorte recai sobre o indivíduo, vislumbramos outras leituras possíveis, tais como as crenças e valores, as atitudes e as emoções. A análise de protestos a partir do recorte individual teve pouca adesão dos estudiosos dos movimentos sociais, ao menos até o início da década de 1980, em razão da carência de dados que contemplassem essa unidade de pesquisa. A evolução dos métodos estatísticos e dos recursos computacionais “facilitaram as tarefas de avaliar e mensurar sistematicamente as causas e os níveis de participação individual em movimentos sociais” (Almeida, 2020, p. 176). Com isso, a análise de protestos se tornou mais robusta, incorporando elementos da psicologia social (Troost; Klandermans; Stekelenburg, 2018) e dos valores que estão associados (Inglehart; Welzel, 2009).

Diz-se o mesmo dos estudos sobre ideologia. A possibilidade de análises comparadas, dos avanços na formulação do questionário de pesquisas de opinião pública e do diálogo entre várias áreas de pesquisa favoreceram uma abordagem multidimensional da ideologia (Malka; Lelkes; Soto, 2019; Frederico; Malka, 2021). Em particular, problematizou-se a forma como os indivíduos se localizam dentro da metáfora espacial, identificando variações entre perfis sociodemográficos e atitudinais, bem como diferenças de significados a depender do contexto político (Mair, 2017). Portanto, não se pergunta se o indivíduo é capaz de identificar-se com alguma ideologia, mas sob que circunstâncias ele professa essa ideologia.

Em resumo, este primeiro capítulo busca situar o leitor dentro da discussão que questiona o papel da ideologia em protestos. Nossos apontamentos se concentram nos aspectos que podem afetar a decisão do indivíduo em protestar e qual o lugar da ideologia

dentro desta dinâmica. Desta forma, dividimos esse capítulo em três seções: nossa definição de protesto, quais seus condicionantes e os procedimentos metodológicos.

1.1. Definição de protesto e perfis associados.

Neste estudo, definimos o protesto como um comportamento individual que confronta as elites políticas (Inglehart; Welzel, 2009; Opp, 2009), de caráter extra institucional (Barnes; Kaase, 1979) e transitório (Fillieule, 1997). Sendo assim, o protesto se diferencia do movimento social, definido como “sequencias de confrontos políticos baseados em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores” (Tarrow, 2009[1995]).

A palavra “protesto” é comumente aplicada à diversas ocasiões em que existe alguma reclamação de uma parte contra outra. Além das queixas, Opp (2009) elenca também as preferências políticas, entendendo que essas duas pré-disposições são equivalentes. Ou seja, a reclamação sobre uma questão pressupõe a preferência por temas de interesse. Existem estudos que incluem também as emoções positivas (Sabucedo; Vilas, 2019), por exemplo, a satisfação de fazer parte de um evento que pode provocar mudanças políticas importantes na história do seu país. Um fato icônico, embora seja controverso, foi a ocupação dos edifícios do Governo Federal no Brasil em 8 de janeiro de 2023, que resultou em depredação dos prédios públicos. O estado de euforia de quase 4 mil manifestantes, vestidos de verde e amarelo e fazendo registros por meio de lives em suas redes sociais, é um exemplo explícito do papel das emoções positivas sobre a mobilização de protestos.

No campo político, o protesto pode ser reconhecido como um recurso acionado por indivíduos para expressar alguma queixa ou preferência. Tilly, Tarrow e McAdam (2009) argumentaram que o protesto “começa quando as pessoas fazem reivindicações coletivas de outras cujos interesses seriam afetados se essas reivindicações fossem atendidas” (p. 11). Casos exemplares foram os protestos críticos da liberalização econômica nos Estados Unidos, conhecido como Occupy Wall Street (Almeida, 2020), os Indignados na Espanha (Portos; Masullo, 2017) e as manifestações de rua que denunciaram as más condições de vida e que contribuíram para queda de regimes autoritários no Oriente Médio e no Norte da África, conhecida como Primavera Árabe.

Na América do Sul, mencionamos os protestos massivos e com impactos no processo eleitoral na década de 2010, a exemplo das manifestações de junho de 2013 no Brasil.

Como ponto de partida, propomos que as queixas ou as preferências políticas são endógenas ao protesto (Troost; Klandermans; Stekelenburg, 2018). Esse fator também é indissociável dos aspectos emocionais e tensões psicológicas que “empurram os indivíduos a participar de ações coletivas” (Almeida, 2020, p. 176). Conforme o estudo clássico de Gurr (1968), as queixas resultariam da frustração de uma expectativa individual de ascensão social. Os protestantes seriam indivíduos que se percebem injustiçados e se mobilizam para reivindicar melhores condições de vida. Kurer (2019) atualiza essa discussão, demonstrando que o descontentamento é resultado do descompasso entre os avanços sociais em termos de políticas de bem-estar e a melhoria das condições de vida.

Numa leitura semelhante, Lipsky (1968) e Turner (1969), ao analisarem as manifestações pelos direitos civis nos Estados Unidos, compreendem que o descontentamento resulta de uma sensação de injustiça que deve ser reparada. Anos depois, Tarrow (2009[1995]) argumentou que o enquadramento da injustiça e das emoções que lhes são associadas conferem significados a raiva e articulam as ideias, as desigualdades e a ação dentro do processo de ação coletiva. Esse argumento é sugestivo de que as crescentes disputas em torno dos valores que são compartilhados, especialmente quando qualificam a injustiça, podem individualizar uma demanda que é coletiva, sendo o enquadramento esse dispositivo que permite o ativista reconhecer uma demanda pública como se fosse sua. Com isso, as queixas e as expectativas se misturam nessa definição de protesto, representando estágios emocionais distintos dentro de uma mesma dinâmica de ação (Opp, 2009).

Como reforça Simmons (2014) não é a piora objetiva das condições de vida que serviriam como gatilhos individuais do protesto, mas se essa piora é percebida e politizada pelos indivíduos e as percepções individuais podem variar conforme o contexto, situações, sentimentos, símbolos e valores. Neste caso, nossa pesquisa se torna oportuna, porque oferece uma oportunidade para analisar as percepções individuais do mundo político e econômico entre diversos contextos. Vale destacar que o contexto latino-americano possui particularidades que nos interessam: de um lado, seu histórico político que oscilou entre regimes autoritários e democráticos; de outro, o conflito entre agendas econômicas – neoliberal e de bem-estar social – que impactou o estilo de vida das pessoas. Sobre esse último ponto, citamos Bellinger e Arce, (2011), Almeida (2014) e Gohn (2014)

como exemplos de pesquisas interessadas na discussão dos efeitos do liberalismo econômico sobre os processos de mobilização social nessa região.

Outro dado importante é a definição do perfil do ativista de protesto. Uma primeira leitura o define a partir das suas características sociodemográficas, muitas vezes restritos a grupos minoritários e dependentes de auxílio de “terceiros” para mediação entre as queixas e o poder público, por exemplo Lipsky (1968) e Turner (1969). Outra leitura se atém aos recursos individuais e ao apoio de organizações profissionais como sindicatos, partidos, e até firmas privadas, demarcando um perfil mais articulado e pragmático, por exemplo MacCarthy e Zald (1973;1977). Merece atenção o viés da teoria da ação coletiva de Olson (2015[1965]), que foi incorporado pelos autores em seus trabalhos, argumentando que o ativista político é capaz de calcular os custos e os benefícios da ação.

Os trabalhos de Orum (1974) e McAdam (1986) enumeram outros atributos individuais, por exemplo, ter ou não ter emprego fixo, ter filhos ou ser casado, que podem servir como moderadores da decisão em protestar. Esses atributos não impactam somente o tempo disponível, mas também as condições existenciais que caracterizam cada ciclo de vida, marcadamente a juventude, a fase adulta e a velhice. Deste modo, considera-se a maneira como cada indivíduo interpreta os problemas políticos a partir do seu contexto existencial.

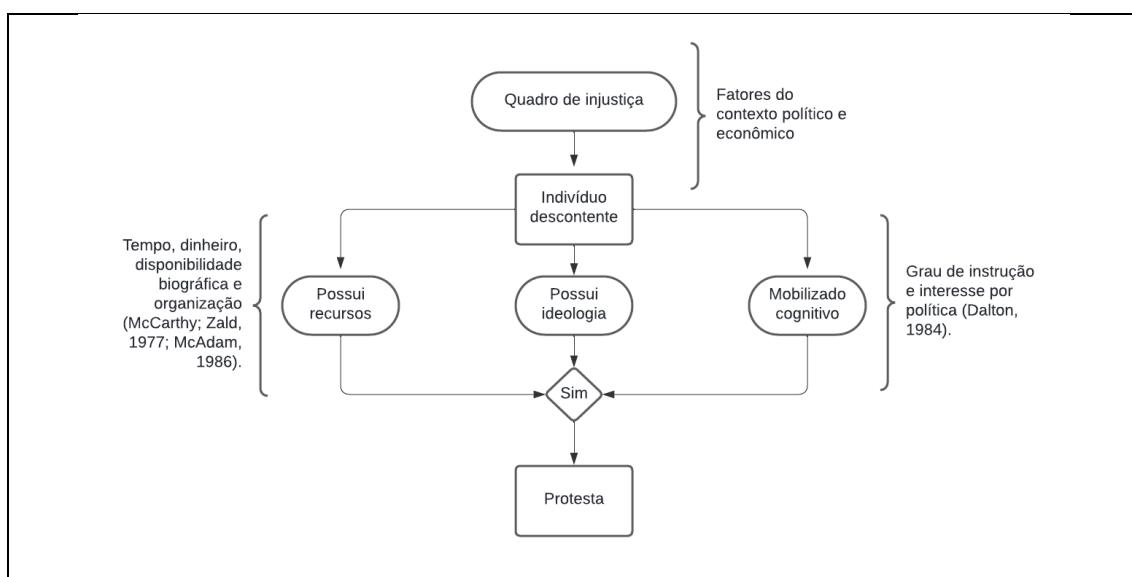
Evidentemente, os fatores circunstanciais que descrevem um determinado ciclo de vida variam o seu efeito sobre o ativismo, conforme as gerações. Isso significa dizer que não só os problemas, mas também a teia de valores que descrevem o “espírito do tempo (Zeitgeist) de uma determinada época” (Weller, 2010, p. 208) são relevantes para compreender os papéis etários que são desempenhados em cada período. Um ensaio seminal de Inglehart (1971) sobre os protestos na França no ano de 1968 captou essa intuição do fator geracional, argumentando que a juventude europeia do pós-guerra reivindicou uma nova trama de demandas sociais, com ênfase nas liberdades civis e políticas, estilo e qualidade de vida. Esses valores, que anos depois foi nomeado por Inglehart como pós-materialistas, seriam representativos do espírito do tempo dessa geração do pós-guerra e estariam correlacionados com a preferência por formas não convencionais de participação política.

A disponibilidade atitudinal (McAdam, 1986), que se refere ao alinhamento entre a crença individual e os valores defendidos pelo grupo, também figura como um atributo individual. Essa dimensão ganha relevância quando existe um histórico de engajamento do indivíduo, de modo que as redes interpessoais das quais ele faz parte reforçam os

vínculos que mantém o grupo unido. Por isso, a disponibilidade atitudinal deve ser lida dentro de um contexto de engajamento em organizações, realçando as atitudes e os valores como conectores da solidariedade grupal. Schlozman, Brady e Verba (2018) deram uma atenção especial a essa dimensão, incluindo as atitudes e os valores dentro do rol de incentivos não materiais da ação política. Como propõe McAdam (1986), esse alinhamento ideológico dentro do grupo fornece um dispositivo de controle moral sobre os indivíduos (“custos de inação”), punindo as abstenções dos militantes engajados, seja com a desfiliação, com o isolamento dentro do grupo e, mais recentemente, com o “cancelamento” virtual.

A mobilização cognitiva, expressa pelo grau de escolarização e interesse por política, figura como último item da nossa lista de atributos individuais. Essa dimensão cognitiva do ativismo político seria responsável pela conversão das informações políticas que foram processadas em ação (Dalton, 1984). Em estudos posteriores, Dalton (2008) postulou uma mudança no tipo de cidadania, que é cognitivamente mobilizada e que ele chamou de crítica, reservada a um perfil de indivíduo indiferente aos rótulos e bandeiras partidárias, crítico das instituições políticas, embora não deixe de apoiar a democracia. Esse perfil priorizaria formas diretas de ação política, como o protesto, mas de maneira individualizada e com bandeiras particulares. Norris (2004), por exemplo, utilizou o termo “mobilizados por causa” para se referir a esse tipo de cidadania direta. Portanto, Dalton (2008) descreve um ativista diferente do militante de McAdam (1986), sendo o primeiro desengajado e o segundo engajado.

Figura 1 – Estrutura teórica do ativismo de protesto



Fica claro que o ativismo de protesto é um fenômeno social e político de caráter multidimensional e que nos últimos anos ele se tornou generalizado na América Latina. Isso porque o ativista pode ser filiado a partidos, movimentos e associações, ou a nenhuma dessas organizações. Não obstante, o perfil do ativista é heterogêneo, variando entre atributos socioeconômicos, biográficos, atitudinais e cognitivos. Talvez o único fator comum é o quadro de injustiça, dado pelo contexto político e econômico, que atua como um catalizador do protesto.

Verba, Schlozman e Brady (2018) reuniu esses diversos fatores em um modelo, ou teoria, onde a tese central defende que o indivíduo participa quando dispõe de recursos, das redes e das habilidades cognitivas. Essa tese prevê que as características de centralidade social – poder e status – são determinantes do perfil do ativista e que a maior ou menor disposição desses fatores contribuem com variações nas formas de participação. Em outras palavras, cada tipo de ação envolve custos, alguns são mais “baratos” e outros são mais “caros”. Ao mesmo tempo, determinadas formas de ação têm impactos mais substantivos ou mais residuais sobre as decisões políticas. Por exemplo, os resultados de um protesto são distintos de uma decisão parlamentar e protestar não é o mesmo que se candidatar a um cargo eletivo. Por isso, os níveis de poder e status social contribuem com formas desiguais de participação política.

Um aspecto menos explorado é a dimensão valorativa do ativismo de protesto, embora já existam contribuições importantes nesse aspecto. Por exemplo, McAdam (1986) defendeu a importância das organizações e dos movimentos para mobilização dos valores que politizam as queixas ou expectativas individuais. Snow et al. (1986), por sua vez, atribuíram grande relevância a configuração das ideias e das atitudes, onde os elementos que as compõem caminhariam juntos de maneira congruente e interdependente. Klandermans (1997) endossa a perspectiva de que o protestante potencial partilharia de uma condição na qual as simpatias pessoais e coletivas estariam alinhadas numa na mesma direção. Portanto, como resume Opp (2009), a dimensão valorativa conferiria ao ativista de protesto o sentido ou significado para engajamento nesse tipo de ação.

Quando observamos os movimentos indígenas na Bolívia, no Equador e no Peru, os movimentos identitários espalhados pela América Latina, até as recentes manifestações de perfil nacionalista e antidemocrático no Brasil, o que nos chama a atenção é a configuração das ideias e das atitudes para o engajamento político. Da mesma maneira

que as queixas, argumentamos que os valores, em particular a ideologia, não estão dissociados do perfil do ativista, como desenhamos na Figura 1.

1.2. Condicionantes do protesto político.

Nesta seção, partimos do pressuposto defendido na seção anterior de que o protesto é um fenômeno multidimensional. Estudos recentes têm avançado sobre esse tema, sugerindo modelos analíticos mais abrangentes. Por exemplo, Dalton (2010) encontrou que os protestos em sociedades industrializadas são influenciados pelos níveis de crescimento econômico e político, fornecendo recursos àqueles que têm demandas. Lavrinenko (2021), argumenta que a análise da interação entre contextos econômicos e políticos e fatores de nível individual seria eficaz para explicação das tendências de protestos. O modelo teórico de Opp (2009) sublinhou a importância de uma análise micro-macro, demonstrando como fatores cognitivos são afetados por aspectos contextuais. Acompanhamos a perspectiva de que fatores de nível individual e do contexto político são determinantes do protesto.

Apresentamos brevemente dois eixos de discussão. O primeiro eixo foi contemplado pelo modelo teórico de Verba, Shlozman e Brady (2018), que considera o papel dos recursos, das redes de recrutamento e das habilidades cognitivas. O segundo eixo se refere ao modelo teórico das Oportunidades Políticas (Eisinger, 1973; Kitschelt, 1986), resumido por Della Porta (1996) como as condições políticas externas para o protesto. Ao fim, propomos que a inclusão da variável “ideologia” fornece caminhos alternativos para explicação das dinâmicas de protestos.

1.2.1. Condicionantes individuais: o papel dos recursos, das redes de recrutamento e das habilidades cognitivas

Atribui-se a McCarthy e Zald (1973;1977) a tese de que a posse de recursos é determinante para o engajamento individual¹. Existe dois recortes importantes no argumento dos autores. O primeiro é o que eles definem como recursos discricionários:

¹ Com exceção do trabalho de McCarthy e Zald (1977) que é estritamente teórico, outros estudos clássicos citados possuem recortes empíricos como de Eisinger (1973) que analisa a incidência de protestos com base em artigos de jornais de 43 cidades americanas e de McCarthy e Zald (1973) que aproveitam os dados publicados no livro de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1964), no artigo Herbert Hyman e Charles Wright (1971) e dados censitários dos EUA.

dinheiro, tempo e habilidades cognitivas. O segundo é a estrutura de mobilização de recursos, dada pelas organizações que podem ser públicas e privadas. Nesta seção, nos interessa o primeiro recorte. É importante ressaltar que a tese da mobilização de recursos foi estruturada como uma crítica da perspectiva do descontentamento de Gurr (1969). A proposta defende que o descontentamento só se converteria em protestos se houvesse recursos.

A primeira versão da teoria da mobilização de recursos trouxe muitos elementos da teoria da ação coletiva de Olson (2015[1965]), especialmente a ideia de que os indivíduos seriam racionais e auto interessados. Isso significa dizer que o engajamento individual dependeria de um cálculo que analisaria os custos e benefícios da ação. Neste caso, dispor de recursos como tempo, dinheiro e habilidades cognitivas, contribuiria com a redução nos custos de engajamento. Desse modo, o recurso seria tudo aquilo que pode ser utilizado para atingir algum fim e que pode ser controlado por indivíduos ou grupo de indivíduos (Opp, 2009). Ao mesmo tempo, interessa saber quais benefícios podem ser alcançados e se o engajamento faz diferença para aquisição desses benefícios. Ou seja, se o engajamento não provoca alterações nos resultados da ação, então seria mais “barato” não se engajar. Por isso, o engajamento individual também dependeria de ganhos imediatos (incentivos seletivos). Por exemplo, quando a filiação a um sindicato garante o uso de espaço recreativo dentro de um clube ou descontos em serviços como assessoria jurídica e de contabilidade.

A visão utilitarista da ação coletiva foi criticada em estudos de Klandermans (1984) e Stekelenburg e Klandermans (2013), particularmente a ausência de uma abordagem que considere a motivação individual para ação política. Na versão proposta por esses autores, admite-se que a expectativa do indivíduo, mensurada pela utilidade ou valorização das consequências comportamentais, tem um impacto positivo sobre o engajamento em movimentos sociais e protestos. Valoriza-se, com isso, as queixas, eficácia, identificação, emoções e inserção social, como fatores individuais do engajamento.

De todo modo, as variáveis “tempo”, “dinheiro” e “habilidades cognitivas” não saíram do radar dos estudos sobre engajamento e participação política. Verba, Shlozman e Brady (2018) fazem uma importante contribuição sobre esse recorte, argumentando que cada item desse pode estar mais ou menos associado com tipos de diferentes de ação política. Por exemplo, uma atividade de doação para campanha é realizada por quem dispõe de dinheiro. Votar, realizar um trabalho voluntário e protestar requer tempo

disponível. Por isso, o portfólio de recursos requisitado depende do tipo de ação em que se está engajado.

O que se problematiza é a distribuição desigual desses recursos, seja em clivagens demográficas, seja pelas “circunstâncias da vida” (Verba; Shlozman; Brady, 2018, p. 53). Em outras palavras, existem diferenças de poder e status social entre homens e mulheres, brancos e não brancos, velhos, adultos e jovens. Ao mesmo tempo, ter filhos e o status matrimonial têm impactos sobre o tempo disponível e esse impacto tem implicações distintas para homens e mulheres. Portanto, não basta ter tempo e dinheiro, também pesa sobre o engajamento político as condições sociodemográficas e circunstanciais da vida que favorecem uns em detrimento de outros.

A relação entre a renda, o trabalho e a escolarização têm impactos sobre a mobilização de recursos individuais. Primeiro porque mais educação significaria melhor formação, contribuindo com inserções laborais em cargos mais vantajosos, resultando em maior renda. Dependendo do tipo de trabalho, home office, por exemplo, mais educação também pode contribuir com mais tempo disponível, mas isso não é uma regra. Segundo porque as instituições “escola” e “trabalho” são lugares para formação de grupos, clubes, associações, que se convertem em escolas de cívismo. Sobre esse ponto, vale recuperar os trabalhos de Fuks (2011, 2012, 2014), Gonçalves e Casalecchi (2013), Sampaio e Siqueira (2013), Barros e Martins (2017, 2018) que analisaram os efeitos do parlamento jovem e da socialização “família x escola” sobre o engajamento e conhecimento político. As habilidades cívicas resultariam desses processos de socialização.

Os níveis de instrução também contribuem com maior aptidão para processamento das informações políticas. Nem tanto a quantidade de anos de estudo, mas o ambiente universitário se configura como um lugar plural de convivência, que instiga o debate e o conhecimento científico. Sobre esse aspecto, seria interessante comparar grupos de indivíduos que obtiveram seus diplomas em universidades públicas e privadas, bem como em cursos presenciais ou Ead, e verificar as diferenças em termos de engajamento político. Ou seja, a variável “educação” sofre de particularidades – se pública ou privada, se presencial ou Ead – que não puderam ser exploradas em nossa pesquisa.

As desigualdades sociodemográficas também contribuem com diferenças no acesso à educação. O histórico latino-americano de desigualdades sociais de cor e de gênero reservou à uma pequena parcela da população o privilégio da instrução. Em 2012 o Brasil institucionalizou uma política de cotas em universidades, com objetivo de reduzir a desigualdades de acesso para estudantes de escolas públicas, pessoas com deficiência e

autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Existem iniciativas semelhantes em outros países latino-americanos como Argentina, Colômbia, Chile e Uruguai, mas ainda não se tornou uma política prevista numa lei nacional. O fato é que as desigualdades de acesso à educação também têm implicações no engajamento político.

Com isso, retomamos o argumento: a posse de recursos está associada com mais engajamento político e existe variação no grau de importância dos recursos a depender do tipo de ação política. Essa hipótese foi confirmada no estudo de Rocha e Ribeiro (2023) para o caso latino-americano. Esses recursos são distribuídos de maneira desigual, significando que o engajamento de maior intensidade está reservado a um recorte sociodemográfico específico. No nosso caso, estamos analisando o comportamento de protesto e esse argumento postula que os homens brancos, com maior tempo, renda e escolaridade, protestam mais.

Contudo, apesar desses recursos, as questões políticas em disputa também motivariam o engajamento individual? Por exemplo, os temas sobre direitos reprodutivos, identidade de gênero, reconhecimento legal do casamento e adoção por casais homoafetivos, afetariam os grupos de maneira diferenciada a depender do seu recorte sociodemográfico? Em outras palavras, o componente atitudinal contribuiria com diferenças no engajamento político, independente dos recursos disponíveis? Em resumo, a crença é um condicionante do engajamento?

O estudo seminal de McAdam (1986), que analisa o processo de mobilização da comunidade negra para o aumento do registro e participação nas eleições no Mississipi em 1964, traz insights importantes aos nossos apontamentos. Esse tipo de mobilização foi considerado de alto risco, porque neste período a região do Mississipi contava com grupos supremacistas da Ku Klux Klan. O projeto Freedom Summer mobilizou voluntários que vinham de outra região para auxiliar com esclarecimento sobre o processo eleitoral e a importância do voto nas eleições no Mississipi em 1964. A expectativa era de que a vitória de candidatos negros nesta região poderia amenizar o contexto de exclusão e violência contra a comunidade negra. O interesse de McAdam é saber por que um indivíduo se voluntaria enquanto o outro permanece inativo. A proposição do autor é de que a identificação do indivíduo com a causa do movimento, considerando os custos de ação, o torna disponível para ser recrutado.

McAdam (1986) distingue dois tipos de ativismos: de baixo risco/custo e alto risco/custo. Por risco, o autor entende qualquer tipo de violência potencial esperada, e por custo, todo tipo de compromisso que o impeça de participar como voluntário, por

exemplo, ter emprego fixo, ter filhos, ser casado (disponibilidade biográfica). O argumento é de que a disponibilidade para o recrutamento depende da percepção subjetiva do risco/custo de ação. Sendo assim, se assume que o indivíduo que participa em atividades de baixo risco/custo não participa necessariamente em atividades de alto risco/custo. O que separa um tipo de ativista do outro é a intensidade da identificação com a causa do movimento. E para definir a intensidade da identificação, o autor enumera três condições: (1) se o indivíduo é filiado a alguma organização ou não; (2) a existência de atividades anteriores na luta por direitos civis ou não; e (3) se existem laços com outros ativistas ou não. Com isso, assumimos que os riscos/custos de ação afetam de maneira distinta a disponibilidade para o recrutamento e que a identificação com a causa do movimento é mais significativa em ações de alto risco/custo.

A perspectiva da disponibilidade atitudinal propõe que uma norma de participação é ativada. Como a intensidade de identificação depende da filiação a alguma organização, das atividades pregressas e dos laços com outros ativistas, afirma-se que quanto mais intensa for a identificação, maiores são os custos de inação (essa é a norma de participação). Em certa medida, McAdam (1986) assume que existe uma correlação positiva entre afinidade atitudinal e a filiação ao movimento ou o vínculo com ativistas do movimento. Esse argumento atualiza a proposta da McCarthy e Zald (1973;1977), defendendo que as recompensas esperadas pela participação não são só econômicas, elas também são morais.

Vale ressaltar que o objetivo comum, fortalecido pela dimensão atitudinal, contribui com a construção de uma identidade coletiva, porque se caracteriza pelo compartilhamento de quadros cognitivos comuns e pela interação entre os indivíduos (Melucci, 1988). Klandermans (1992) segue na mesma direção ao defender que a identidade coletiva é dada quando existe uma visão de grupo compartilhada e que pode ser fortalecida quando existem experiências de ativismos anteriores (Polleta; Jasper, 2001). Além dos quadros cognitivos comuns, Schussman e Soule (2005), Beyerlein e Hipp (2006) e Almeida (2020) também consideram que as características sociodemográficas podem contribuir com o reconhecimento de pertença a um grupo. Por exemplo, citamos o movimento Black Lives Matter, nos Estados Unidos, que mobilizou diversos protestos contra o racismo e a violência policial no ano de 2020, e os estudantes que se mobilizaram em favor do controle de armas em 2018.

A questão racial e do armamento são temas sensíveis entre os estadunidenses e afetam especialmente os negros e os jovens. Outros temas como a legalização do aborto,

a violência doméstica, as desigualdades salariais entre gêneros, afetam diretamente as mulheres em diversos países. Nestes casos, a identificação com um grupo (Opp, 2009), que contribui com a percepção de um “nós” (Melucci, 1988), pode estar associada com um aumento nas chances de protestar (Klandermans, 1992; Kelly; Breinlinger, 1996; Stürmer; Simon, 2004). Desse modo, e retomando o argumento anterior: os recursos importam, mas eles interagem com disposições atitudinais.

Além de ativar uma norma de participação, a identificação também ativa a percepção de sucesso do movimento. Ou seja, se a intensidade de identificação depende da filiação a alguma organização, das atividades pregressas e dos laços com outros ativistas, esperamos que esse mesmo indivíduo tenha uma percepção positiva sobre o sucesso do movimento. A análise de McAdam (1986) sobre o projeto Freedom Summer foi contundente: um indivíduo que não se identifica com a causa, que não está integrado em redes de participação e que não acredita no sucesso do movimento, não teria incentivos morais para se expor a violência praticada por grupos supremacistas da região do Mississipi em 1964.

De fato, como escrevem Verba, Shlozman e Brady (2018), as organizações atuam como canais da voz política. Contudo, seu papel quase sempre é ambíguo porque, embora seja um canal de expressão da voz, essa voz nem sempre é representativa do coletivo. As organizações não são expressões de um único indivíduo, mas de um conjunto de interesses reunidos. Invariavelmente podem existir interesses sobrepostos, por exemplo, emprego e renda pode se sobrepor ao tema da desigualdade de gênero. Por isso, as organizações podem contribuir com a redução dos custos de participação, mas também podem fortalecer as desigualdades de expressão de voz política.

Ainda assim, diversos estudos têm encontrado um declínio do engajamento tradicional (Inglehart; Welzel, 2009). Esse dado pode ser revelador de um distanciamento das organizações por parte dos indivíduos, com impactos sobre o ativismo político. Esses indivíduos desapegados das vias institucionais de participação, expressariam sua voz política de maneira independente e individualizada. O trabalho de Dalton (1984) segue nesta direção, ao afirmar que os indivíduos cognitivamente mobilizados dispõem de “competências e recursos necessários para agir politicamente, sem a mediação de terceiros” (DALTON, 1984, p. 267). A proposição é de que os indivíduos mais escolarizados (competência) e interessados por política (envolvimento político) são mais autônomos em suas escolhas.

Dalton (1984) verifica que a mobilização cognitiva é mais intensa entre os jovens, assumindo que existe um componente geracional dentro desse perfil. O argumento geral é que em sociedades industrializadas, onde o crescimento econômico e abertura política são contínuos, o maior acesso à educação entre os públicos mais jovens tenha como consequência uma mudança gradual na natureza da participação política, sendo esses públicos mais críticos dos partidos e das instituições políticas. Em estudo mais recente, Dalton (2008) retoma essa discussão, reforçando que o aumento da mobilização cognitiva entre os indivíduos estaria sendo responsável por uma mudança na forma como se vive a cidadania. As atitudes indiferentes aos rótulos e bandeiras partidárias e a opção por formas diretas de participação seria um dos sintomas dessa mudança.

Inglehart e Welzel (2009) acompanham parcialmente a tendência descrita por Dalton, argumentando que a escolaridade e o interesse por política são coadjuvantes neste processo. Para os autores, a melhoria das condições de vida, que dispensaria o indivíduo das preocupações imediatas com a segurança física, ativaría uma postura que está orientada para temas sobre qualidade de vida, ampliação de liberdades individuais e igualdade de direitos, além de superestimar a percepção subjetiva sobre a eficácia da ação política. Em razão disso, o que se coloca é a mudança dos valores subjetivos com base na melhoria das condições de vida, aspecto que extrapola o recorte cognitivo do cidadão crítico. De todo modo, essas hipóteses não são concorrentes, mas complementares.

Em resumo, o que nossa discussão propõe é que a posse de recursos e a mobilização cognitiva estão associados com disposições atitudinais mais fortes entre os ativistas de protesto. Contudo, o cidadão crítico de Dalton (2008) ou pós-materialista de Inglehart e Welzel (2009) estaria menos engajado organizações políticas. Em outras palavras, o cidadão crítico estaria emancipado das normas morais que condicionam o ativismo dos filiados a algum sindicato ou partido. Com isso, nossa discussão prevê dois tipos de ativismo de protesto: um que é mais engajado e outro mais desengajado. O fator comum nestes ativismos é a disposição atitudinal que mantém o indivíduo fiel a causa do movimento.

1.2.2. Condicionantes macroestruturais do protesto

Dentro da nossa estrutura teórica (Figura 1), existem alguns fatores econômicos e políticos que fornecem oportunidades e restrições ao ativismo político. A discussão sobre os fatores macroestruturais que criam ambientes favoráveis ao protesto político tem como

primeira referência o trabalho de Eisinger (1973). O argumento é de que as estruturas de oportunidades geram expectativas que, quando frustradas, convertem-se em descontentamento. O protesto resultaria da frustração das expectativas criadas por um ambiente político favorável. Em outras palavras, quando há um descompasso entre avanços institucionais e o atendimento das demandas individuais, as expectativas frustradas se converteriam em descontentamento, sendo combustível para mobilização de protestos. Nos termos de Tarrow (2009), essa dinâmica é característica do quadro da injustiça que motiva o ativista ao engajamento em alguma causa.

Trabalhos posteriores propõem que determinados contextos institucionais criam redes de oportunidades e restrições à participação (Tarrow, 2009[1995]; Rothstein, 2001). Por exemplo, o estudo de Abers, Serafim e Tatagiba (2015) sobre o caso brasileiro revela que, após a eleição de Lula em 2002, observou-se um novo contexto institucional. Conforme o registro das autoras, pela primeira vez lideranças de movimentos e sindicatos ocuparam cargos no governo federal, construindo novas formas de negociação. Esse contexto de proximidade entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil e o Estado ampliou o portfólio de técnicas e práticas utilizadas por esses atores políticos para proposição de demandas. O dado trazido pelas autoras ilustra bem a ideia de que determinados contextos institucionais criam redes de oportunidades e restrições à participação.

Kitschelt (1986), num estudo que comparou quatro países, já havia constatado que as particularidades de cada contexto institucional contribuem com variações nos níveis de participação política. O autor defende a tese de que, além do processo de abertura política, a percepção das oportunidades e os prováveis benefícios proporcionados por políticas públicas também devem ser avaliados. Aqui temos um processo em dois movimentos: a permeabilidade das instituições políticas às demandas sociais e a consolidação das políticas públicas que resultaram da mobilização social. Portanto, o contexto institucional definiria um leque de prováveis atividades de protesto, dependendo da permeabilidade das instituições para recepção de demandas sociais, e facilitaria ou impediria a implementação de políticas públicas, que abririam novos canais de participação, respondendo as demandas sociais e modificando as estruturas que impedem o acesso e participação da sociedade civil nas decisões que são de interesse coletivo.

Como contraponto, no argumento de Rennó (2003), a avaliação positiva do papel institucional sobre os níveis de participação concorre com outra leitura que defende a importância dos níveis capital social para qualidade do engajamento cívico entre os

indivíduos (Putnam, 1996). Essa tese prevê efeitos perversos na cultura cívica, quando a participação política é introduzida formalmente pelo Estado, sem que haja uma cultura política de participação. Contudo, conforme Rennó (2003), o contexto institucional pode ser eficaz na delimitação dos mecanismos que permitem os indivíduos expressarem suas demandas. Observado dessa maneira, o contexto institucional favorável compensaria a escassez de capital social, garantindo formalmente um ambiente previsível de mecanismos de participação.

Novamente citamos o caso brasileiro a partir das leituras da teoria social, que defende uma herança cultural patrimonialista, insolidária (Viana, 1973), familista, privatista (Duarte, 1939), em que prevalecem as relações impessoais no lugar da racionalidade burocrática, própria do Estado moderno (Holanda, 1936). A ausência de uma vida cívica, nos termos de Putnam (1996), condenaria o cidadão brasileiro a uma cultura política paroquial, de sujeição ao poder político local. Porém, essa condição sofreu mudanças substantivas já no contexto da ditadura, com a mobilização de diversos setores da esquerda. Após o processo de abertura democrática na década de 1980, houve uma mudança nos padrões de participação, desde a garantia do voto até a organização de conselhos e orçamento participativo. Neste breve relato, reforçamos o argumento de que, apesar do baixo estoque de capital social (nos termos de Putnam), o contexto institucional pós redemocratização contribuiu com a formação de novas redes de engajamento.

Se ampliarmos o mesmo argumento para o contexto latino-americano, esperaríamos encontrar a mesma taxa de crescimento na participação após o processo de redemocratização nesses países. Ou seja, a longevidade da democracia seria um fator determinante para o aprimoramento dos mecanismos de participação. Contudo, como destacou o último relatório do *Varieties of Democracy* (Coppedge et al., 2023), a democracia latino-americana sofreu um revés, com impacto nos avanços institucionais dos últimos trinta anos. Mesmo assim, a mudança no contexto institucional não se traduziu em menos engajamento político. A década de 2010 conheceu diversos ciclos de protestos, cenário que realçou o protagonismo da sociedade civil em formas de ação direta. Não obstante, os ciclos de crise econômica e os escândalos de corrupção atentaram contra a lisura do sistema democrático, colocando em suspenso a credibilidade as instituições. Nesta direção, talvez não seja necessariamente o tempo de democracia que deve ser considerado, mas a qualidade do seu funcionamento.

Inglehart e Welzel (2009), por exemplo, propõem que a variável contextual deve considerar os níveis de abertura democrática – aqui ele considera os valores de liberdade

e igualdade, próprios da democracia liberal – e os indicadores de corrupção institucional. Na visão dos autores, a combinação desses dois fatores constrói um índice mais realista para mensurar o papel do contexto sobre os níveis de participação. E, retomando o argumento clássico, essa variável consegue captar o descompasso entre avanços institucionais e o atendimento das demandas individuais, já que os níveis de corrupção escancaram o descompromisso dos agentes eleitos com a provisão dos bens públicos em detrimento de interesses pessoais.

McAdam (1997) procura sintetizar a discussão sobre o papel do contexto institucional em quatro dimensões: esse argumento deve considerar o contexto de abertura política, a estabilidade de alinhamento da elite, as mudanças no apoio aos movimentos organizados da sociedade civil e a propensão estatal para repressão. Em nossa pesquisa, temos a possibilidade de contemplar duas dessas dimensões: os níveis de abertura e as mudanças no apoio aos movimentos. Sobre a primeira dimensão, dispomos de dados sobre 17 países latino-americanos que nos permitiu captar momentos diferentes nos últimos trinta anos. Com isso, podemos analisar as variações nos níveis de abertura política, sob uma perspectiva comparada. Sobre a segunda dimensão, podemos classificar a orientação do governo – esquerda, centro ou direita – e verificar como cada período afetou os níveis de engajamento político em protestos.

Em nossa discussão, não tratamos o contexto político somente como um fator externo ao indivíduo, mas também o entendemos como um cenário de oportunidades e restrições à participação que varia conforme a percepção do ativista político. Partimos do pressuposto de que os ambientes favoráveis são àqueles com maior garantia de liberdades individuais e igualdade de direitos. Neste sentido, a corrupção institucional e a orientação ideológica do governo podem ter um efeito corrosivo destas garantias, ao passo que oferece motivos para uma postura crítica dos indivíduos em relação às instituições políticas.

1.2.3. Retomando a variável “ideologia” em estudos sobre protestos.

Nas discussões precedentes, registramos que a dimensão das atitudes e dos valores sempre esteve presente, embora não tenha sido nomeada explicitamente como “ideologia”. Essa é uma queixa de Hank e Johnston (2005), ao argumentarem que a ideologia permaneceu obscurecida ou pouco desenvolvida na literatura sobre movimentos sociais e protestos. E mesmo quando recebeu alguma atenção, a ideologia foi tomada como sinônimo de enquadramento interpretativo (Snow; Benford, 1988), associação que

esvaziou a potencialidade do termo em estudos sobre protestos. O motivo desse pessimismo é que o enquadramento não tem a teoria social elaborada e sistemas normativos e de valores, como é o caso da ideologia enquanto categoria. Antes, é um significante que aponta para uma categoria geral de instâncias socialmente reconhecidas (Hank; Johnston, 2005).

Os últimos 10 anos provocaram a academia sobre o papel da ideologia em análises de protestos. No Brasil, por exemplo, Singer (2013) analisou as manifestações de junho de 2013 sob a ótica da classe e da ideologia, identificando uma nova esquerda, “em sintonia com aquela do Occupy Wall Street norte-americano e dos Indignados espanhóis”, um “centro pós-materialista” e uma direita “que pretendeu desencadear uma pressão regressiva em relação ao campo popular que está no governo com o lulismo desde 2003” (p. 32-33). Para o autor, já estava presente uma atitude reativa contra o governo no poder e insatisfeita com os rumos econômicos do país.

Em outros países latino-americanos, as candidaturas conservadoras ganharam destaque, encontrando forte apoio de um eleitorado interessado numa virada ideológica em seus países. Foi assim na Argentina com Maurício Macri em 2015 e com Javier Milei em 2023; na Bolívia com Jeanine Áñez em 2019 e Daniel Noboa em 2023; no Chile com Sebastián Piñera em 2018; na Colômbia com Iván Duque em 2018; em El Salvador com Nayib Bukele em 2019 e no Uruguai com Luis Alberto Lacalle Pou em 2020, só para citar alguns casos. Essas vitórias foram celebradas nas ruas, arena que também foi instrumentalizada pela direita para mobilizar seguimentos sociais descontentes com as gestões da esquerda.

Nossa pesquisa busca resgatar o uso da variável “ideologia” em explicações sobre o ativismo de protesto, além de recortar a dimensão individual desse fenômeno político, pretendendo contribuir com a literatura sobre movimentos sociais. De fato, o que faltou nos estudos sobre movimentos sociais, foi abundante nos estudos sobre partidos, voto e comportamento político. É usual, nesta literatura, definir a ideologia como uma estrutura ou modelo mental socialmente compartilhado (Frederico; Malka, 2021; Brandt & Sleegers, 2021) e que pode ser reforçado pelas elites políticas (Jost et. al, 2013). Os rótulos ideológicos esquerda x direita funcionariam como heurísticas que resumem um conjunto de temas latentes na opinião pública (Brady; Sniderman, 1985), auxiliando os indivíduos em suas decisões políticas. Nesta direção, a ideologia atuaria como uma dimensão organizadora das crenças individuais (Conover; Fildman, 1981; Lafferty; Knutsen, 2009), constituindo-se enquanto identidade coletiva.

Organizamos ao menos duas perspectivas básicas, já presentes nas pesquisas clássicas sobre a decisão do voto, da definição do termo “ideologia”: uma trabalha com a dimensão individual e outra trabalha com a dimensão contextual. Essas perspectivas, no seu conjunto, procuram dar uma resposta para questão sobre se os indivíduos tomam decisões políticas orientados ideologicamente. A primeira chave de leitura, que considera a dimensão do indivíduo, pode ser elaborada a partir dos argumentos de Lazarsfeld, Berelson e Helzel (1968[1943]), Downs (1957), Converse (1960) e Campbell (1960). Com esses autores, expomos resumidamente duas ênfases teóricas: a psicológica e a sociológica. Na perspectiva Campbell (1960), essas duas ênfases abordam o mesmo problema – se o indivíduo vai votar e em quem vai votar –, mas em diferentes níveis. Na dimensão psicológica, trabalhamos com valores, crenças e atitudes, e na dimensão sociológica, mapeamos os atributos do indivíduo como traços socioeconômicos, demográficos, confessionais e étnicos. O desafio analítico está em compreender se os fatores psicológicos e sociológicos estão correlacionados e definir como esses fatores afetam a decisão do indivíduo.

Na obra *The American Voter* (1960), Campbell propõe uma teoria que ficou conhecida pela proposição do “funil de causalidade”. Nesta teoria, os fatores psicológicos e sociológicos estão elencados como se fossem cadeias de eventos que atuam na formação da decisão do indivíduo. Sendo assim, propõe-se que a decisão começa com o que o autor chamou de adesão a uma “identidade social”, baseada em distinções atributivas (dimensão sociológica). Aqui vale uma menção às contribuições de Lazarsfeld, Berelson e Helzel (1968[1943]). Os autores trabalham com a seguinte questão: a estratificação social se reflete nas atitudes em relação a temas sociais e econômicos? A resposta para essa pergunta depende da compreensão de dois fatores: o primeiro é o interesse nas eleições – que também pode ser o interesse em votar ou interesse por política; e o segundo é o que ele chama de “pressões cruzadas”, sendo este último característico do argumento da dimensão sociológica.

Lazarsfeld, Berelson e Helzel (1968[1943]) assumem que indivíduos interessados nas questões que envolvem as eleições e nas propostas dos candidatos, participam mais de eventos eleitorais (votam) e conversam mais sobre política (engajamento). A partir de uma pesquisa em painel, os autores verificam que os indivíduos interessados decidem seu voto mais cedo e tendem a não mudar seu voto. O perfil dos eleitores “interessados” é caracterizado por indivíduos que vivem em áreas urbanas, do sexo masculino e com mais idade, apresentam níveis mais elevados de educação e melhor status socioeconômico.

O segundo fator, nomeado de “pressões cruzadas”, se refere a quadros que aumentam a indecisão do eleitor. Lazarsfeld et al (1968[1943]) verificaram que os eleitores dos EUA, na década de 1940, poderiam ser classificados entre democratas e republicanos a partir de critérios de renda e ocupação, religião e local de residência (urbano ou rural). Uma pressão cruzada seria quando houvesse contradições dentro desses perfis. Lazarsfeld et al (1968[1943]) construíram um quadro com ao menos seis tipos de pressões cruzadas: (1) religião e renda: protestantes pobres, por exemplo. No contexto das eleições de 1940 nos EUA, os mais pobres tendiam a votar no candidato democrata. Contudo, os protestantes tinham uma preferência por candidatos republicanos. Assim, ser protestante e pobre seria um tipo de pressão cruzada. Em resumo, as pressões cruzadas aumentam o desinteresse e a indecisão, porque reduz a capacidade do eleitor em determinar qual candidato trará mais benefício. Quando as pressões cruzadas são altas, o número de não resposta em pesquisa de intenção de voto e abstenção no dia das eleições tende a aumentar.

Retornando a proposta teórica de Campbell et al (1960), observamos uma outra etapa dentro da cadeia de eventos: a percepção dos objetos e acontecimentos do mundo político. Os autores, já na década de 1960, afirmam que a percepção dos objetos e acontecimentos do mundo político pode orientar o comportamento dos indivíduos (no caso do estudo deles, o voto). Essa percepção depende do nível de conhecimento sobre o objeto em questão, da intensidade de sentimento que esse objeto desperta e se existe um compartilhamento desse sentimento com outros indivíduos. Ao somatório dessas três disposições atribuiu-se o nome de “familiaridade” ou “proximidade” com o objeto ou acontecimento do mundo político.

A familiaridade ou proximidade é o primeiro estágio do processo de “tradução política” que é a transformação de temas que ainda não foram politizados, externos ao indivíduo, em temas políticos do interesse do indivíduo. A dimensão cognitiva, que tem como sua proxy o grau de instrução, é fundamental neste primeiro estágio, por que afeta a qualidade do conhecimento sobre os temas políticos. Assume-se, com isso, que indivíduos mais instruídos são mais capazes de processar informações políticas. O segundo estágio é avaliativo: ele atribui o grau de importância ao tema em questão – atitude que também considera a intensidade de afeto (sentimento) – e a viabilidade de resolução do problema. Ou seja, os objetos e acontecimentos do mundo político só mobilizam o comportamento do indivíduo se eles são importantes e se são viáveis. Sendo assim, o processo de tradução política depende da familiaridade ou proximidade com o

objeto político, da sua importância e da sua viabilidade. Segundo Campbell et al (1960), a dimensão cognitiva (conteúdo) e avaliativa (valores) atua nesse processo.

Ainda sobre a percepção dos objetos e acontecimentos do mundo político, podemos incluir mais duas contribuições. Na primeira, temos a ideologia como uma categoria ou rótulo que é capaz de oferecer uma visão coerente do mundo (Converse, 1960). A ideologia, neste sentido, é definida como uma estrutura de atitudes, porque comprehende um conjunto de crenças que estão associadas pelo “constrangimento” ou “interdependência funcional”. Isso significa que uma mudança valorativa sobre alguma crença implica numa mudança valorativa na mesma direção em outras crenças que estavam associadas, construindo uma mesma estrutura que seja internamente consistente. A aptidão ou habilidade em sistematizar esse conjunto de crenças e ao mesmo tempo operar dentro dos constrangimentos que são próprios dessa estrutura depende do grau de instrução do indivíduo. A proposição é de que indivíduos mais instruídos são mais consistentes ideologicamente.

Na segunda contribuição, temos o partido político que pode ser utilizado pelo indivíduo como um “atalho informacional” na tomada de decisão (DOWNS, 1957). Segundo Downs (1957), os indivíduos associam as posições partidárias as suas próprias posições e, por isso, o partido atua como um atalho cognitivo. Por sua vez, a “imobilidade ideológica” que impede o partido de mudar constantemente seu programa, sob pena de perda de votos, garante uma orientação mais ou menos previsível que pode ser acionada pelos indivíduos. O rótulo ideológico, neste caso, funcionaria como uma janela de temas que ajudaria na diferenciação dos partidos. Uma chave de leitura importante para compreender a proposição de Downs (1957) é a noção de “interesse próprio”. As decisões resultam do cálculo individual dos custos e benefícios da ação, construindo a percepção dos prováveis ganhos que resultam da decisão individual. A ideologia, neste sentido, refletiria esses interesses e, conforme a proposição do autor, o partido político resume um conjunto de interesses que facilita o posicionamento individual.

Um problema que foi identificado nos estudos dessa primeira geração é que a qualidade e a consistência das percepções individuais são maiores entre indivíduos mais instruídos e interessados por política. Esse perfil de indivíduos vive em áreas urbanas, são mais instruídos, majoritariamente homens e mais velhos, ou seja, um perfil restrito a um pequeno grupo social para época. A conclusão é de que existe pouca consistência ideológica entre os públicos de massa, e os partidos e os interesses de classe assumem um papel alternativo (atalhos) na orientação das percepções desses públicos.

A proposição de que não há consistência ideológica entre os públicos de massa foi revista no estudo de Nie e Andersen (1974). A partir de uma pesquisa transversal que compreendeu os anos de 1956 até 1972, os autores verificaram que as características individuais, especialmente o grau de instrução, são menos importantes do que as variações de natureza política, quando se trata de consistência ideológica. Sob essa chave, vale também citar os trabalhos de Svolik (2018; 2019) e de Graham e Svolik (2020), nos quais se discutem o papel da polarização ideológica enquanto potencializadora do partidarismo, particularmente entre aqueles que já dispunham de posturas ideológicas mais extremas. Em ambos os trabalhos, destaca-se a importância da natureza mutável do mundo político que afeta as preocupações diárias e os interesses dos indivíduos.

Já o trabalho de Kostella e Rovny (2019), que comparou dois países europeus – um que passou pelo regime comunista e outro que não passou – listam três fatores contextuais que podem afetar as atitudes dos indivíduos, particularmente quando essas atitudes estão associadas ao ativismo de protesto: (1) o liberalismo cultural, entendido como um contexto de crescente pluralismo político e social; (2) o legado histórico, que considera as disputas políticas, o regime e as taxas de participação política; (3) e a interpretação do significado de mobilização ideológica, entendida como a associação entre o conceito e sua implicação real, por exemplo, a noção de que a esquerda compartilha de estratégias de ação de natureza disruptiva.

A tese defendida por Kostella e Rovny (2019) informa que o liberalismo cultural não está necessariamente associado à esquerda em países que saíram de regimes comunistas. O principal argumento é de que o processo de liberalização cultural confronta o sistema fechado do regime que o precedeu. Assumindo que a compreensão comunismo sempre foi associado com à esquerda, existe maior chance de que os indivíduos que se colocam à direita no espectro político compartilhem de valores liberais (pluralismo político e social, e a defesa pela liberdade de escolha individual). Portanto, segundo os autores, a probabilidade da direita ou da esquerda protestar depende dos níveis de valores liberais compartilhados entre esses grupos e do grupo que se coloca como desafiante.

Não é ponto pacífico que a ideologia apresenta um efeito sobre o comportamento político. Existem muitas condições que oferecem cenários distintos para que esse relacionamento seja verdadeiro. Contudo, também não se exclui a importância da ideologia enquanto categoria explicativa. Segundo Downey (1986), a ideologia importa na medida em que ela comunica uma identidade de grupo sob dois aspectos. No primeiro, a ideologia se constituiria como um esquema mental que resume um conjunto de posições

sobre temas sensíveis que dividem opiniões. Por isso, seria uma estratégia de diferenciação de grupos e possuiria uma conotação interpretativa, porque a rejeição ou aprovação de um tema depende do conhecimento e da capacidade avaliativa do indivíduo. No segundo, a ideologia orientaria quais recursos utilizar (quando disponíveis), quais estratégias são legítimas e se as oportunidades disponíveis aumentam as chances de sucesso. Neste caso, o uso dos símbolos, o tipo de ação e o ambiente político seriam interpretados a partir da ideologia professada.

O trabalho de Frederico Batista Pereira (2020) pontua ao menos cinco exigências que devem ser consideradas em pesquisas que utilizam a ideologia como variável explicativa: (1) a baixa proporção de respostas na escala ideológica [o problema da “não-resposta”]; (2) a probabilidade de respostas na escala ideológica estar associada a sofisticação política [o problema do “viés de seleção”]; (3) correlações espúrias ou viés por omissão de variáveis; (4) a associação entre a ideologia e o comportamento analisado é forte somente entre os sofisticados [o problema do “efeito heterogêneo”]; (5) a associação entre ideologia e o comportamento analisado não indica causalidade. Além dessas cinco exigências, também vale incluir uma sexta: (6) a multidimensionalidade das disposições ideológicas (Malka; Lelkes; Soto, 2019; Frederico; Malka, 2021). Em particular, problematiza-se a forma como os indivíduos se localizam dentro da metáfora espacial, identificando variações entre perfis sociodemográficos e atitudinais, bem como diferenças de significados a depender do contexto político (Mair, 2017). Essas são questões que devem ser debatidas nesta tese.

Embora seja vasta a literatura sobre ideologia, não é comum encontrarmos esse tipo de atenção em estudos sobre protestos. A perspectiva do enquadramento interpretativo e da identidade coletiva se aproximam desta discussão, mas sem avanços significativos. E como essas teorias estão mais interessadas nos processos de ação coletiva, a dimensão individual do protestante fica em segundo plano. Com isso, nos interessa saber qual o efeito da ideologia sobre o protesto político. Em quais contextos o posicionamento ideológico ganha maior relevância? Existem diferenças entre perfis ideológicos, quando analisamos as chances de protesto?

1.3. Materiais e procedimentos metodológicos.

Os estudos clássicos sobre movimentos sociais e protestos utilizaram como fontes empíricas as notícias de jornais e dados publicados em livros que analisaram

comportamento eleitoral nos EUA (por exemplo, ver Eisinger (1973), McCarthy e Zald (1973) e Kitschelt (1986). Iniciativas recentes para estruturação de uma base de dados nesses moldes é o *Mass Mobilization Protest Data*, vinculado a Universidade de Havard, que contabiliza eventos de protestos de uma dezena de países desde a década de 1990, e o projeto *O confronto político da ascensão à crise dos governos petistas (2003-2016)*, da UNICAMP, coordenado por Luciana Tatagiba e Andreia Galvão, restrito ao Brasil. Essas iniciativas, além de mapear o número de eventos de protestos, correlacionaram esses dados com indicadores sociais e políticos, a fim de explicar as tendências do ativismo de rua no decurso do tempo.

Vale ressaltar que desde a década de 1960 a Análise de Eventos de Protestos (AEP) é contata como uma estratégia metodológica para estudos dessa natureza. O principal objetivo é construir uma base de dados que favoreça uma análise dos processos históricos de ativismo de rua entre os países. Em outras palavras, essas informações auxiliam o pesquisador é interpretar o contexto político a partir dos enquadramentos que as fontes pesquisadas oferecem, além de quantificar o número de eventos de protestos por período (Silva; Araujo; Pereira, 2011). Contudo, essa estratégia se concentra nos eventos de protestos, não nos indivíduos que protestam, sendo estes últimos o objeto de interesse desta tese.

Outra estratégia é o uso de pesquisas de opinião pública que se popularizaram a partir da década de 1990. Almeida (2020, p. 178) listou ao menos sete bases de dados com esse perfil, sendo os mais populares o World Values Survey (WVS), vinculado a universidade de Michigan nos EUA, e o AmericasBarometer (LAPOP), vinculado a universidade de Vanderbilt, também nos EUA. O principal benefício dessas bases é a possibilidade de analisar os condicionantes individuais do protesto, não somente os sociodemográficos, mas também indicadores de engajamento e valores políticos. Como nesta pesquisa analisamos a relação entre ideologia e protesto em países latino-americanos, optamos pela base de dados do WVS por ser a única com informações abrangentes sobre valores políticos e variáveis que nos interessam.

Conforme descrito pelo site que hospeda dos dados que iremos utilizar, “O World Values Survey (WVS) é um programa internacional de pesquisa dedicado ao estudo científico e acadêmico dos valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais das pessoas no mundo” (<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>). As entrevistas realizadas por esse projeto não obedecem a uma regularidade entre os anos, de maneira que encontramos quantidades diferentes de amostras que variam conforme a

disponibilidade de equipes de pesquisa entre os países. Isso é possível porque o WVS trabalha com ondas ou blocos de pesquisa, com intervalos de tempo médio de 4 anos. Já foram registradas 7 ondas, distribuídas entre os anos de 1981 e 2022. Recortamos os países que integram a região latino-americana e que foram entrevistados durante essas 7 ondas.

Quadro 1 – Países pesquisados e ano da amostragem

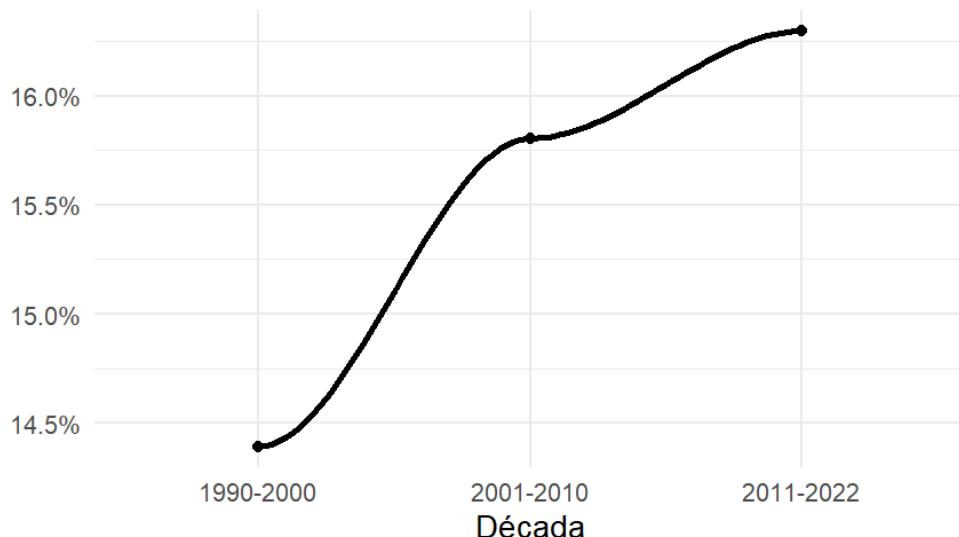
	Década de 1980	Década de 1990		Década de 2000		Década de 2010	
	Onda 1	Onda 2	Onda 3	Onda 4	Onda 5	Onda 6	Onda 7
Argentina	1984	1991	1995	1999	2006	2013	2017
Bolívia							2017
Brasil		1991	1997		2006	2014	2018
Chile		1990	1996	2000	2006	2012	2018
Colômbia			1997/98		2005	2012	2018
El Salvador			1999				
Equador						2013	2018
Guatemala					2004		2020
Haiti						2016	
México	1981	1990	1996	2000	2005	2012	2018
Nicarágua							2020
Peru			1996	2001	2006	2012	2018
Porto Rico			1995	2001			2018
República Dominicana			1996				
Trinidad e Tobago					2006	2010	
Uruguai			1996		2006	2011	2022
Venezuela			1996	2000			2021

Verificamos no Quadro 1 que existem países que foram visitados nas 7 ondas, como é o caso da Argentina e do México. Também existem países que foram visitados somente uma vez, como é o caso da Bolívia, El Salvador, Haiti e República Dominicana. Essa disposição dos dados nos impede de fazer projeções sobre os protestos ano a ano, mas nos dá uma visão panorâmica das tendências de protestos nas últimas décadas. Reconhecemos que as pesquisas de opinião pública representativas (randomizadas) são limitadas pelo período das entrevistas, o que significa dizer que os respondentes que afirmaram ter protestado foram entrevistados após o evento ter ocorrido. Essa condição traz implicações diretas para interpretação dos resultados, principalmente porque não

conseguimos determinar qual evento de protesto que o respondente participou, muito menos identificar os processos de recrutamento. Contudo, não estamos interessados em analisar o processo que levou o indivíduo a uma manifestação específica, mas compreendê-lo como “o protestante”, ou seja, aquele que já participou de protesto.

A base do World Values Surveys (WVS) traz a seguinte questão: “Você ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca”. O item que utilizamos é “Participar de manifestações pacíficas” (Código E027). Apresentamos no Gráfico 1 o percentual médio de respondentes que afirmaram ter participado de manifestações pacíficas nos últimos 30 anos.

Gráfico 1 – Percentual médio de respondentes que afirmaram ter participado de manifestações pacíficas nos últimos 30 anos.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

Observamos que houve um crescimento linear do percentual de ativistas de protestos nos últimos trinta anos, o que torna nosso objeto de pesquisa mais relevante para ser estudado. Almeida (2020) faz uma crítica ao tipo de pergunta que estamos utilizando, porque ela “omite grande parte do contexto real em cujo marco se tomou a decisão de participar de um movimento social” (p. 177). Contudo, o objetivo da pergunta não é coletar informações do contexto, mas tão somente saber se um indivíduo praticou determinada ação. Outro ponto de atenção é que essa pergunta exclui as ações violentas,

como as ações de black blocks em diversos países na década de 2010. Nesse caso, é possível que o percentual fosse ainda maior se incluíssemos as ações violentas. Como não existe uma questão mais abrangente na base do WVS, utilizaremos esse item como nossa variável dependente, assumindo os limites de abrangência que ela possui.

Na revisão teórica de Dieter Opp (2009) e em outros trabalhos como de Dalton (2010) e Lavrinenko (2021), existe a defesa de que as análises de protestos devem considerar dois níveis de dados: individual e macroestrutural. Segundo os autores, a importância dos condicionantes individuais pode variar a depender do contexto analisado. E se considerarmos que o crescimento de ativistas de protestos coincide com a transição e aprofundamento da democracia em países latino-americanos, então temos mais uma razão para cogitar a inclusão de fatores conjunturais em nossos modelos. Essas ressalvas já estavam registradas nos trabalhos clássicos sobre movimentos sociais e protestos (Eisinger, 1973; McCarthy; Zald, 1977; McAdam, 1986; Kitschelt, 1986). Mencionamos que a interpretação dos rótulos ideológicos também pode variar a depender do ambiente político. Portanto, adotamos a mesma estratégia de análise, trabalhando com dois níveis de dados.

Trabalhar com dados organizados em dois níveis de mensuração tem os seus perigos. O principal deles é o risco de falácia ecológica, que é um erro de tipo lógico que ocorre quando se extrai conclusões inadequadas a partir de dados agregados, sem levar em conta a variabilidade individual dentro dos grupos. Inglehart e Welzel (2009) tentaram minimizar esse problema, trabalhando com valores médios por país e correlacionando esses valores extraídos de questionários de opinião pública com os indicadores macroestruturais. Os autores argumentam que a estratégia de uniformizar as unidades de medidas reduz o risco de falácia ecológica.

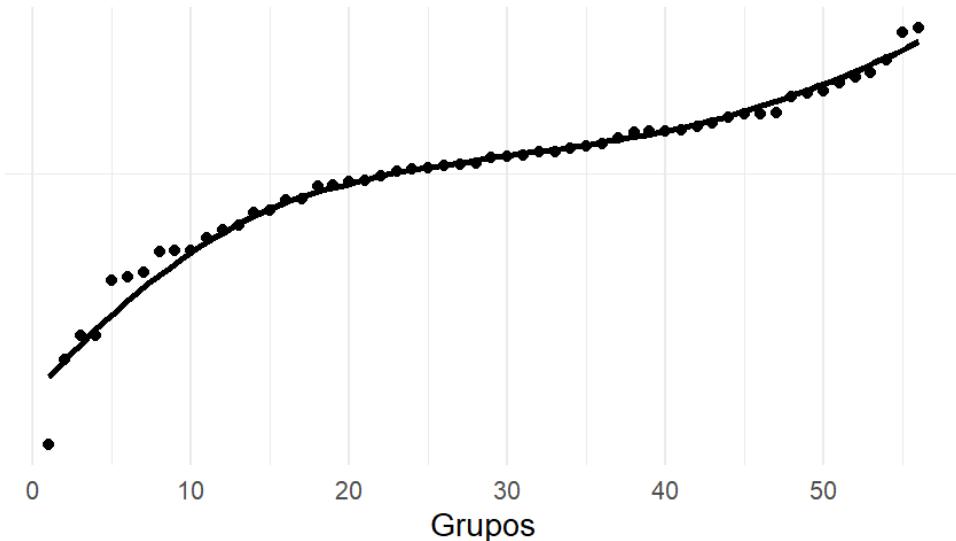
Outro recurso é a técnica de modelagem multinível, que trabalha com dados empilhados (Gelman, 2006). A principal característica dessa técnica é a capacidade de controlar os efeitos fixos e aleatórios, incluindo os efeitos do agrupamento de observações (Garson, 2013). Em outras palavras, essa estratégia reduz o viés de erro ao comparar os diversos grupos analisados conjuntamente, na medida em que estima um valor médio para cada grupo (efeito fixo) e o valor médio dos resíduos (efeito aleatório). Essa técnica é mais eficiente do que a estratégia paliativa implementada por Inglehart e Welzel (2009), porque não exclui a variância e os erros associados.

Uma crítica feita a modelagem multinível se refere a quantidade mínima de grupos que podem ser utilizados, a fim de oferecer conclusões robustas sobre os efeitos das

características dentro de cada grupo e entre grupos (Bryan; Jenkins, 2013). Em geral, grande parte das pesquisas têm utilizado quantidades a partir de 30 grupos. Maas e Hox (2005), por exemplo, por meio de simulações, demonstraram que uma análise com menos de 50 grupos leva a estimativas tendenciosas dos erros padrão de segundo nível. Neste caso, uma análise com resultados satisfatórios deve considerar o critério mínimo de 50 grupos ou mais. Felizmente, em sete ondas de pesquisa do WVS, que ocorreram entre os anos de 1981 até 2022, encontramos 56 amostras de 17 países latino-americanos.

Essa quantidade de grupos satisfaz o primeiro critério para utilização da técnica de modelagem multinível. Um segundo critério determina que só faz sentido o uso dessa técnica se existirem aspectos do nível de contexto que ajudam a explicar a variação no nível individual. Esse critério deve ser satisfeito empiricamente por meio do teste que calcula o coeficiente de correlação intraclasse (ICC)². No nosso caso, o teste revelou que 8% da variação das tendências de protestos nesses países se deve a fatores de nível 2 para sua explicação. O Gráfico 2 fornece um desenho mais claro da variabilidade entre os grupos.

Gráfico 2 – Modas condicionais de protesto por grupo / amostra



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

Nossa estrutura teórica do protesto (Figura 1) trabalha com duas categorias: recursos e mobilização cognitiva. Essas duas categorias resultam de um conjunto de características que foram listadas pelos textos que consultamos nas seções anteriores. Para

² Fórmula: $T_{00} / (T_{00} + \Sigma\sigma^2)$, onde T_{00} é a medida de variação externa e $\Sigma\sigma^2$ é a medida de variação interna. Se T_{00} e $\Sigma\sigma^2$ forem diferentes de zero, então a modelagem multinível é recomendada. Esse teste foi realizado com auxílio do Software R, versão 2023.12.0+369.

construir a categoria “recursos”, mencionamos a disposição de tempo, dinheiro, disponibilidade biográfica e engajamento em organizações (McCarthy; Zald, 1977; McAdam, 1986). Em nossa base de dados, encontramos itens que nos auxiliam a descrever essas características que foram mencionadas. Para mensurar o poder aquisitivo, utilizamos duas questões que perguntaram sobre a classe social e a renda familiar ao qual se localiza.

Classe Social [X045]: *As pessoas às vezes se descrevem como pertencendo à classe alta, à classe média ou classe baixa. O(A) Sr(a) se descreve como pertencendo à (...)*

Renda Familiar [X047R_WVS]: *Neste cartão existe uma escala de rendimentos sendo que 1 indica o grupo de rendimento mais baixo e 10 o grupo de rendimento mais alto no Brasil. Gostaríamos de saber em qual dos grupos se situa a sua renda familiar. Por favor, indique o número apropriado, contando com todos os salários, vencimentos, pensões e outros rendimentos que sua família recebe (...)*

Os itens que mensuram o poder aquisitivo trazem uma informação mais genérica, pois não informam o valor do rendimento mensal. Por isso, não é possível determinar objetivamente se o indivíduo recebe acima ou abaixo da média do salário-mínimo em cada país pesquisado. Contudo, esses itens trazem uma informação útil para nossa pesquisa: eles avaliam a percepção subjetiva do entrevistado quanto a sua localização dentro do estrato socioeconômico. Em outras palavras, uma percepção negativa sobre sua condição socioeconômica pode guardar um potencial descontentamento em relação as estruturas sociais e políticas de determinado país. Ao mesmo tempo, uma percepção positiva pode ser reveladora do potencial de mobilidade e ação, já que dispõe de recursos materiais para isso.

Para mensurar o tempo e a disponibilidade biográfica, utilizamos três itens da nossa base de dados: número de filhos, status de relacionamento e condição de trabalho.

Filhos [X011]: *O(A) Sr(a) tem filhos? (assinal “0” caso não tenha, e o respectivo número em caso positivo)*

Status de relacionamento [X007]: Atualmente, o(a) Sr(a) está: (leia e assinale uma resposta):

Trabalho [X028]: O(A) Sr(a) está empregado agora? Se sim, trabalha quantas horas por semana? Se mais de um emprego: somente para o emprego principal.

Esses três itens combinados trazem algumas informações que nos são úteis. Em primeiro lugar, ter filhos, compartilhar de uma vida conjugal e estar comprometido regularmente numa atividade laboral, reduz a quantidade de tempo disponível para o engajamento em protestos. Isso não significa dizer que essa mesma condição reduza seu interesse por questões políticas. Por exemplo, os trabalhos de (Jennings, 1979; Stoker; Jennings, 1995) defenderam que o status matrimonial e a maternidade/paternidade, em alguns casos, ampliou o debate político dentro de casa e o interesse por questões específicas, como a política educacional. Por essa razão, esses itens combinados servem como uma proxy para mensurar o tempo disponível e as condições existências do entrevistado.

Finalmente, para mensurar o engajamento político, utilizamos uma bateria de questões que perguntaram ao entrevistado sobre seu pertencimento e participação em diversas organizações políticas e sociais.

Organizações: Agora eu vou ler uma lista de organizações/associações voluntárias.

Gostaria de saber se o(a) Sr(a) pertence e participa de cada uma delas, se pertence, mas não participa ou não pertence a essas organizações/associações: **[A098]** Igreja ou organização/grupo de religião; **[A099]** Organização/associação esportiva ou recreativa, time de futebol/vôlei; **[A100]** Organização/associação artística, musical ou educacional; **[A101]** Sindicato; **[A102]** Partido político; **[A103]** Organização/associação de meio ambiente; **[A104]** Associação profissional; **[A105]** Organização/associação humanitária ou de caridade; **[A106B]** Organização/associação de consumidores; **[A106C]** Grupo de autoajuda, grupo de ajuda mútua; **[A106]** Outra organização

Importa destacar que muitos desses itens tiveram uma alta taxa de não respostas, ou porque as questões não foram utilizadas em todos os países, ou simplesmente porque o entrevistado se recusou a responder. Esse dado pode prejudicar a qualidade dos nossos

itens, por ausência de informações relevantes. Neste caso, antes de tomar qualquer decisão sobre nossos itens, nos valemos de uma técnica psicométrica de construtos latentes, por meio de uma Análise Fatorial Confirmatória (CFA). Partimos da recomendação da literatura para dizer que a disposição de recursos deve ser mensurada pelo tempo, dinheiro e pelo apoio organizacional.

Nossa primeira rodada de análise (Apêndice 1) incluindo todos os itens não foi bem-sucedida, porque nenhum dos critérios de validação foram satisfatórios. Os maiores problemas estavam na estrutura dos itens “filhos”, “status de relacionamento” e “trabalho”, que não converteu carga fatorial ora para filhos e ora para casamento. Ao testarmos a correlação entre esses dois itens, identificamos uma relação moderada ($r = 0.4$). Retiramos o item “casamento” e obtivemos cargas fracas para filhos e trabalho. Outro problema se refere a bateria de itens que mensura o engajamento, com cargas fortes para uns e cargas fracas para outros.

Após essa primeira rodada de análise, filtramos os itens, deixando somente aqueles que não deram problemas de conversão das cargas. Nossos resultados também foram invalidados, sendo o principal problema o fator biográfico, composto pelo item filhos e trabalho, que estavam negativamente relacionados. De fato, faz sentido que esses itens estejam negativamente correlacionados, pois ou você trabalha ou você dedica tempo ao cuidado dos filhos. Não obstante, o item que mais se destaca nesse fator latente é o número de filhos, revelando que em nosso modelo é o cuidado com os filhos que toma mais tempo do entrevistado. É possível que encontremos diferenças nos papéis de gênero quando consideramos o cuidado dos filhos dentro desse construto. Por isso, é importante ler o impacto dessa variável, interagindo com sexo.

Realizamos uma terceira rodada de análises, considerando o número de filhos, status de relacionamento e trabalho regular como independentes entre si e a correlação desses itens com o fator do poder econômico e de engajamento. Neste teste, filtramos os itens que apresentaram carga fatorial igual ou maior a 0.5 no teste anterior. Desta vez nosso modelo foi validado ($RMSEA = 0.086$; $Goodness of Fit Index (GFI) = 0.96$), indicando: (1) que existe um perfil de entrevistados comumente engajados em sindicatos, partidos, associações profissionais e de consumidores; (2) que compartilham uma percepção comum sobre sua situação de classe e renda familiar; (3) que existe uma correlação baixa entre os itens “número de filhos”, “status de relacionamento” e “trabalho regular” com os fatores de engajamento e poder econômico; e (4) que mesmo, apesar de positiva, a correlação entre o poder econômico e o engajamento em organizações é baixa.

Vale destacar que o fator “engajamento” mescla elementos políticos (sindicato e partido) e sociais (associação profissional e de consumidores), o que revela o perfil heterogêneo do tipo de associativismo dos entrevistados. Concluímos que os fatores do poder econômico e de engajamento compõem duas dimensões distintas da categoria “recursos” e que os itens número de filhos, status de relacionamento e trabalho regular devem ser incluídos como controles.

Outra categoria que mencionamos em nossa estrutura teórica é a mobilização cognitiva. Aqui, seguiremos a mesma receita que vem sendo utilizada por Dalton (1984) em suas pesquisas, que combina o grau de instrução [X025R] e o interesse por política [E023]. Como argumentamos anteriormente, essa categoria busca captar uma dimensão cognitiva do ativismo político. Em nosso modelo, o cidadão crítico de Dalton é distinto do cidadão engajado de McAdam (1986), sugerindo que o ativismo político do primeiro não depende necessariamente das estruturas de mobilização fornecidas pelas organizações, como seria o caso do segundo.

Por fim, nossa variável independente, ideologia [E033], foi incluída no questionário com a seguinte redação: “Quando se trata de política, as pessoas falam de “esquerda” e de “direita”. De um modo geral, onde o(a) Sr.(a) colocaria sua visão nesta escala? (assinala um número)”. Essa variável está organizada de uma escala que varia de 1 até 10, onde quanto mais próximo de 1, mais à esquerda, e quanto mais próximo de 10, mais à direita. Operacionalizamos essa variável de três formas: (1) aqueles que não responderam ou se abstiveram na questão classificamos como não posicionados e os demais como posicionados em algum ponto da escala; (2) uma escala contínua de 1 [esquerda] até 10 [direita], considerando apenas aqueles que se posicionaram; e (3) três dummies, onde 1 até 3 classificamos como esquerda, 4 até 7 classificamos como centro e 8 até 10 classificamos como direita. Essa estratégia compõe o exercício de obter resultados mais robustos, ao passo que exploramos as potencialidades da variável.

Além dos controles número de filhos, status de relacionamento e trabalho regular, também incluímos dados antropométricos como sexo, idade e cor da pele, a fim de identificar diferenças sociodemográficas em nossos testes. Em resumo, todas as variáveis mencionadas integram o bloco dos condicionantes individuais do protesto. Para compor a base de nível 2 (contexto), utilizamos outras três fontes de dados: o *Varieties of Democracy* (V-Dem), Banco Mundial e informações do *Identifying Ideologues: A Global Dataset on Chief Executives, 1945-2020*. Dessas fontes recolhemos informações sobre o contexto de cada país pesquisado, considerando o ano da amostra: do V-Dem utilizamos

o indicador de democracia liberal e corrupção, do Banco Mundial utilizamos o indicador do PIB per capita e do *Identifying Ideologues* utilizamos o classificador de ideologia do governo no poder. Disponibilizamos a base completa e os scripts para replicação dos resultados em: https://github.com/daniel-leonel-rocha/Tese_Daniel_UFRRJ.

Trabalharemos com três hipóteses. A primeira tem como base o argumento clássico de que a identificação e consistência ideológica estejam associadas com o grau de habilidades cognitivas. Neste sentido, esperamos que (H_1) indivíduos cognitivamente mobilizados também estejam identificados com a esquerda ou com a direita em protestos. Em nossa estrutura teórica (Figura 1), o perfil desse indivíduo seria semelhante ao cidadão crítico de Dalton, portanto, menos dependente da mediação de terceiros para mobilização política.

A segunda hipótese tem como base o argumento de que os indivíduos engajados em alguma organização também estão atitudinalmente vinculados a causa dessa organização. Sendo assim, esperamos que (H_2) indivíduos engajados em organizações também estejam identificados com a esquerda ou com a direita em protestos. Neste caso, a mediação das organizações, além de garantir as estruturas de mobilização, potencializaria as crenças individuais e forneceria espaços de aprendizagem política.

Por fim, a terceira hipótese tem como base o argumento de que as crenças individuais são sensíveis as mudanças do contexto político. Em particular, a orientação ideológica do governo no poder despertaria sentimentos de repulsa ou adesão dos indivíduos que se localizam nos extremos da escala. Por isso, esperamos que (H_3) a esquerda protesta mais quando o governo é de direita e vice-versa. A orientação do governo no poder também tem impacto nas prioridades políticas e, consequentemente, na gestão da coisa pública, contribuindo com aberturas ou restrições de oportunidades políticas. Assim, propomos uma outra hipótese que se desdobra da terceira: (H_4) o contexto de abertura política se constitui como um ambiente favorável aos protestos de indivíduos à esquerda e à direita.

Considerando as discussões que apresentamos nas seções anteriores, analisamos se a ideologia afeta o comportamento de protesto e se existem variações a depender dos níveis de recursos, engajamento, habilidades cognitivas e contexto político. Os capítulos seguintes testam e discutem as hipóteses formuladas.

CAPÍTULO II

PERFIL DO ATIVISTA DE PROTESTO EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS E O PAPEL DO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO

O objetivo deste capítulo é apresentar o perfil médio dos ativistas de protesto em países latino-americanos e como o contexto político e econômico pode estar associado a maior ou menor frequência de protestos. A motivação para esse exercício é teórica: de um lado, discute-se o papel de centralidade social do indivíduo que decide engajar-se em atividades de protesto. O argumento é simples: a disposição de recursos econômicos, políticos e cognitivos reduziria os custos de participação em atividades dessa natureza. De outro, discute-se o papel de um contexto político tolerante, próprio de democracias consolidadas, e de um ambiente econômico bem-sucedido, que se traduziria em maiores recompensas no caso do sucesso da ação coletiva. Esses dois exames servem ao interesse de compreender melhor nosso objeto de estudo: o protesto individual.

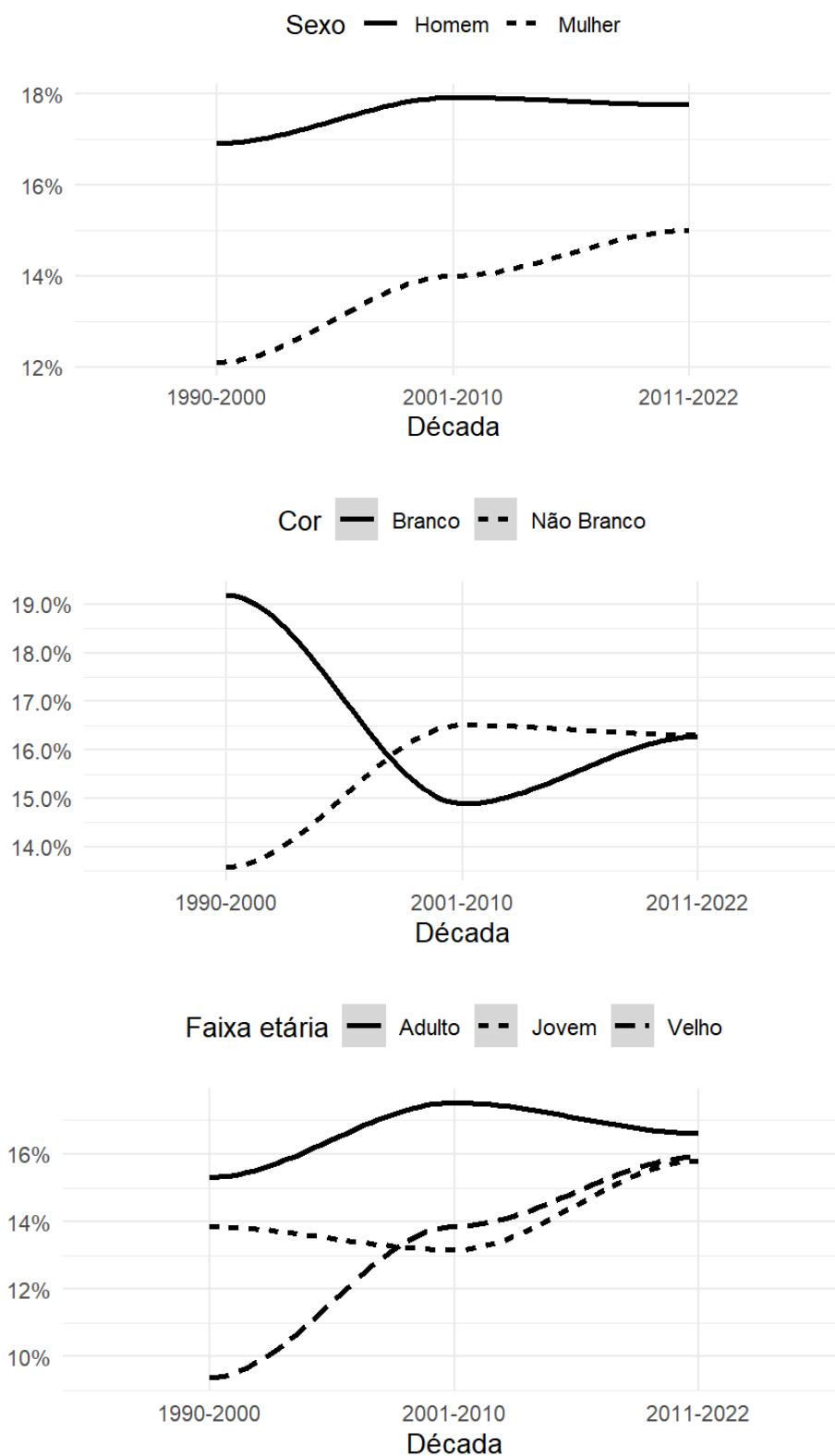
Este capítulo está dividido em duas seções. A primeira analisa os atributos socioeconômicos dos ativistas de protesto. Antecipamos que em média, existe maior frequência de protestos entre aqueles que compartilham de atributos de centralidade social. Além dessa análise, avançamos em discussões mais específicas como as características biográficas e de engajamento, bem como as habilidades cognitivas desses ativistas. Antecipamos que existem dois perfis bem demarcados: o engajado em organizações, que está identificado com uma causa coletiva, e o mobilizado cognitivo, que não está comprometido com rótulos e bandeiras partidárias. A segunda seção analisa os fatores políticos e econômicos associados com a maior ou menor frequência de protestos. Conforme a literatura que consultamos, trabalhamos com os aspectos formais do contexto político, especificamente as variáveis poliárquicas e os indicadores de corrupção institucional. Antecipamos que a maior frequência de protestos ocorreu em contextos com maiores indicadores de democracia efetiva. Já o indicador de desenvolvimento econômico, mensurado pelo PIB per capita, apresentou uma inversão nas tendências de protestos a partir da década de 2010. Ao final, apresentamos algumas considerações sobre o papel da orientação do governo no poder e propomos alguns encaminhamentos de pesquisa.

2.1. Perfil do ativista de protestos em países latino-americanos.

Nesta seção, analisamos se a disposição de recursos (McCarthy; Zald, 1977), as redes de engajamento (McAdam, 1986) e as habilidades cognitivas (Dalton, 1984, 2008) caracterizam o perfil do ativista de protesto. Esses três fatores foram articulados dentro de uma proposta teórica de Verba, Shlozman e Brady (2018), que põe ênfase na centralidade social do ativista político. Além desses fatores, também existe outra literatura que afirma ser os mais jovens (Burns et. al., 2001; Inglehart; Welzel, 2009) e as mulheres (Marien et. al., 2010) que protestam mais, quando comparados aos homens e os mais velhos.

Ainda assim, a inclusão dessas últimas duas variáveis parece contradizer a tese da centralidade social do ativista político, dada a histórica desigualdade de gênero na participação política (Biroli, 2018) e o consenso de parte da literatura de que os jovens participam menos em razão de características do ciclo de vida e de geração (Quintelier, 2007; Kitanova, 2019). Contudo, a inclusão dessas variáveis se justifica pela ótica de que o protesto seria um recurso de grupos desfavorecidos (Turner, 1969), descontentes (Gurr, 1969; Kurer, 2019), e que não encontraram nas vias institucionais um caminho para expressão de suas demandas. Neste caso, não somente o critério do sexo e da idade, mas também da cor da pele deve ser considerado, compreendendo os negros como um grupo socialmente desfavorecido (Turner, 1969; Lipsky, 1968). O Gráfico 3 apresenta o percentual de protestos em países latino-americanos a partir dos marcadores do sexo, cor e idade.

Gráfico 3 – Percentual de protestos em países latino-americanos a partir dos marcadores do sexo, cor e idade



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

Os dados apontam que existe uma predominância de homens adultos nos protestos. Em primeiro lugar, a maior presença de homens pode ser reflexo das desigualdades de gênero, onde tradicionalmente as mulheres têm pouco espaço de expressão política. E mesmo com a ampliação da pauta de gênero em contexto democrático, existe uma política de alinhamento neoliberal na América Latina que prejudica a conquista de direitos para as mulheres dessa região (Biroli, 2019). As questões mais sensíveis são as garantias de proteção ao emprego e regras previdenciárias equitativas. Além dessas questões, o alinhamento neoliberal e conservador também constrói uma agenda reativa nos costumes, prejudicando o debate sobre o aborto como um problema de saúde pública, identidade e igualdade de gênero, reconhecimento do casamento igualitário, a adoção por casais do mesmo sexo e políticas para a educação sexual integral (p. 80).

Em segundo lugar, argumentamos que os efeitos da política neoliberal também foram sentidos no campo da educação. As ocupações de escolas e universidades no Chile (2006, 2011), no Brasil, no Uruguai e na Argentina (2015,2016) são exemplos disso, colocando em destaque a engajamento juvenil por uma educação igualitária, acessível e de qualidade. O caso brasileiro, por exemplo, teve como ponto inicial o projeto do governo do Estado de São Paulo de fechar noventa e cinco escolas e realocar seus estudantes. A desconfiança era de que a desocupação desses prédios (escolas) vislumbrava interesses administrativos e imobiliários (Girotto, 2016). Apesar desses eventos, nossos dados sugerem que movimentos juvenis como o que vimos no Chile e no Brasil não são uma rotina, ficando reservado ao público adulto o protagonismo do ativismo de protesto. Por isso, argumentamos que ainda prevalecem as características de centralidade social desse tipo de ativismo para o caso latino-americano, com predominância de homens adultos.

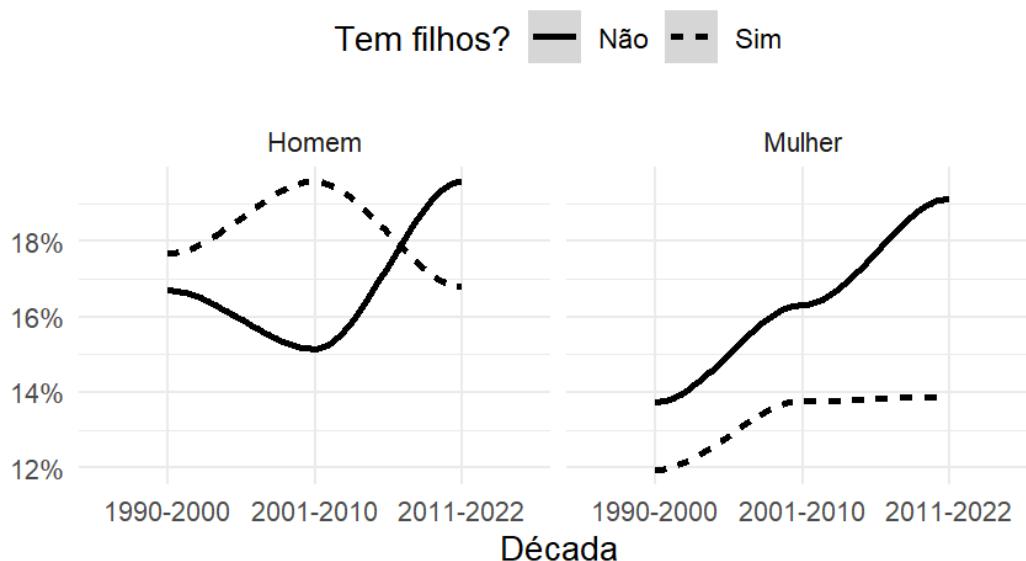
Uma explicação provável se refere aos custos de ação envolvidos nesse tipo de ação. A literatura clássica argumentou que a posse de recursos discricionários (McCarthy; Zald, 1977) como tempo e dinheiro reduziriam os custos de participação. Se considerarmos que tradicionalmente está reservado às mulheres o papel do cuidado da casa e dos filhos e de que os jovens ainda não têm autonomia financeira, também faz sentido encontrarmos uma tendência majoritária de homens adultos engajados em ações de protestos.

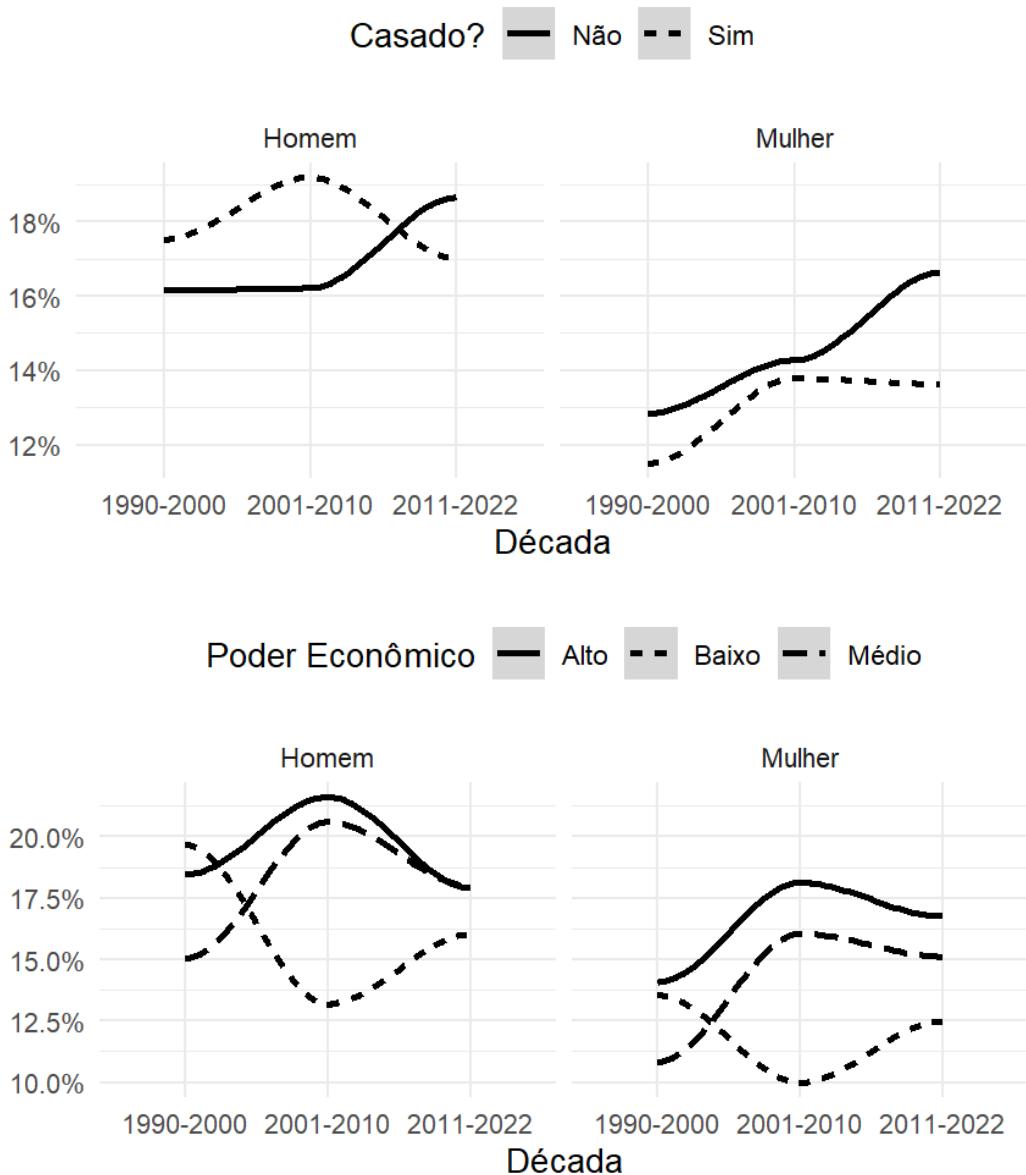
O fato de encontrarmos uma maior tendência de protestos entre indivíduos na fase adulta também tem respaldo na literatura, e a explicação não envolve necessariamente o

tempo e o dinheiro. Stoker e Jennings (1995), por exemplo, encontram implicações positivas do status matrimonial sobre o engajamento, argumentando que o compartilhamento da vida com outra pessoa promove a interação e a interdependência, exigindo também a capacidade de negociação e conivência. Esse relacionamento, segundo os autores, pode aumentar a probabilidade de que muitas decisões de participação sejam tomadas em conjunto. A paternidade ou maternidade também contribuiria com um aumento de posturas politizadas, como no caso da política escolar, e pode ser encontrado com mais frequência entre as mulheres (Jennings, 1979).

Em terceiro lugar, encontramos que os “não brancos” passaram a se destacar entre os ativistas de protestos a partir da década de 2000. Provavelmente, a agenda dos diversos seguimentos do movimento negro latino-americano e a conquista de algumas políticas, como a de cotas raciais em universidades em alguns países, tenham contribuído para uma percepção positiva sobre a eficácia desse tipo de ação política. Isto posto, argumentamos que o recorte mais revelador do papel de centralidade social do ativista de protesto recai sobre o gênero e a idade. Agora, avançamos nessa análise, procurando compreender outras nuances das diferenças de gênero e idade para o perfil dos ativistas de protesto. Nossa estratégia é considerar a importância dos recursos discricionários (tempo, dinheiro), a partir do critério de maternidade/paternidade (mais comuns na fase adulta da vida), o status de relacionamento (proxy de tempo disponível) e poder econômico.

Gráfico 3.1 – Percentual de protestos em países latino-americanos: comparativo entre homens e mulheres com/sem filhos, casados/solteiros e renda.





Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

Nossos dados indicam que mulheres comprometidas e com filhos protestam menos do que as solteiras e sem filhos. Essas diferenças aumentam se consideramos os homens com ou sem filhos, casados ou solteiros. Isso significa que o peso das atribuições domésticas pode ter um impacto negativo sobre o ativismo das mulheres. Por sua vez, o poder econômico apresentou um desempenho dentro do esperado, apesar das desigualdades entre homens e mulheres, indicando que o ativismo de protesto é mais elevado entre aqueles que têm dinheiro e ocupam uma classe social mais alta, independente se são homens ou mulheres. No caso dos EUA, McCarthy e Zald (1973) chamaram a mobilização desses coortes de renda alta e média de “brado” da classe média:

indivíduos com dinheiro, tempo e energia para o engajamento. Esse perfil serviu de apoio aos autores para defesa do papel dos recursos individuais em mobilização de protestos.

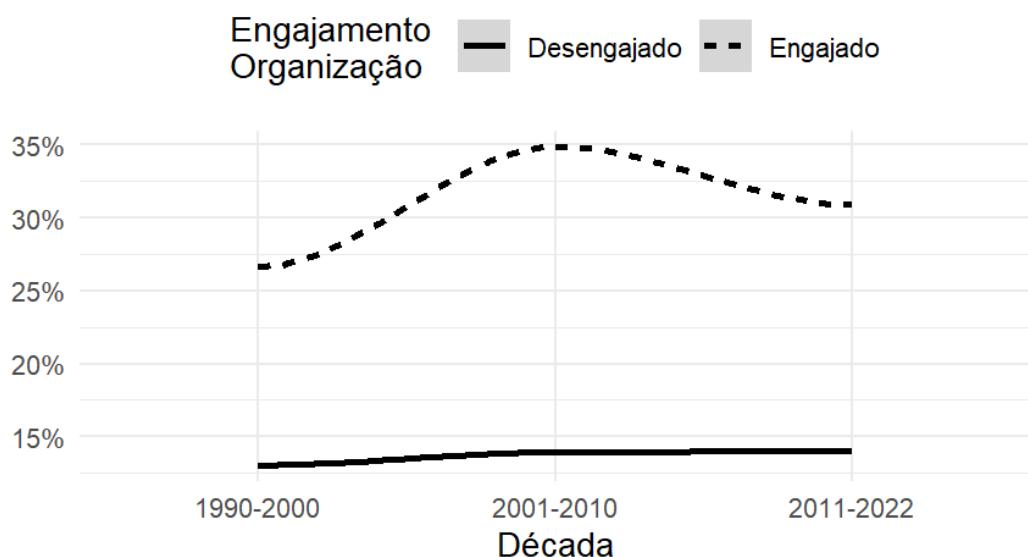
Cabe destacar que houve uma mudança nas tendências de protestos entre os homens na década de 2010, passando a ser importante a disposição de tempo (solteiros e sem filhos). Provavelmente essa mudança no perfil dos ativistas homens se deve aos avanços da pauta de gênero, que problematizou o papel dos homens também nas atividades de cuidado. Com isso, compreendemos que conquistas recentes de grupos minoritários, como feministas, tenham contribuído com uma mudança no perfil dos ativistas de protestos latino-americanos, assim como ocorreu com o movimento negro. Em resumo, nossos dados sugerem que a consolidação de temas identitários em países latino-americanos tenham desempenhado um papel relevante na constituição do perfil dos ativistas de protestos nos últimos anos.

De acordo com nossa estrutura teórica (Figura 1), não é só o dinheiro que compõem o eixo dos recursos. Existe também um papel importante que é desempenhado pelo engajamento em organizações. Um estudo seminal que fundamenta a inclusão desse componente é o de McAdam (1986), que investigou o processo de recrutamento de eleitores negros no Mississippi, EUA, durante o ano de 1964. Nessa região, caracterizada pelo forte domínio da Ku Klux Klan, um movimento reacionário que advoga pela supremacia branca, a recente conquista do direito de voto pela comunidade negra criou um contexto de alto risco para o engajamento político. A adesão ao voto representava um ato de coragem diante da violência perpetrada por esse grupo supremacista. Os resultados deste estudo revelaram que, em situações de engajamento de alto risco como essa, a disponibilidade atitudinal (em defesa dos direitos civis) e o reconhecimento dos problemas enfrentados de forma direta (como a falta de representação e a violência) foram fatores determinantes. Assim, mesmo diante da escassez de recursos individuais, tais como tempo e dinheiro, as estruturas de mobilização desempenharam um papel crucial no recrutamento e no engajamento político dos indivíduos.

Além do fator estrutural fornecido pela organização, destaca-se também o elemento de pertencimento a um grupo, seja ele familiar, de amigos, movimento social, sindicato, partido político ou igreja, que instiga no ativista um senso de obrigação moral: se a sua ausência implicar em retaliação por parte do grupo, então é preferível participar. Esse fator coercitivo foi denominado por McAdam (1986) como 'custos de inação'. Verba, Schlozman e Brady (2018) também ressaltam a importância das redes de recrutamento, tanto para o engajamento político quanto para o aprendizado político, enquanto Vestergen,

Drury e Chiriac (2018) enfatizam o impacto transformador que o engajamento proporciona sobre as visões de mundo, contribuindo também para o desenvolvimento de habilidades políticas. Por essa razão, Kirbis (2017) defende que o engajamento em organizações desempenha um papel fundamental na participação em protestos. No gráfico 4, apresentamos os percentuais médios de protestos, comparando engajados e desengajados.

Gráfico 4 – Percentual de protestos em países latino-americanos: comparativo entre engajados e desengajados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

As tendências apresentadas no Gráfico 4 estão em consonância com o esperado. Com a transição democrática entre as décadas de 1980 e 1990, as manifestações de rua se tornaram uma estratégia viável de expressão política, em grande parte convocadas por movimentos, centrais sindicais e partidos políticos (Rios, 2012; Abreu; Allegretti, 2016). Em alguns casos, como o brasileiro, a mobilização social culminou na fundação de partidos políticos (Cruz, 2017). Essa tendência também pode ser reflexo de um contexto político mais receptivo as demandas sindicais e partidárias. Vale ressaltar que a “onda rosa” da década de 2000 na América Latina surgiu como um contraponto ao aprofundamento das políticas neoliberais que impactaram as condições de vida nessa região. Como resume Ibarra (2011, p. 245),

as políticas emancipadoras que trabalhosamente tomam corpo são repostas ainda que tardiamente (porém necessárias), ante as promessas fracassadas do neoliberalismo, singularmente nos países que mais se apegaram aos termos do Consenso de Washington.

Cantu (2015, p. 46), recupera as discussões desse período, relatando que houve o enfraquecimento do pensamento e das políticas neoliberais, um aumento da pressão da esquerda moderada ou radical, procurando reposicionar o Estado como instrumento de reconfiguração da economia e da sociedade e, entre os mais otimistas, a possibilidade de se pensar o estabelecimento de uma socialdemocracia latino-americana. Sendo assim, apesar dos baixos índices de engajamento em organizações, o contexto favorável pode ter ativado uma percepção otimista desses ativistas, ampliando seu engajamento em protestos.

De fato, os sindicatos, partidos políticos e associações civis desempenharam e continuam desempenhando um papel significativo nos processos políticos ao longo da história dos países latino-americanos. Um estudo comparativo realizado por Pereira, Castro, Oviedo, Barbosa, Gerassi e Giovanella (2012), que incluiu Brasil, Venezuela, Bolívia e Uruguai, demonstrou que coalizões de esquerda ou centro-esquerda contribuíram para a construção e manutenção das políticas de saúde na região. Mesmo durante os períodos de ditadura, movimentos sociais e organizações guerrilheiras operavam clandestinamente, resistindo ao regime de exceção. Pode-se dizer que a tradição de protestos nessa região está profundamente entrelaçada com a história dos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais.

O percentual acima dos 25% de ativistas de protestos que estão engajados em alguma organização evidencia que, em muitos casos, o ativismo de protesto depende da intermediação de terceiros. Tal dado levanta questionamentos em relação ao diagnóstico de alguns estudos que sustentam o perfil automobilizado do ativista de protesto, como o trabalho de Cabral (2018). Esse argumento ecoa as análises conduzidas por Inglehart e colaboradores, que apontaram para uma mudança no modelo de cidadania, cada vez mais caracterizada por relações horizontais e autonomia de decisão. Por essa razão, devemos ter cuidado ao generalizar os resultados de pesquisa de autores que se concentraram em regiões com perfil socioeconômico e político distinto do contexto latino-americano.

No entanto, devemos reconhecer que as tendências observadas no Gráfico 4 não são suficientes para explicar, por exemplo, as ondas de protestos ocorridas na década de 2010, que contaram com a participação de ativistas de perfis heterogêneos e individualizados. Em nossa estrutura teórica (Figura 1), argumentamos que na ausência de estruturas de mobilização, são os fatores cognitivos que exercem maior influência. Concordamos com o argumento de Dalton (1984, 2008) de que o interesse pela política e o nível de instrução são determinantes do engajamento político. A combinação dessas duas características configura o que o autor denomina de 'cidadão crítico', um indivíduo mobilizado cognitivamente. Uma peculiaridade desse tipo de cidadania é o ceticismo em relação ao funcionamento das instituições democráticas, embora mantenha seu apoio ao regime democrático como a melhor forma de governo. O apartidarismo é outra característica desse indivíduo, sugerindo que suas escolhas não estão condicionadas por filiações partidárias ou ideológicas.

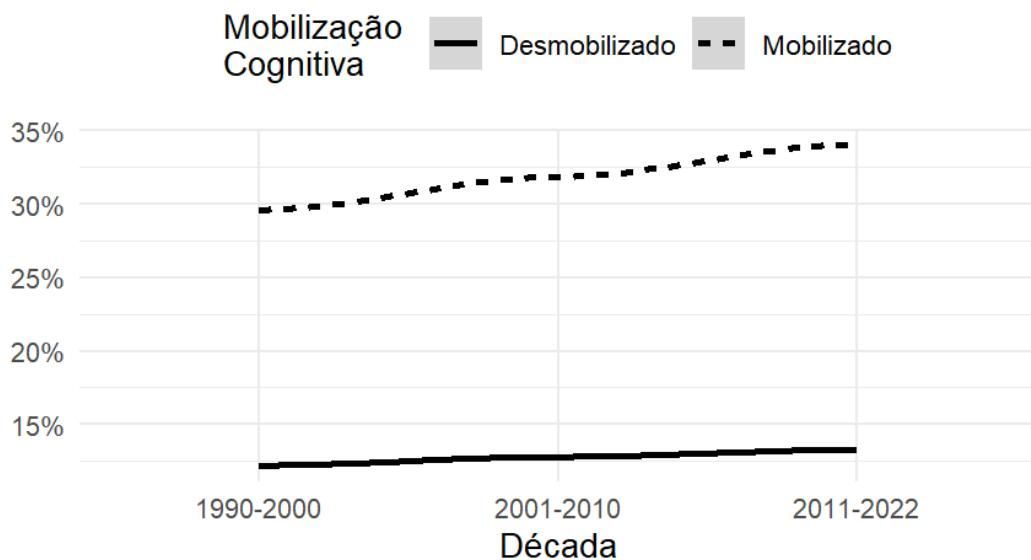
Vale ressaltar que existem críticas à variável “escolaridade”, como podemos verificar no estudo de Ritter (2008), no qual se argumenta que o engajamento e o interesse por política seriam uma combinação mais forte para explicar a participação política. Antes dela, Inglehart e Welzel (2009) já haviam criticado a centralidade da educação, mencionando que não seriam as habilidades cognitivas, mas a dimensão dos valores que teriam mais impacto sobre a participação política. Por sua vez, Okado e Ribeiro (2020, p. 23), num estudo que analisa o protesto em países latino-americanos, fornecem uma chave que concilia as duas perspectivas:

A dimensão cognitiva expressa pela educação formal é a variável explicativa mais importante em nosso contexto (...). No entanto, somente os valores podem mobilizar esses recursos e transformá-los em ação. As motivações individuais são fundamentais no processo de canalização desses recursos para participação política.

Esse trabalho representa um avanço, quando comparado a pesquisa anterior de Ribeiro e Borba (2010), onde afirmam ser problemática transposição do modelo explicativo sugerido por Inglehart para o cenário latino-americano e que a participação é mais influenciada por variáveis relacionadas à centralidade social dos cidadãos do que por mudanças nas suas prioridades valorativas. A diferença de dez anos entre as publicações sugere uma mudança no perfil do ativismo de protesto nessa região.

Seguimos com a proposta que formalizamos em nossa estrutura teórica (Figura 1) e apresentamos no gráfico 5 o percentual médio de protestos, comparando os níveis de mobilização cognitiva.

Gráfico 5 – Percentual de protestos em países latino-americanos: comparativo entre mobilizados e desmobilizados cognitivos.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

Interessante observar que, apesar da pouca variabilidade no percentual de ativistas de protesto entre os mobilizados cognitivos, verificamos um crescimento linear de 5%, sendo o valor sempre acima dos 30% de ativistas. Encontramos algo diferente entre os engajados, pois o comportamento curvilíneo do percentual de ativistas sugere um declínio desse perfil na década de 2010. É possível que essa variação entre os engajados esteja associada com a ascensão de governos progressistas em diversos países dessa região na década de 2000, sugerindo que o engajamento em organizações tenha relação com a abertura das estruturas de oportunidades políticas, o que não ocorre no caso dos mobilizados cognitivos.

Como argumentamos no capítulo anterior, engajados e mobilizados cognitivos compreendem perfis distintos de ativistas. Neste sentido, percentual de ativistas dentro desses grupos valida nossa estrutura teórica (Figura 1), ao afirmar o caráter multidimensional do ativismo de protesto, ou seja, o protesto é um fenômeno de natureza disruptiva, com perfil heterogêneo. Também pontuamos que o percentual de engajamento e de mobilização cognitiva nunca passou de 15% em nossa série histórica. E,

considerando que a média de ativistas de protesto sempre esteve próximo de 15% (Gráfico 1), podemos dizer que o engajamento e as habilidades cognitivas compreendem um perfil bem restrito na nossa amostra.

Embora pequeno, esse percentual de ativistas fornece elementos para discutir a validade da perspectiva de Verba, Shlozman e Brady (2018) para o caso latino-americano, que defende o papel dos recursos, das redes de recrutamento e das habilidades cognitivas para o ativismo de protesto. Além dessa perspectiva, mencionamos outra que defende o papel socializador do pertencimento ao grupo (McAdam, 1986), que favorece a construção de quadros cognitivos comuns (Snow et. al., 1986), contribuindo com a adesão a causa do movimento. Não menos importante, mencionamos também o papel de garantia de estruturas de mobilização (McCarthy; Zald, 1997), responsável pela redução dos custos de participação.

De fato, apesar da pouca variação dos mobilizados cognitivos entre os ativistas de protestos, só na década de 2010 eles passaram a ganhar mais destaque. Retomando a metáfora de McCarthy e Zald (1973), esse grupo encarnou o “brado da classe média” que foi altamente crítica das instituições e descrente da política. Os resultados eleitorais e manifestações de rua da década de 2010 fornecem algum respaldo para definir esse tipo de cidadão.

Em primeiro lugar, o descontentamento pelo fracasso dos governos de esquerda na gestão das desigualdades e os escândalos de corrupção associados podem ter provocado uma mudança nas lealdades partidárias e ideológicas, especialmente entre os cidadãos críticos, mudando a direção do voto para candidatos de oposição. Em segundo lugar, os protestos de rua também são representativos do fracasso na gestão das desigualdades, denunciando as altas taxas de desemprego, redução da renda média, acesso precário aos serviços públicos e o aumento da violência urbana. Neste sentido, os cidadãos críticos seriam indivíduos auto interessados, ou seja, votam e se manifestam motivados pelos problemas que os afetam diretamente e buscam caminhos heterogêneos para resolução dos seus problemas, independente do partido e orientação ideológica.

Os resultados dessa seção podem ser resumidos em duas tendências: (1) os ativistas de protestos, na sua maioria, compartilham de um perfil de centralidade social. Porém, nossos dados são mais específicos sobre esse perfil, ressaltando as desigualdades de gênero e idade, condição que tem implicações na capacidade de expressão da voz (Verba; Shlozman; Brady, 2018), seja pelas vias institucionais de participação, seja pelas formas diretas de ação política. Dado o histórico de desigualdades sociais que caracteriza

os países latino-americanos, a participação segmentada (homens, com renda média e alta, e adultos) pode resultar em conquistas de bens públicos que atendam a interesses de grupos específicos; (2) identificamos dois perfis majoritários: os engajados em alguma organização e os cognitivamente mobilizados, que também podem ser descompromissados (Rocha, Ribeiro, 2023). Essa segunda tendência pode fornecer elementos para discutir diferentes formas de identificação ideológica, sendo uma mais engajada e outra crítica. Esse exame será retomado no Capítulo 4.

2.2. Contexto político e econômico: essas medidas importam?

Existe uma literatura que defende que os níveis de protestos variam conforme as características do ambiente político, seja a estrutura partidária (Amenta; Zylan, 1991), abertura e desenvolvimento econômico (Lieske, 1978), mudanças culturais (McCammon et. al., 2001) e acesso as redes sociais e as estruturas de oportunidades políticas (Osa; Corduneau-Huci, 2003). Essa miríade de definições atesta a dificuldade em se conceituar o ambiente político (Opp, 2009). De todo modo, o estudo de referência sobre esse tema é de Eisinger (1973), que definiu o ambiente político pelos aspectos formais da estrutura política, com características muito próximas da forma com Dahl definiu a poliarquia. Para esse último, uma poliarquia seria caracterizada pela existência de eleição para governantes, eleições livres e limpas, sufrágio universal, direito de concorrer aos cargos eletivos (dimensão da competição), liberdade de expressão, pluralismo de fontes de informação e liberdade de associação (dimensão da participação).

O estudo recente de Wunsch, Jacob e Derksen (2024) advogou pelo uso da dimensão liberal da democracia, entendendo que ela seria mais próxima das percepções dos indivíduos sobre o funcionamento do sistema político. Sendo assim, seriam os aspectos de igualdade de direitos e liberdades individuais que forneceriam mais informações sobre os níveis de abertura política. O estudo de Inglehart e Welzel (2009) propôs uma ferramenta, que segundo os autores seria mais realista, para mensurar o aspecto do ambiente político. Além dos níveis de democracia liberal, eles também consideraram os níveis de corrupção política. Essa medida é adequada para analisar os processos políticos nos quais a desconfiança política esteve associada com a alta percepção da corrupção. Como comentou Power e Jamison (2005, p. 77):

as novas democracias da América Latina têm sido assoladas por repetidos escândalos de corrupção. No começo dos anos 1990, os presidentes Fernando Collor de Mello (Brasil) e Carlos Andrés Pérez (Venezuela) sofreram processos de impeachment e foram tirados do cargo por má conduta oficial. Escândalos posteriores fizeram manchetes mundiais, como o esquema de propinas de Salinas no México, o escândalo da extorsão que levou à derrubada de Fujimori do Peru e o caso do financiamento de campanha envolvendo Menem na Argentina (...) A democracia passou a ser associada à corrupção na maioria dos países latino-americanos.

Por isso, e com base nessas referências, replicamos a mesma estratégia em nosso estudo, utilizando os dois itens do Varieties of Democracy (V-Dem), de democracia liberal e corrupção, em uma única medida de democracia efetiva. Assim, nosso instrumento foi construído pela subtração entre o índice de democracia liberal e o indicador de corrupção governamental.

Cabe pontuar que, com exceção de Trinidad e Tobago, todos os países pesquisados viveram ou ainda vivem ditaduras, como é o caso da Venezuela e Nicarágua. As décadas de 1990 e 2000 conheceram avanços democráticos significativos, com a consolidação de eleições regulares para cargos políticos. Uma peculiaridade desse contexto se refere as mudanças conjunturais simultâneas a “mare rosa” (Silva, 2015), conhecida pela ascensão de governos de esquerda na região. Contudo, a década de 2010 sofreu um revés em muitos países governados pela esquerda, com a ascensão de políticos identificados com a extrema direita (Silva, 2018). Conforme Kriesi et. al. (2004), o tipo de governo no poder também cria oportunidades políticas culturais, ou discursivas (Koopmans; Statham, 1999), tornando visíveis um conjunto de ideias para o público. Não por acaso, os discursos ofensivos contra as instituições democráticas no Brasil proferidos pelo presidente, inflamaram uma multidão de pessoas a invadir o Congresso Nacional no dia 08 de janeiro de 2023.

A começar pela década de 1990, também mencionamos o adensamento da lógica neoliberal como política econômica de governo. Talvez o principal aspecto que mereça atenção é da privatização dos serviços públicos e a redução da presença do Estado em temas sensíveis da economia. Com isso, setores essenciais à manutenção da vida foram afetados, como educação (Croso; Magalhães, 2016), saúde (Medici, 2005), trabalho

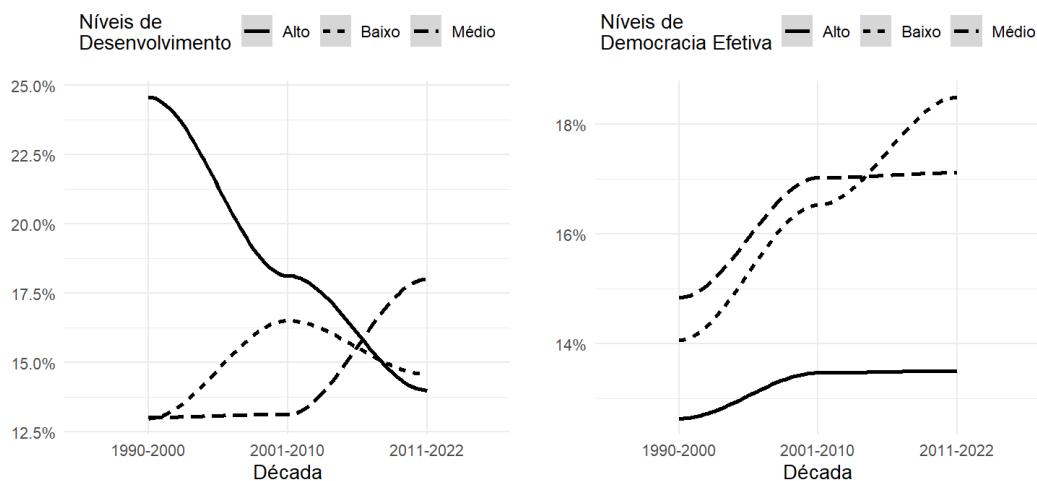
(Druck; Basualdo; Droppa, 2021) e moradia (Guerreiro; Rolnik; Marín-Toro, 2022), por exemplo. A terceirização dos serviços e a especialização da mão de obra também impactaram a organização sindical, enfraquecendo seu papel na politização de temas que são do interesse da classe trabalhadora.

O papel dos fatores econômicos também encontra respaldo na literatura. De um lado, citamos a abordagem que parte da ênfase no descontentamento social, seja motivado por crises políticas e econômicas (Gurr, 1968; Dzuverovic, 2013; Kurer, 2019), seja por contextos de segregação racial (Lipsky, 1968; Turner, 1969). No caso latino-americano, destacam-se os estudos que avaliam os efeitos de políticas neoliberais associadas aos governos de direita sobre o ativismo de protestos (Bandeira, 2002; Gohn, 2015; Wasserman, 2020; Borba, 2020). O argumento básico é de que as desigualdades atuam como causa do conflito potencial. De outro lado, citamos a abordagem que defende existir uma relação entre um contínuo desenvolvimento econômico e democratização (Lipset, 1959). Uma releitura dessa teoria postula que o desenvolvimento econômico só produz democracia se for capaz de produzir mudanças sociopolíticas (Inglehart; Welzel, 2009).

O crescimento econômico, medido pelo PIB per capita, apresentou uma correlação desprezível com nosso indicador de democracia efetiva ($r = 0.170$), o que fornece uma base empírica para desconfiarmos da teoria da modernização aplicada ao caso latino-americano. Ou seja, não podemos dizer que os avanços democráticos estejam associados com melhorias nas condições de vida e vice-versa. Esse cenário é plausível, se analisamos o processo de transição democrática e a estagnação econômica nos países pesquisados. Ou seja, a democracia se fortaleceu, garantindo eleições regulares e, em alguns casos, avanços na conquista de direitos de grupos minoritários. Contudo, perseveram a inflação, o desemprego e os juros altos que corroem a renda real dos indivíduos, confirmando que os progressos do campo político não foram acompanhados das melhorias das condições de vida. Por isso, faz sentido pensar no ativismo de protesto motivado pela insatisfação com descompasso entre economia e política.

No gráfico 6, apresentamos o percentual de protestos, dado o ambiente de democracia efetiva e desenvolvimento econômico, mensurado pelo PIB per capita.

Gráfico 6 – Percentual de protestos em países latino-americanos a depender dos níveis de democracia efetiva e PIB per capita



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022), do V-Dem (Coppedge et al., 2023) e do Banco Mundial.

Verificamos que no decorrer dos anos os países com indicador baixo de democracia efetiva sofreram um crescimento de quase 6% no número de ativistas de protestos e o médio variou positivamente cerca de 3%. Por sua vez, identificamos uma inversão nos indicadores de PIB per capita, com destaque para o grupo mediano, sugerindo que apesar dos avanços econômicos, eles ainda não foram suficientes para atender as demandas sociais. Esses dados sugerem que o cenário de piora das condições de vida tem se tornado propício ao protesto, particularmente na década de 2010. Esses resultados acompanham alguns estudos que destacam a relação entre contexto e processos de ação coletiva sendo mediada pela percepção que o indivíduo tem das variações do ambiente político e econômico (Meyer; Minkoff, 2004; Opp, 2009; Van Stekelenburg; Klandermans, 2013).

Nosso indicador de democracia efetiva foi construído a partir da diferença entre os avanços em termos de igualdade de direitos e liberdades individuais e os índices de corrupção governamental. Por isso, as tendências observadas no gráfico 6 também levam a crer que o atraso na ampliação das políticas liberais e os escândalos de corrupção tenham se constituído numa parte significativa do descontentamento político nos países analisados. É verdade que diversos países latino-americanos avançaram em políticas liberais como, por exemplo, a descriminalização do aborto (Cuba, Guiana Francesa, Uruguai, Guiana e Porto Rico) e da maconha (Argentina, Chile, Colômbia, México e

Peru), o reconhecimento da união homoafetiva (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guiana Francesa, México, Porto Rico e Uruguai) e autodeclaração de gênero (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador). Ainda assim, é possível que os benefícios desses avanços não tenham sido distribuídos de maneira igualitária.

Em termos de discussão teórica, nossos dados não fornecem elementos para defender a tese de que o contexto de abertura política está associado com um aumento no número de ativistas de protestos nos países pesquisados. Ao contrário, eles contribuem com uma outra discussão, a saber, que o cenário de descontentamento social é favorável a um aumento no número de ativistas de protestos. E se considerarmos que estamos estudando uma região específica que é a latino-americana, é possível que estudos comparados que considerem fatores regionais nos forneçam elementos mais consistentes sobre as dinâmicas de protestos em nível mundial. Em outras palavras, ao menos em nosso estudo, as baixas perspectivas de crescimento econômico e o fechamento dos espaços de participação política caracterizam o contexto de altas mobilizações políticas.

É importante ressaltar que o ativismo de protesto na América Latina possui seu lastro histórico nos conflitos entre Estados autoritários e grupos revolucionários, particularmente a partir da segunda metade do século XX. Como descreve Hobsbawm (1995), o ímpeto revolucionário popular nessa região tem suas primeiras bandeiras hasteadas no contexto da reforma agrária. Não por acaso, em alguns países como México, Bolívia, Cuba e Nicarágua, essas reformas foram implementadas e em outros, como o Brasil e a Argentina, a reforma foi ao menos prevista constitucionalmente (Picolotto; Teixeira, 2021). Dada a geopolítica polarizada da guerra fria, as aspirações revolucionárias encamparam também as agendas antiliberal e contra o imperialismo norte-americano, fornecendo o capital ideológico que mantinham mobilizados os grupos resistentes às ditaduras nestes países. Por essa razão, o contexto que circundou a região dos países latino-americanos a partir da década de 1950 se tornou “o pilar central de esperança e fé dos que acreditavam na revolução social” (Hobsbawm, 1995, p. 424).

Não seria forçoso dizer que as ações de protestos, greves e até a luta armada, estariam associadas a uma esquerda revolucionária na América Latina. Por sua vez, os governos autoritários que se estabeleceram nessa região entre as décadas de 1960 e 1980, quase todos repressivos a qualquer sinal do comunismo, desempenhou o papel do antagonista ou de inimigo social. Nesta direção, a herança do conflito entre sociedade civil e Estado traria consigo também a polarização entre quadros ideológicos – esquerda

e direta – que não desapareceu após a onda de democratização do final da década de 1980 e início de 1990.

Talvez, a década de 2000 até início da década de 2010 sejam uma excepcionalidade para o ativismo da esquerda na América Latina. De certo modo, a ascensão de governos progressistas contribuiu com o acesso ao Estado por parte desses setores, fenômeno que favoreceu às políticas públicas para minorias sociais (CITAR). Contudo, o engajamento político de indivíduos orientados à direita na década de 2010, questionou a narrativa de que o ativismo extra institucional seja protagonizado principalmente pela esquerda. Não sabemos ao certo se esse ativismo da direita foi uma reação cultural (Norris; Inglehart, 2018) às políticas dos governos progressistas ou se representa um tipo novo de ativismo político.

Não obstante, a ascensão de líderes progressistas e a manutenção de governos com orientação à esquerda também tem seus lastros históricos. No Brasil, a figura de Lula (PT), conhecido militante forjado pelo sindicato e pelas greves do ABC paulista no final da década de 1970, e que hoje – momento que escrevo – está exercendo seu terceiro mandato presidencial, é um exemplo. Na Argentina, a herança de Domingo Perón (1895-1974) que mobilizou o quadro ideológico de Néstor e Cristina Kirchner, quadro que também se manteve com Alberto Fernandes, pode ser listada como outro exemplo bem-sucedido. Por fim, Evo Morales na Bolívia, que vem de base sindical e movimentos sociais do campo, acumulou três mandatos presidenciais e marcou o cenário político latino-americano. Dadas as especificidades que compreendem os países latino-americanos, seja a resistência às ditaduras, a democratização, a subsequente ascensão de governos progressistas e a recente mobilização política do campo da direita, podemos dizer que existe uma conexão de enfrentamento ou de alinhamento com o governo que está no poder.

Essa questão será retomada no capítulo 4, quando analisaremos o efeito da ideologia sobre o protesto. Kostella e Rovny (2019) argumentam que a orientação do governo que está no poder também deve ser considerada em análises sobre protestos, fator que incide sobre as variações de protestos da esquerda e da direita a depender do contexto. De fato, o caso latino-americano é singular, por dois motivos: (1) a direita foi historicamente associada com regimes autoritários e a presença desses governos em democracias estabelecidas pode representar o risco de retrocesso democrático; (2) ao menos no Brasil, a direita perdeu a vergonha (Quadros; Madeira, 2018) de expressar seu conteúdo reacionário e antidemocrático. Com isso, a esquerda passou a dividir espaço nas

ruas com a direita e os governos no poder se tornaram heurísticas para o posicionamento em questões chaves da agenda pública, sejam temas econômicos, políticos e culturais.

2.3. Encaminhamentos de pesquisa

As tendencias observadas neste capítulo descrevem dois perfis de ativistas de protesto: o engajado em organizações, que está identificado com alguma causa coletiva, e o mobilizado cognitivo, que não está comprometido com rótulos e bandeiras partidárias. Ao mesmo tempo, identificamos que a frequência de protestos varia conforme o ambiente político e econômico. Já o dado econômico aponta para uma inversão nas tendencias antes e depois de 2010. Argumentamos que a agenda de protestos dos últimos dez anos assumiu um perfil distinto, combinando a insatisfação com as condições de vida, com outras questões de temas variados: corrupção, costumes, participação, inclusão, dentre outros. Dadas essas circunstâncias, nossa pesquisa deve analisar o papel da ideologia sobre o protesto, considerando aspectos individuais e contextuais.

Outro ponto que devemos analisar é se o papel de centralidade social do indivíduo se mantém quando observamos os grupos ideológicos, seja da esquerda, seja da direita. Estudos recentes sobre o Brasil têm demonstrado que o protesto ideológico apresenta recorte de classe, sendo as minorias sociais localizadas à esquerda e os grupos com mais poder político e econômico localizados à direita. Devemos avançar sobre essa questão, ampliando o leque de estudos ao caso latino-americano.

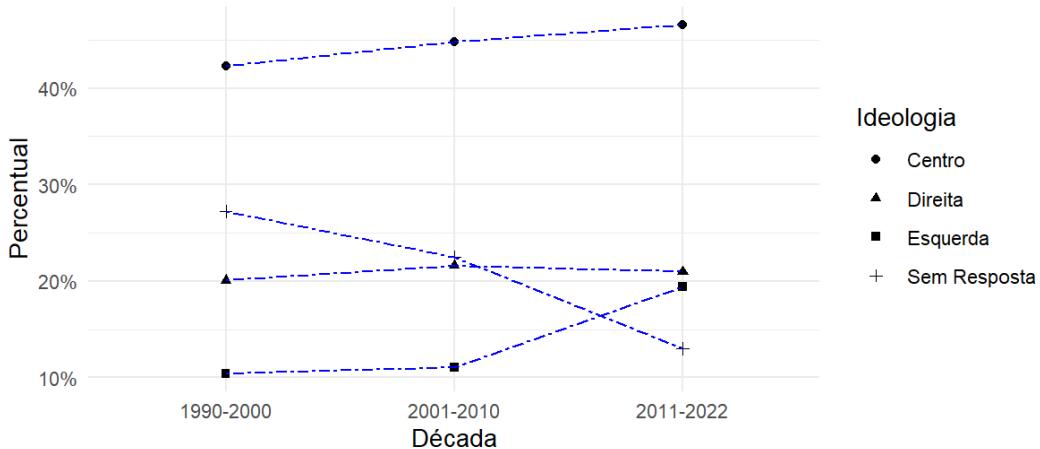
CAPÍTULO III

TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS EM PAÍSES LATINOAMERICANOS: PERFIL DOS INDIVÍDUOS E DIFERENÇAS ENTRE A ESQUERDA E A DIREITA

Neste capítulo analisamos duas questões específicas: (1) o perfil dos indivíduos que se identificam com a esquerda e com a direita; (2) as diferenças atitudinais entre a esquerda e a direita. Por enquanto, deixamos de fora aqueles que apresentam identificação com o centro e, com isso, procuramos evitar reflexões que fogem ao escopo desse capítulo. Existe uma discussão técnica que envolve a forma de mensuração dos rótulos ideológicos, especialmente a forma como se mede o ponto central da escala. Os centristas seriam pessoas neutras ou teriam uma consciência clara do que significa se colocar ao centro? Lafferty e Knutson (1984) argumentam que uma escala sugerindo um ponto central (exemplo de 7 pontos) tenderia a inflacionar o número de centristas, particularmente entre aqueles que defendem o centro como uma postura neutra. Kroh (2007), por sua vez, argumenta que a ausência de um ponto central levaria ao aumento de não respostas entre os que se posicionam ao centro, já que o indivíduo não se sentiria contemplado na distribuição dos níveis da escala.

A escala que estamos utilizando é de 10 pontos, variando de 1 até 10, sem um ponto central. Diferente do que suspeitava Kroh (2007), isso não inflacionou o número de não respostas dentro dos países pesquisados, registrando uma média de 20% de indivíduos nessa condição, conforme demonstramos no Gráfico 7. Ainda assim, se destaca o número de centristas em nossa série histórica, revelando uma tendência entre os entrevistados de se afastarem dos extremos. Observamos que existe pouca variabilidade na tendência de indivíduos à direita, sempre acima dos 20%, demonstrando certa estabilidade. Contudo, a última década conheceu um crescimento de indivíduos posicionados à esquerda, fato que coincide com a ascensão de governos conservadores nessa região.

Gráfico 7 – Percentual agregado de indivíduos posicionados à esquerda, ao centro, à direita e sem respostas em países latino-americanos.



Obs. Esquerda [1,2,3], Centro [4,5,6,7], Direita [8,9,10] e Sem Resposta [0]

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022), do V-Dem (Coppedge et al., 2023) e do Banco Mundial.

Esse primeiro retrato das tendências ideológicas latino-americanas afastam um dos problemas listados por Frederico Batista (2020), que é o problema da não resposta. Com isso, avançamos no exame que propomos em nosso capítulo, que é analisar o perfil dos indivíduos que se identificam com a esquerda e com a direita e as diferenças atitudinais entre extremistas.

3.1. Perfil sociodemográfico da esquerda e da direita latino-americana.

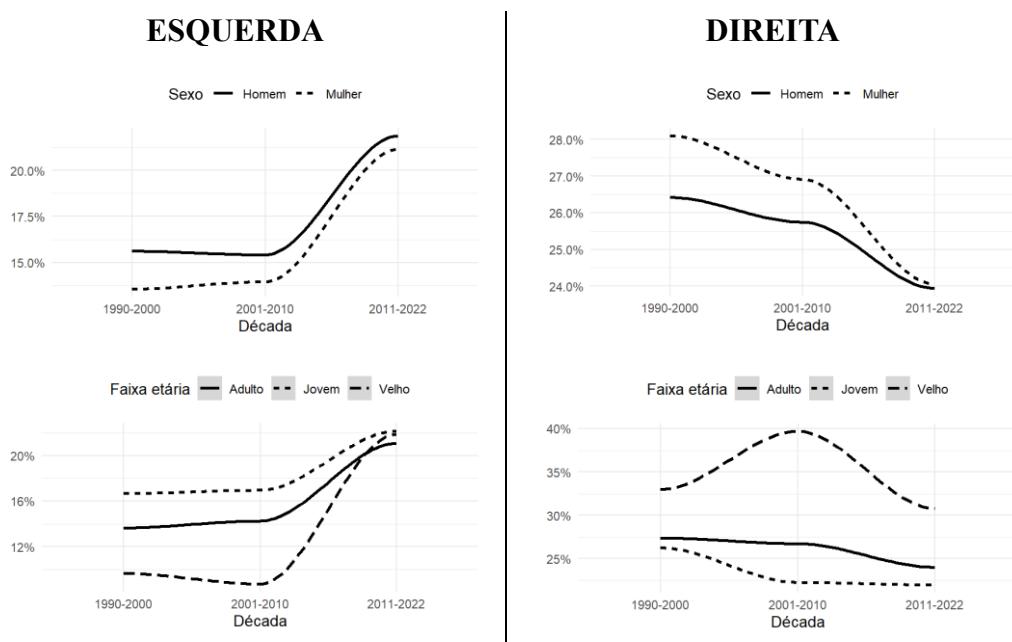
Nesta seção, descrevemos o perfil sociodemográfico da esquerda e da direita latino-americana. Os estudos sobre esse tema têm argumentado que os interessados por política e os mais instruídos tendem a apresentar maior identificação ideológica (Converse et al., 1960). Esse é um outro viés descrito por Frederico Batista (2020), que é de confusão entre as variáveis “educação” e “ideologia”. Em outras palavras, a militância ideológica está reservada a um grupo restrito de indivíduos com maior grau de instrução, por exemplo entre universitários, revelando que a ideologia não apresentaria um efeito direto sobre o comportamento político.

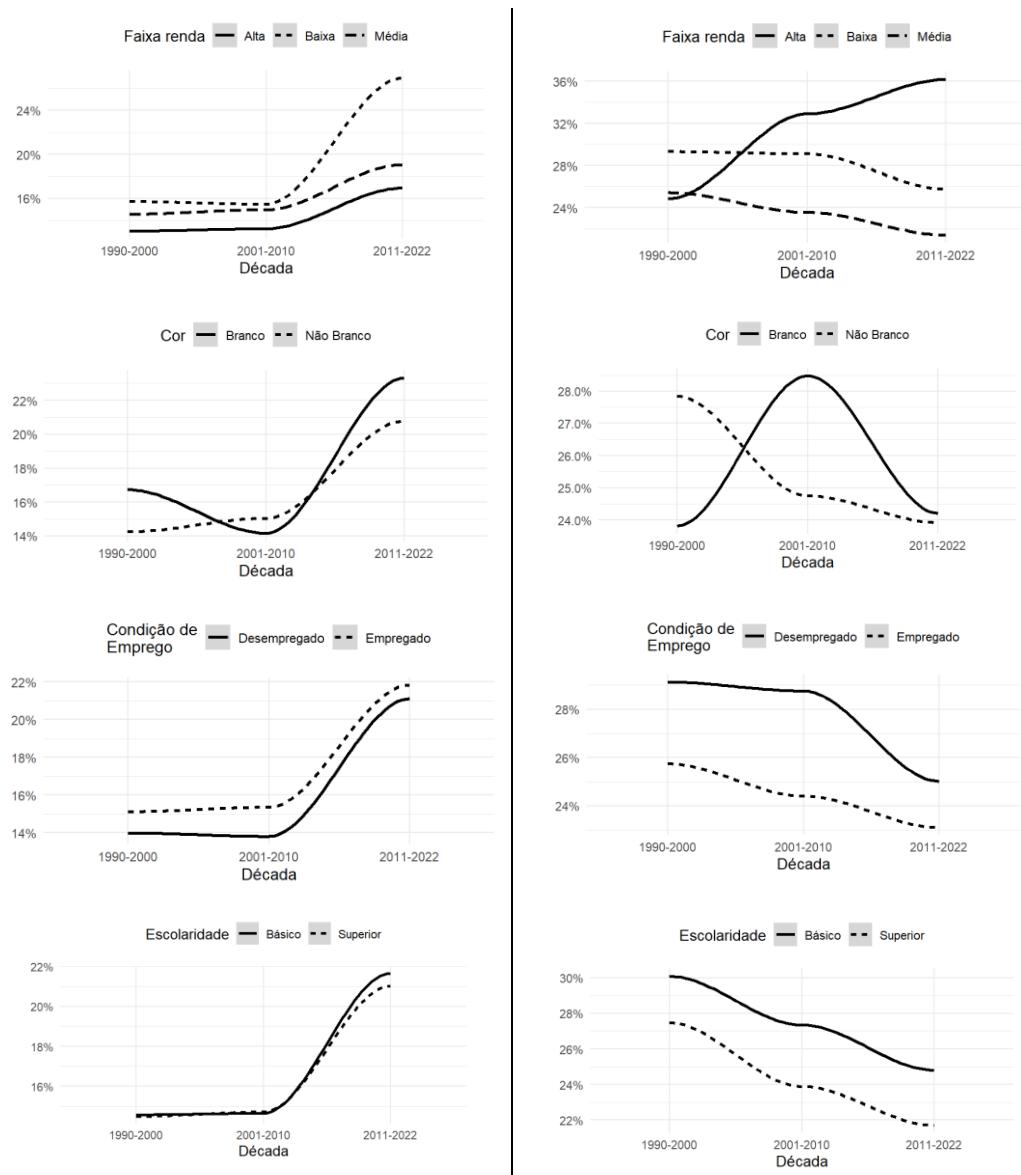
Por sua vez, McAdam (1986) e Malka, Lelkes e Soto (2017) defendem que os indivíduos politicamente engajados apresentariam maior disponibilidade atitudinal e seriam ideologicamente mais consistentes. Os trabalhos de Inglehart (2007) e Tarouco e

Madeira (2013) também sugerem a inclusão de variáveis sociológicas que medem a inserção no mercado de trabalho e a renda, sugerindo que existe um critério de classe na militância à esquerda ou à direita. Já o trabalho de Della Porta e Diani (2009) analisaram o papel do gênero nas disposições ideológicas, evidenciando que ficou destacada em nossos dados no capítulo anterior. A inclusão dessas variáveis possibilita mensurar as desigualdades entre os estratos sociais e seu impacto sobre o engajamento e identificação ideológica (Verba, Schlozman; Brady, 2018).

No Gráfico 8 e 9 apresentamos o percentual médio de indivíduos que se colocaram à esquerda ou à direita dentro do espectro ideológico. A estratégia é semelhante a que usamos no capítulo 2: primeiro apresentamos descriptivas para sexo, cor, idade, renda, trabalho e escolaridade. Logo após, avançamos em discussões mais específicas como as características biográficas e de engajamento, bem como as habilidades cognitivas desses ativistas. O posicionamento a esquerda e a direita são definidos a partir de uma escala de 10 pontos, variando da esquerda (1) até a direita (10). Criamos duas dummies: classificamos como esquerda todos aqueles que se colocaram entre as faixas 1 e 3; classificamos como todos que se colocaram entre as faixas 8 e 10.

Gráfico 8 – Percentual de indivíduos posicionados à esquerda e à direita a depender do sexo, cor, idade, renda, trabalho e escolaridade.





Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022).

A primeira leitura dos gráficos nos mostra que existem diferenças sociodemográficas entre esquerdistas e direitistas. De um lado, na esquerda predominam os homens, jovens, de baixa renda, brancos. De outro, na direita se destacam os mais velhos, brancos, com renda mais alta e menos escolarizados. Verificamos que as posições mais extremadas podem ser mensuradas pelo critério da renda e condição de trabalho. Para esta última variável, vale ressaltar que os desempregados tendem a se posicionar mais à direita, quando comparados aos empregados. O estudo de Inglehart e Welzel (2009) defende que indivíduos que compartilham dessa condição social tendem a adotar valores materialistas, com foco na segurança física, na ordem e dos valores tradicionais.

Sendo assim, a identificação com a direita pode ser reflexo de padrões de experiências que estão associados a essa condição.

A segunda leitura geral é de queda no percentual de indivíduos localizados à direita e um crescimento de indivíduos localizados a esquerda, independente da condição sociodemográfica. A única exceção para o caso da direita é a variável renda, que foi a única em ascensão nos últimos anos. Com isso, fica mais evidente que a direita latino-americana passou a se concentrar dentro do extrato mais alto de renda. Numa análise preliminar, ocupar esse extrato significa também compartilhar de uma visão de mundo que envolvem acessos a bens e produtos que outros grupos sociais não podem acessar. Dado que o contexto de crise econômica e política coincidiram com maiores taxas de ativismo de protesto (Capítulo 2), é possível que nestes contextos a direita tenha sido mais atuante. Isso porque um contexto de crise pode impactar as condições de vida das pessoas, inclusive dos mais ricos. O revés no poder de compra e no acesso a bens e produtos desse extrato social pode ser um catalizador de insatisfação e de mobilização social.

Não obstante as leituras iniciais, apontamos outras questões que merecem atenção. Identificamos que existe uma diferença atitudinal dentro das faixas de idade, sendo os mais velhos inclinados à direita. Isso pode estar relacionado aos problemas circunscritos ao contexto geracional, definido por Mannheim (1959, p. 73) “pelo modo como os padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais da transição de uma geração pra outra”. Em outras palavras, os rótulos da direita e da esquerda comunicam padrões de experiência e são assumidos por cada faixa etária a partir do seu horizonte de vivências.

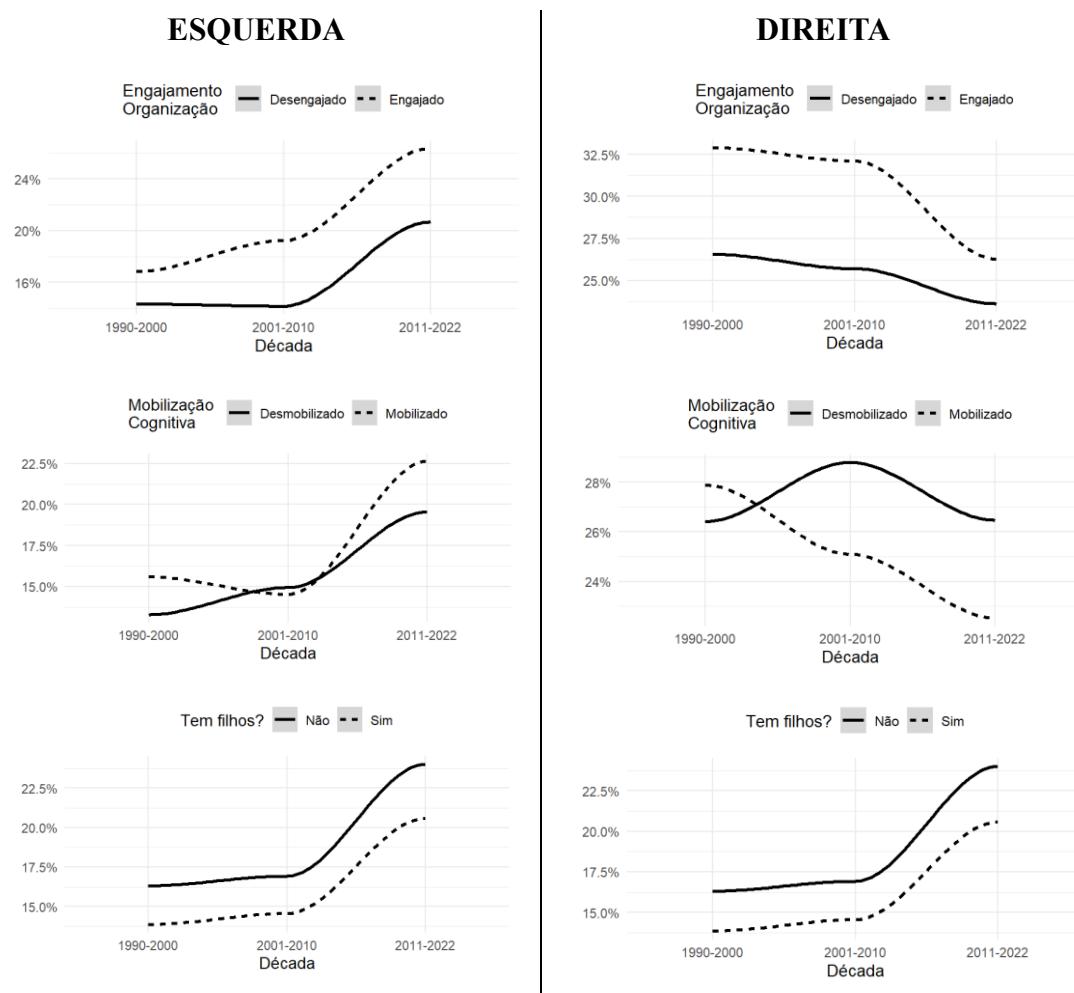
Se considerarmos que os indivíduos com mais de 50 anos foram socializados em contexto de ditadura – que associamos aqui à direita –, é possível que traços desse contexto possam ter sido assimilados e reproduzidos por esses mesmos indivíduos ao responderem nosso questionário. Por sua vez, os mais jovens foram socializados no contexto de democracia, assimilando e reproduzindo valores condizentes com esse tipo de regime. Nesse sentido, o conflito geracional teria alguma relação com o tipo de regime ao qual os respondentes foram socializados. Inclusive é possível que o posicionamento à esquerda ou à direita seja uma resposta atitudinal ao tipo de governo que está no poder. Isso poderia explicar o crescimento ou reorganização da direita em alguns países latino-americanos na década de 2010, coincidindo com a crise das gestões progressistas.

Identificamos também uma mudança no perfil da direita quanto ao recorte de gênero, representado por uma queda de 4% entre as mulheres. Isso pode ser reflexo de

uma mudança de mentalidade, especialmente pela maior consciência de igualdade de gênero e liberdade de escolha. Verificamos que a diferença entre homens e mulheres é praticamente nula na década de 2010, atestando uma mudança real no perfil da direita latino-americana.

Em resumo, a análise descritiva nos informa que as variáveis sociodemográficas contribuem com algumas pistas para identificação ideológica. Em termos analíticos, a geração, os níveis de renda e a percepção sobre insegurança física são determinantes do posicionamento ideológico. Agora avançamos em nossa análise, apresentando o percentual de identificação com a esquerda e com a direita a depender das características biográficas e de engajamento, bem como as habilidades cognitivas desses ativistas.

Gráfico 9 – Percentual de indivíduos posicionados à esquerda e à direita a depender do grau de engajamento em organizações, biografia e mobilização cognitiva.





Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022).

De um modo geral, observamos um crescimento na identificação com a esquerda e uma queda na identificação com a direita, tendência que também foi observada no Gráfico 8. A exceção para direita está restrita ao grupo dos cognitivamente desmobilizados, que mantiveram um percentual médio mais elevado. Recordamos que a medida de mobilização cognitiva é composta pela variável “educação” e “interesse por política”. Com isso, esse dado reforça uma perspectiva geracional para mobilização à direita, se considerarmos que os coortes mais velhos tiveram mais dificuldade de acessarem a educação formal e se dedicaram mais ao trabalho e a manutenção da casa. Ao mesmo tempo, a socialização em contexto com baixa oferta de educação cívica participativa – ditadura – pode explicar o baixo interesse por política.

Outro dado que nos interessa é o perfil crítico compartilhado pelos mobilizados cognitivos (Dalton, 2008). Encontrar essa tendência entre esquerdistas significa dizer que esse grupo tem se tornado cada vez mais crítico das instituições políticas e desvinculado de bandeiras partidárias, bem como de movimentos organizados. Por sua vez, o tipo de cidadania crítica da direita seria de outra natureza: o ressentimento desse grupo afetaria sua avaliação sobre o sistema político. Essa tendência encontra amparo no trabalho de Norris e Inglehart (2018), no qual os autores argumentam que a vitória de candidatos ligados à direita pode estar associada a uma revanche cultural protagonizada por eleitores que sofreram com revezes em seu status social.

Os itens biográficos – status matrimonial e número de filhos – revelam que existe um recorte de ciclo de vida nas posturas ideológicas latino-americanas. Verificamos que o posicionamento à direita coincide com indivíduos que tem filhos e estão numa relação matrimonial. Faz sentido, neste caso, o compartilhamento de valores em defesa da família e outras pautas que são correlatas, como a reserva quanto ao aborto, as uniões homoafetivas e a adoção de crianças por casais homoafetivos dentro desse grupo ideológico. Infelizmente, nossa variável “status matrimonial” não consegue especificar

quais são os tipos de uniões que são mensuradas pelo questionário, mas a combinação entre número de filhos e casamento nos fornece uma visão panorâmica do perfil da direita. O inverso encontramos na esquerda, caracterizando-se na sua maioria como solteiros e sem filhos. Com isso podemos dizer que, em média, os problemas que são sensíveis à direita são diferentes daqueles que são sensíveis para esquerda.

Estudos recentes têm demonstrado que o posicionamento ideológico reflete mais as diferenças individuais na deferência a autoridade e normas do grupo (Duckitt; Bizumic, 2013; Stenner, 2005), a identificação com questões liberais (Mondak, 2010), aos valores de conformidade e segurança (Inzlicht; Lelkes, 2014) e preocupações ligadas ao fortalecimento dos laços sociais comuns diante da insegurança e do perigo (Federico; Weber, 2013). Nossos dados corroboram essas interpretações e contribuem dizendo que, no caso latino-americano, os critérios geracionais e de ciclo de vida tem um papel singular.

Por fim, a única variável que não diferencia os grupos da esquerda e da direita é o engajamento político, apesar do declínio desse tipo de comportamento dentro do grupo da direita. Isso corrobora a tese de McAdam (1986) de que o engajamento em organizações está associado com uma identificação ideológica, fenômeno que vale tanto para esquerda, quanto para direita. Contudo, como discutimos no capítulo 1, a ênfase dada pela literatura de movimentos sociais aos aspectos organizacionais da ação coletiva contribuiu com o obscurecimento da variável ideologia em análises sobre protestos (Noakes; Johnston, 2005). Esse esquecimento ficou mais evidente com o estudo de Snow e Benford (1988) que utilizou os termos “enquadramento” e “ideologia” como sinônimos, definindo-os como uma estrutura cognitiva que orienta e guia a interpretação da experiência individual. No entanto, a utilização da categoria de enquadramento como sinônimo de ideologia incorre num erro normativo.

De um lado, o enquadramento resulta da interação e uso estratégico dos símbolos que orientam a narrativa do movimento em direção a um objetivo comum. Tarrow (1995) foi assertivo ao argumentar que os elementos que compõem o quadro não estão automaticamente disponíveis e é pela mobilização dos consensos (Klandermans, 1984) que os atores descobrem quais são os valores que devem ser alinhados. Neste sentido, o quadro é construído a posteriori, constituindo-se como uma estratégia ou tática (Polletta; Jasper, 2001) que costura a trama dos processos de mobilização política. De outro lado, a ideologia é um conteúdo composto de múltiplos elementos de ideia, que é socialmente compartilhado e está ancorado numa identidade social (Frederico; Malka, 2021). A

ideologia pode ser representada tanto pelo seu conteúdo simbólico, como identificar-se com o rótulo esquerda e direita, quanto pelo seu conteúdo operacional, como a inclinação geral das preferências de cada um (Ellis; Stimson, 2012). Portanto, um quadro pode ser formado por um conjunto de conteúdos ideológicos.

Dada a importância que encontramos para os elementos geracionais e de ciclo de vida, é provável que esses elementos contribuam com alguma explicação para os sentidos do engajamento em organizações. Posturas mais conservadoras, que valorizam a hierarquia e a segurança, podem ser encontradas entre militantes mais velhos e com família. Já as posturas mais progressistas, que valorizam a horizontalidade e a liberdade, podem ser encontradas entre militantes mais jovens, solteiros e sem filhos. Obviamente que propomos aqui alguns tipos ideais de militantes, que ainda precisam ser testados empiricamente. Ainda assim, nossos dados sugerem uma relação entre engajamento e posicionamento ideológico.

Um aspecto que merece a atenção é o engajamento da direita em organizações. Esse dado é revelador de que a mobilização dos interesses desse grupo social sempre dependeu do aparato organizacional. Existem estudos que mapearam a atuação dessas organizações na América Latina (Faria; Chaia, 2020), todas divulgadoras de ideias capazes de manter uma militância conservadora e neoliberal articulada. No caso brasileiro, vale citar o estudo de Rocha (2019) sobre a formação de um “contrapúblico” ultraliberal a partir das redes sociais do Orkut na década de 2000 até a consolidação de diversos institutos fomentadores do liberalismo econômico. Segundo a autora: “Durante os anos 1980 e 1990 foram fundados no Brasil vários think tanks que traduziam e/ou divulgavam para o grande público as principais obras de autores e autoras alinhados à militância pró-mercado internacional” (p. 7). Não por acaso, a década de 2010 no Brasil conheceu uma ebulição de grupos de direita articulados nas redes sociais e com capilaridade nacional.

Em resumo, nossos dados fornecem uma base empírica para dizer que existe uma diferença dentro do perfil sociodemográfico e biográfico do indivíduo. Nossas análises revelaram que o problema de confusão entre “educação” e “ideologia” não se sustenta, o que resolve mais um ponto de atenção levantado por Frederico Batista (2020). Em nosso estudo, verificamos que as diferenças dentro dos grupos ideológicos são mais sensíveis aos critérios geracionais e ciclos de vida, do que o grau de instrução.

Na próxima seção buscamos analisar se essas diferenças sociodemográficas e biográficas se estendem também aos issues políticos, econômicos e sociais. Ao menos os

estudos clássicos tendem a legitimar esse tipo de desconfiança, por exemplo, se a defesa de um Estado mais intervencionista estaria associada à esquerda e a defesa do estado mínimo estaria associada à direita. Contudo, vale problematizar que a compreensão dos rótulos “esquerda” e “direita” sofreu certo embaçamento no decurso histórico e filosófico (Mair, 2017). Primeiro, em razão de mudanças culturais que fizeram surgir uma nova esquerda, classificada de pós-materialista (Inglehart; Welzel, 2009), que subverteu uma perspectiva ideológica restrita ao viés econômico. Segundo, em razão de mudanças geopolíticas provocadas pelo fim da guerra fria, com a falência do polo concorrente ao da economia de mercado e da globalização do capitalismo. Terceiro, em razão do esvaziamento do papel da ideologia sobre as decisões individuais e partidárias, cedendo lugar a visão empresarial da coisa pública. Por fim, a ascensão de políticos populistas de direita que promovem valores que são tradicionalmente associados a esquerda liberal torna confusas as definições dos rótulos ideológicos. Essa investigação é oportuna, pois nos auxilia com a interpretação das tendências de protestos motivados por ideologia na América Latina.

3.2. Distância atitudinal entre esquerda e direita

Nesta seção, analisamos o perfil atitudinal dos indivíduos identificados com a esquerda e com a direita. Como encontramos diferenças sociodemográficas entre esses perfis na seção anterior, parece válido analisar se essas diferenças se estendem também para dimensão das atitudes políticas. Adotamos a seguinte estratégia: analisamos as diferenças médias entre esquerdistas e direitistas sobre um conjunto de issues. A lógica desse procedimento sugere que a identificação com os rótulos ideológicos prevê uma disposição atitudinal congruente sobre os temas que serão testados. Desse modo, não estamos trabalhando com causalidade, mas explorando da maneira mais abrangente possível o perfil atitudinal dos indivíduos.

Uma leitura unidimensional da ideologia tende a considerar que esquerdistas e direitistas diferem em suas atitudes políticas. A perspectiva de fundo sustenta que os significados e as avaliações imputadas aos rótulos ideológicos partem de fontes simbólicas e afetivas divergentes, elementos que contribuem no processo de diferenciação entre os rótulos. Portanto, espera-se que esquerdistas e direitistas divirjam sobre diversos temas da agenda pública, assumindo que essa divergência tenha relação com os significados individualmente atribuídos aos rótulos ideológicos.

Realizamos um teste que calcula a “distância atitudinal” média (Huber, 1989) entre esquerdistas e direitistas. Neste teste utilizamos a escala de ideologia de dez pontos – (1) esquerda e (10) direita – e dividimos dois grupos: “esquerda” os que se colocaram entre os pontos 1 até 3 e “direita” os que se colocaram entre os pontos 8 até 10. A base de dados do World Values Survey (WVS) contém um conjunto de índices que mensuram diversos temas. Dessa base, trabalhamos com oito índices da escala de valores seculares e emancipatórios de Welzel (2013)³ e duas medidas sobre valores econômicos que chamamos de “estatismo” e “igualitarismo”.

Cabe uma nota técnica sobre as questões que iremos utilizar. Inglehart e Welzel (2009) discutem dentro da teoria do desenvolvimento humano, que a mudança de valores ocorre em duas etapas historicamente dadas: primeiro a secularização e depois a emancipação. A secularização, segundo os autores, resulta do processo de industrialização vivido por muitas sociedades no século XX e as “ideologias materialistas surgiram oferecendo interpretações seculares da história e utopias seculares a serem alcançadas pela engenharia humana, que agia por meio de organizações burocráticas rationalmente construídas” (p. 49). Isso significa um abandono de uma visão de mundo tradicional e religiosa da organização da vida, para uma organização burocrática e racional.

A diversificação do mundo do trabalho do contexto pós-industrial, particularmente o crescimento do setor de serviços, transformou o ambiente mecânico representado pelas fábricas, exigindo do trabalhador criatividade, autonomia e habilidades cognitivas, características incrementadas pelo maior acesso à educação. Segundo Inglehart e Welzel (2009), esse segundo movimento teve um “efeito socialmente libertador (...) [porque] despadroniza as atividades econômicas e a vida social (...) Isto torna as pessoas mais independentes, reduzindo as restrições sociais a escolha humana” (p. 52). Os oito índices da escala de valores seculares e emancipatórios busca captar essas mudanças culturais. O quadro 2 e 3 reproduzem as questões que foram combinadas em cada índice.

³ Reportamos aqui as variáveis que compõem cada um dos itens: (1) Desafio = [E018] + [G006] + [D054]; (2) Descrença = [A006] + [F034] + [F028]; (3) Relativismo = [F115] + [F116] + [F117]; (4) Ceticismo = [E069_02] + [E069_06] + [E069_17]. Esses quatro índices formam a escala de valores seculares. (5) Autonomia = [A029] + [A034] + [A042]; (6) Igualdade = [C001] + [D059] + [D060]; (7) Escolha = [F118] + [F120] + [F121]; (8) Voz = [E001] + [E002] + [E003] + [E004]. Esses quatro índices formam a escala de valores emancipatórios. Vale ressaltar que o índice “voz” captura quatro das seis variáveis que compõe a escala de materialismo e pós-materialismo de Inglehart.

Quadro 2 – Questões utilizadas na construção índices da escala de valores seculares.

Desafio	Mais respeito pelas autoridades
	Nacionalismo
	Um dos meus principais objetivos na vida é fazer meus pais se orgulharem de mim.
Descrença	Importância da religião na sua vida
	Considerar-se religioso
	Frequência de participação em atividades religiosas
Relativismo	Evitar pagar passagem em transporte público
	Não pagar impostos se tiver a chance
	Aceitar suborno para cumprir seu dever
Ceticismo	Confiança Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)
	Confiança na Polícia
	Confiança no Judiciário

Quadro 3 – Questões utilizadas na construção índices da escala de valores emancipatórios.

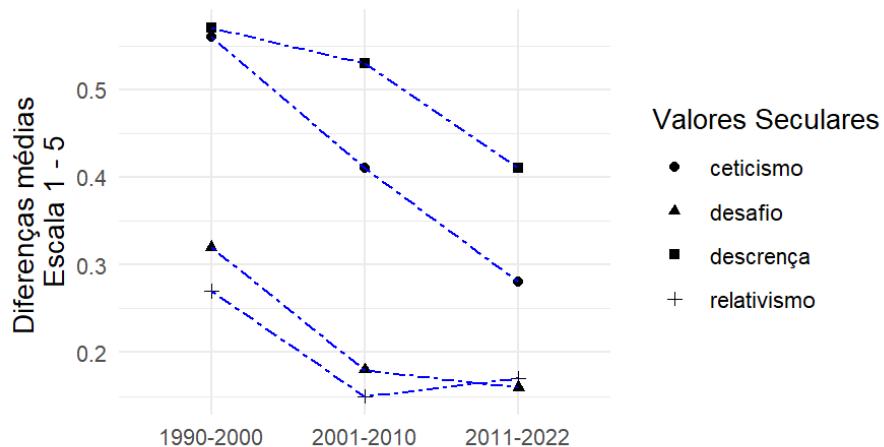
Autonomia	É importante estimular a independência (educação dos filhos)
	É importante estimular a criatividade (educação dos filhos)
	É importante estimular a autonomia (educação dos filhos)
Igualdade	Igualdade de gênero no mercado de trabalho
	Igualdade de gênero na gestão da política
	Igualdade de gênero no ensino superior
Escolha	Apoio a liberdade de escolha (homossexualidade)
	Apoio a liberdade de escolha (Aborto)
	Apoio a liberdade de escolha (Divórcio)
Voz	Aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas em seus trabalhos e em suas comunidades
	Aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo
	Proteger a liberdade de expressão

Por fim, as questões que mensuram o “estatismo” se referem a concordância de que “empresas e negócios do governo devem aumentar” e de a “concorrência é prejudicial”. As que mensuram o “igualitarismo” se referem a concordância de que “os salários deveriam ser mais parecidos” e de que “o governo deveria se responsabilizar mais para garantir boas condições de vida a todos”. Organizamos cada medida em uma escala de 5 pontos. Com isso, procedemos da seguinte forma: testamos o posicionamento médio sobre os issues selecionados entre esquerda (E) e direita (D). Depois, calculamos a diferença dessas médias.

$$(\sum Ei / n) - (\sum Di / n) \quad (1.)$$

Como as medidas estão organizadas em 5 pontos, estabelecemos que quanto mais perto de 5, maior a diferença entre esquerda e direita. A seguir, apresentamos três gráficos separados por temas, com as respectivas diferenças de médias.

Gráfico 10 – Distância atitudinal média entre esquerda e direita sobre valores seculares em países latino-americanos.



	Década 1990		Década 2000		Década 2010	
	Esquerda	Direita	Esquerda	Direita	Esquerda	Direita
Ceticismo	3.52	2.96	3.47	3.06	3.60	3.32
Relativismo	2.45	2.18	2.46	2.31	2.60	2.43
Descrença	2.45	1.88	2.41	1.88	2.52	2.11
Desafio	1.71	1.39	1.59	1.41	1.53	1.37

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

O primeiro ponto que anotamos é a baixa distância atitudinal entre esquerda e direita, tendência que vem aumentando nos últimos trinta anos. Esse é um dado interessante, porque sugere que a visão de mundo desses dois grupos não apresenta grandes divergências sobre os temas da segurança pública (ceticismo), da ordem (desafio), da corrupção (relativismo) e da prática religiosa (descrença). Esses dados propõem algumas discussões.

Em primeiro lugar, o apreço aos aparatos de segurança pública e ao sistema de justiça seriam reveladores de atitudes que demandam mais proteção individual, seja da propriedade, seja da segurança física. Neste ponto, vale citar o trabalho de Inglehart e Welzel (2009), em que ressaltam o papel das condições de vida, seja de carência ou de bonança material (renda, trabalho), na definição das prioridades individuais. Dito isso, a preocupação com a segurança física seria um determinante do apoio das forças de segurança e da reparação via sistema judiciário. Alguns estudos argumentam que posturas preocupadas com a ordem, com a segurança e com a hierarquia estariam associadas a direita (Duckitt, 2001; Jost et. al., 2009; Ames; Smith, 2010; Frederico, 2021). O que nossos dados revelam é que esse tema não apresenta grandes diferenças entre esquerda e direita como esses estudos recomendaram. Contudo, se observarmos o contexto latino-americano que conta com uma das maiores taxas de homicídios do mundo (Cavalcanti, 2017), faz sentido o tema da segurança mobilizar as pessoas, independente da orientação ideológica.

Vale destacar uma peculiaridade do Brasil quanto a postura da direita sobre endossamento ou de crítica ao sistema judiciário. Primeiro, com a Operação Lava Jato a partir de 2014, houve o processo de investigação e condenação de diversos atores políticos e empresariais. Nesta década, o Partido dos Trabalhadores (PT), que é o representante dos setores progressistas da sociedade brasileira, foi o que mais sofreu com processos de corrupção, inclusive com a prisão de Lula (PT) em 2018. A Lava Jato teve grande exposição midiática e foi endossada pelos setores da direita e antipetistas de um modo geral. Segundo, a partir de 2020, no contexto de Pandemia de COVID-19, a discordância com as regras sanitárias de controle e prevenção levou setores da direita a criticarem agentes do judiciário. Essa resistência ficou mais evidente com a proximidade das eleições presidenciais de 2022, com forte judicialização da política protagonizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Portanto, neste caso específico, percebemos como o apoio ou a crítica do judiciário varia conforme o contexto político. Contudo, essa

oscilação não se viu para o apoio as forças armadas e a polícia, revelando que os valores dessas instituições são mais representativos dos sentimentos da direita.

Em segundo lugar, o respeito pelas autoridades, o sentimento nacionalista e a defesa da família são reveladores de posturas conservadoras. No Brasil, por exemplo, o discurso nacionalista esteve associado ao saudosismo do regime militar. Em diversos momentos, seja em dias comemorativos como o 7 de setembro, ou em “motociatas” conduzidas por Jair Bolsonaro, esse grupo mais radical se reunia com símbolos e cartazes contrários a democracia. Após a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022, diversos quartéis tiveram suas frentes ocupadas por apoiadores mais radicais, pedindo intervenção militar. O ponto mais tenso desse processo se deu com os atos de 8 de janeiro de 2023, onde milhares de manifestantes ocuparam a Esplanada dos Ministérios e depredaram patrimônio público.

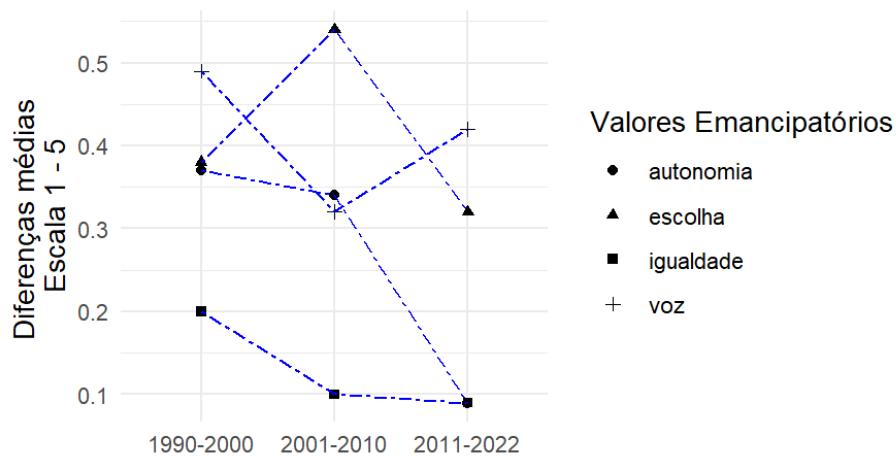
Em terceiro lugar, a resistência as regras e aos aparatos estatais é uma constante da cultura política dessa região. Estudos sobre o Brasil, por exemplo, como de Oliveira Viana (1973) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), são contundentes em diagnosticar a aversão a formalidade e a fruixidão organizacional da sociedade brasileira. Por seu turno, o patrimonialismo e as relações privadas se destacam no trato da coisa pública. Essa simbiose entre o público e o privado torna mais indeterminada a observância das regras sociais. O que nosso gráfico revela é que os extremos ideológicos compartilham de uma visão comum de que a corrupção nas relações cotidianas deve ser evitada.

Em quarto lugar, a “descrença” busca captar o que chamamos aqui de “sentimento religioso”. Inglehart e Welzel (2009) argumentam que o sistema de crenças de uma sociedade pode ser explicado por dois fatores que eles julgam cruciais: a tradição religiosa e suas histórias coloniais. E para os autores, a “influência dos laços coloniais fica aparente na existência de uma zona cultural latino-americana” (p. 92). Dado que a presença da religião de matriz cristã é marcante no processo de colonização dessa região, é de se esperar que a religião cristã tenha alguma importância na vida dos cidadãos latino-americanos. Esse traço cultural é o que mais distingue a esquerda da direita, sendo a esquerda mais secularizada em relação a direita. Suspeitamos que essa postura da esquerda tenha relação com o que representa esse tipo de tradição cultural: uma estrutura que privilegia a autoridade e oprime o *ethos* emancipador.

De um modo geral, existe uma inclinação mais acentuada da esquerda sobre os temas abordados. Mesmo que as diferenças sejam pequenas, a tendência observada sugere que a direita teria inclinações mais autoritárias enquanto a esquerda estaria mais

secularizada. No gráfico 11, examinamos o outro conjunto de temas, com as respectivas diferenças de médias.

Gráfico 11 – Distância atitudinal média entre esquerda e direita sobre valores emancipatórios em países latino-americanos.



	Década 1990		Década 2000		Década 2010	
	Esquerda	Direita	Esquerda	Direita	Esquerda	Direita
Voz	3.08	2.59	2.93	2.61	2.95	2.53
Escolha	2.26	1.88	2.55	2.01	2.57	2.25
Igualdade	3.55	3.35	3.76	3.66	3.76	3.67
Autonomia	2.66	2.29	2.61	2.27	2.37	2.28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

Mais uma vez observamos uma baixa diferença atitudinal entre esquerda e direita. E dentre todos os itens, os que mais contribuíram com diferenças atitudinais foram a voz e a escolha. Como caracterizamos no Quadro 3, a “voz” se refere ao apoio a participação política e liberdade de expressão e a “escolha” se refere a tolerância a homossexualidade, aborto e divórcio. De um lado, a defesa da voz política sempre esteve associada a agenda da esquerda. Fortes e Negro (2004), ao examinar o histórico da esquerda e da direita no Brasil, cita diversos documentos oficiais onde se pede o fim das atividades “vermelhas”, demonstrando que o regime militar tinha a esquerda como inimiga. Ao mesmo tempo, Setemy (2018) menciona os movimentos de direita como parte de uma cultura da vigilância à liberdade de expressão. Embora vivamos numa região com democracias

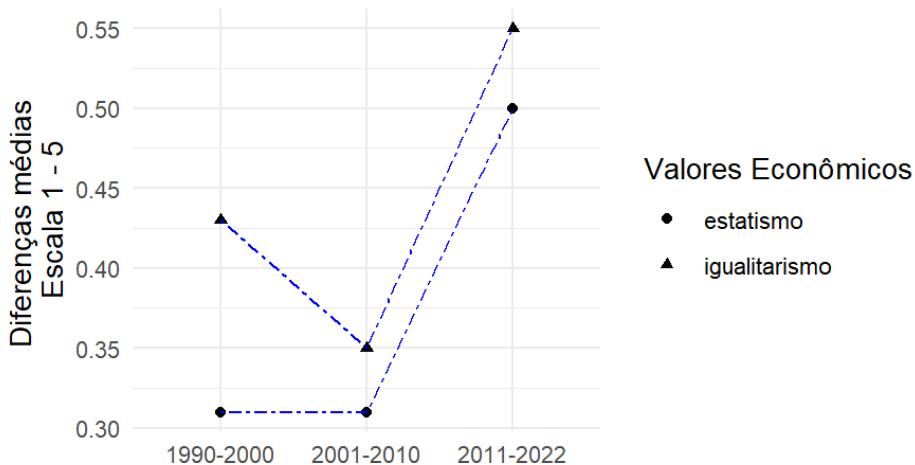
estabelecidas, a tendência observada em nosso gráfico sugere que a direita tende a ser mais resistente a liberdade política.

De outro lado, especialmente os debates sobre o abordo e sobre a orientação sexual, costumam motivar o extremismo ideológico. Gomes (2021), argumentou que desde a década de 1990, as discussões no campo jurídico pouco avançaram sobre o tema do aborto. A questão mais conflitante, segundo a autora, é o tratamento indiferenciado entre direitos sexuais e reprodutivos, que coloca os primeiros como subordinados aos segundos. Essa questão descreve bem como a temática do aborto se coloca como um tabu cultural na região. A partir de 2012 a América Latina viveu a “onda verde”, que caracterizou um conjunto de manifestações que pedia a desriminalização do aborto. Esses movimentos alcançaram algumas vitórias no Uruguai, na Argentina, na Colômbia. Na maioria dos países o abordo é proibido, sendo permitido somente sob decisão judicial, como é o caso do Brasil.

Com os temas que envolvem a liberdade sexual não é diferente. Os principais avanços nessa agenda envolvem o direito de adoção por casais do mesmo sexo, o reconhecimento civil da união homoafetiva e a criminalização da homofobia, todas conquistas recentes. No Brasil, Chile, Colômbia, Honduras, Peru e Uruguai, por exemplo, existe ampla proteção contra a discriminação por orientação sexual. Isso inclui também o acesso a bens e serviços, como saúde e educação. Essa conjuntura é reveladora dos avanços sobre a ampliação dos direitos civis e da tolerância quanto a orientação sexual.

Haver proximidade atitudinal entre esquerda e direita nesses temas releva que, independentemente da ideologia, as pessoas estão se tornando mais emancipadas culturalmente. Isso também vale para outros temas com igualdade de gênero e autonomia. No gráfico 12 apresentamos os últimos dois itens, que mensuram as distâncias atitudinais sobre os valores econômicos.

Gráfico 12 – Distância atitudinal média entre esquerda e direita sobre valores econômicos em países latino-americanos.



	1990		2000		2010	
	Esquerda	Direita	Esquerda	Direita	Esquerda	Direita
Igualitarismo	3.10	2.67	2.82	2.47	3.17	2.62
Estatismo	2.67	2.98	2.71	3.02	2.55	3.05

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

Diferente dos últimos dois gráficos, observamos um aumento nas diferenças entre esquerda e direita na década de 2010, apesar de ainda serem baixas. De um lado, esse dado reforça a suspeita que levantamos no capítulo 2 de que a insatisfação com a economia e com a política mobilizam tanto o comportamento de protesto e quanto as atitudes ideológicas. Assim, o apoio da intervenção do Estado na economia e da gestão do bem-estar social, garantindo salários equiparados, seria uma pauta da esquerda, enquanto a direita estaria na agenda oposta, compactuando com o liberalismo econômico (Estado mínimo e livre concorrência).

De outro lado, como já apontamos, a baixa distância atitudinal revela que os extremos ideológicos tendem a apoiar uma agenda mais estatista e igualitária. Isso pode ser reflexo do contexto latino-americano que é desigual, onde os indivíduos sofrem com a precarização da vida independente a orientação ideológica. Essa atitude benevolente ficou mais clara no contexto de pandemia de COVID-19, quando houve a necessidade de garantir a proteção social com amparo financeiro do Estado.

Em resumo, observamos nesta seção que a diferença entre a esquerda e a direita é mais simbólica do que operacional, para usar os termos de Ellis e Stimson (2012). Isso significa dizer que não podemos determinar uma identificação ideológica que seja atitudinalmente consistente. Nossos dados sugerem que a identificação com a esquerda e com a direita sofre variações a depender da conjuntura política e que posturas mais extremas são pontuais. Isso não significa dizer que os temas culturais e econômicos não mobilizam o comportamento político. O que estamos argumentando é que esses temas não contribuem com a diferenciação entre esquerda e direita, nos países e períodos pesquisados.

3.3. Encaminhamentos de pesquisa.

Os resultados deste capítulo contribuem com dois encaminhamentos de pesquisa. O primeiro indica que existe um crescimento da identificação com a esquerda nos países pesquisados, fenômeno que coincide com o processo de redemocratização vivido nesta região. Nossos achados revelam que a identificação com um dos rótulos ideológicos obedece a critérios de renda, geracionais e de ciclo de vida. Em outras palavras, a ideologia tem um perfil sociodemográfico mais delimitado.

O segundo encaminhamento é que não encontramos a mesma especificidade para as distâncias atitudinais. Diante disso, argumentamos que diferentes posturas atitudinais – inclusive contrastantes – podem conviver dentro de um mesmo rótulo ideológico. Malka, Lelkes e Soto (2017) argumentam que a razão para essa dinâmica, que eles chamaram de “líquida”, se deve tanto as fontes discursivas da organização esquerda x direita que tem seu lastro histórico na América Latina, quanto das características sociodemográficas que contribuem com preferências variadas. Uma implicação direta desse resultado é o uso independente da variável “ideologia”, desassociado de todas as atitudes pesquisadas. Esse dado contribui com a discussão do papel da ideologia na literatura sobre movimentos sociais e protestos, especialmente seu uso como uma ferramenta distinta do conceito de enquadramento (frame).

CAPÍTULO IV

EFEITO DA IDEOLOGIA SOBRE O PROTESTO EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS

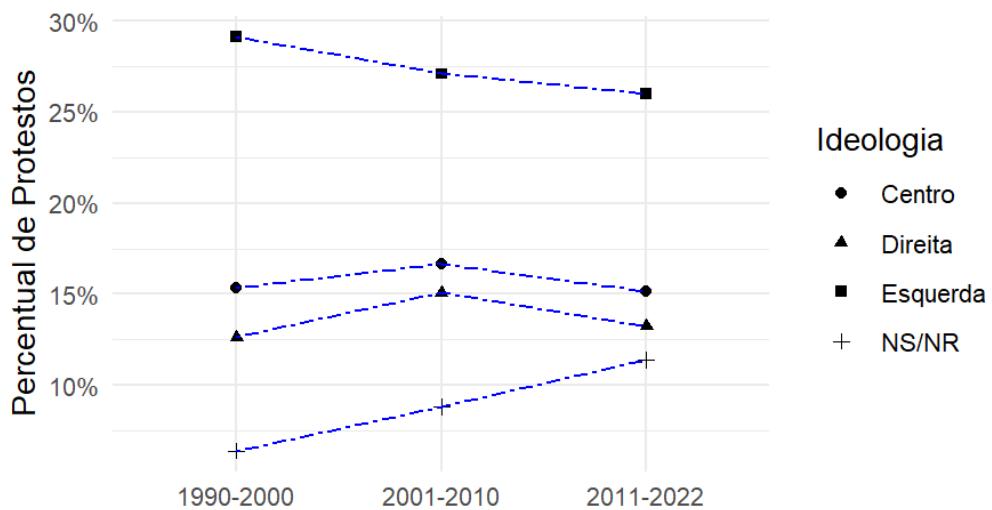
Observamos nos capítulos anteriores que existem dois perfis médios de ativistas: aqueles que estão engajados em organizações e aqueles que são críticos das instituições. Identificamos que em ambos os perfis os recursos são determinantes para o ativismo de protestos. Ao mesmo tempo, verificamos que as diferenças entre esquerda e direita obedecem a critérios sociodemográficos, geracionais e de ciclo de vida, e que esses grupos apresentam poucas diferenças atitudinais. Neste capítulo, analisamos o papel da ideologia sobre o protesto, investigando se os ativistas de maior intensidade são os que dispõe de mais recursos, estão engajados e/ou cognitivamente mobilizados. Ainda nesta análise, nos interessa saber se o papel da ideologia varia a depender das características do contexto político. Com isso, dividimos nosso capítulo em duas seções: uma analisa os condicionantes individuais e outra analisa os condicionantes contextuais.

4.1. Ideologia e protesto: uma análise dos condicionantes individuais.

Nesta seção testaremos as hipóteses 1 e 2 desta tese. A primeira defende que indivíduos cognitivamente mobilizados também estejam identificados com a esquerda ou com a direita em protestos. A segunda defende que indivíduos engajados em organizações também estejam identificados com a esquerda ou com a direita em protestos. Vimos nos capítulos anteriores que o relacionamento entre as habilidades cognitivas e o engajamento político pode variar a depender do tipo de identificação ideológica, seja à esquerda, seja à direita. Nosso objetivo é verificar se essas variações se confirmam quando analisamos o comportamento de protesto.

Antes de avançarmos sobre a análise dos condicionantes individuais, entendemos que seria oportuno apresentar um gráfico com a frequência dos ativistas de protesto por identificação ideológica nas últimas três décadas.

Gráfico 13 – Percentual médio de ativistas de protesto, por ideologia, em países latino-americanos [1990-2022]



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

O gráfico 13 nos informa que a maior frequência de ativistas de protesto está concentrada no seguimento da esquerda. Essa tendência encontra algum lastro histórico em países latino-americanos, desde o movimento operário, passando pelos grupos de resistência à ditadura (inclusive com apoio do seguimento progressista da Igreja Católica), até as mobilizações mais recentes já no período da democracia. Outro dado interessante é o crescimento de ativistas de protesto entre aqueles que não se localizaram em nenhum ponto da escala, atingindo um percentual muito próximo do seguimento da direita na década de 2010. Em razão do crescimento de quase 10% desse grupo que não se identifica com nenhuma ideologia, decidimos incluí-los em nossa análise.

Retomando a informação de que a esquerda protesta mais do que os demais seguimentos ideológicos (inclusive os não posicionados), esse dado não nos surpreende por dois motivos: um histórico e outro teórico. O primeiro considera o contexto de expansão do modo de produção capitalista (século XIX) e das flutuações cíclicas da economia de curto prazo, que exigiram “técnicas completamente novas de coordenação nacional, e a fusão de ideias cooperativo-socialistas e sindicalistas” (Hobsbawm, 1981, p. 135). Neste caso, as táticas de greve e a organização sindical são compartilhadas por uma classe de operários das fábricas, mas também de agricultores, que demandavam melhorias nas condições de trabalho, dos custos de vida e o enfrentamento do desemprego na Europa.

Vale destacar que o sindicalismo europeu no século XIX já estava altamente organizado quando as principais obras do socialismo clássico estavam sendo publicadas⁴. Pode-se dizer que as aspirações socialistas sistematizaram as ideias que mobilizaram a agenda dos trabalhadores deste período. O acúmulo de expertise política dessas organizações e dos trabalhadores filiados, combinada as ideias Owenistas, Cartistas e Marxistas (Hobsawm, 1981, p. 154), formou um conjunto de lideranças que aperfeiçoou suas técnicas de ação política. Não é sem razão que se associa as ações disruptivas, como greves e protestos, com as ideias da ala esquerda.

Por sua vez, existe uma leitura no campo da teoria social e política que apresentou uma postura pessimista do socialismo do início do século XX (Durkheim, 2016; Weber, 2014[1918]) e crítica da “massa”, entendida como irracional e ignorante (Schumpeter, 1942). Problematiza-se também o papel subversivo dos movimentos, sindicados e partidos de esquerda contra a ordem econômica e política, apoiados pelo bloco soviético no contexto da guerra fria. Por sua vez, a revolução cubana em 1959 foi um marco político para América Latina, tornando-se um braço do bloco Soviético nessa região, aumentando as aspirações da esquerda de ocupar o poder. As ditaduras que se seguiram na Argentina (1963), Bolívia, Brasil e México (1964), República Dominicana (1966), Peru (1968), Equador (1972), Chile e Uruguai (1973), podem ser lidos como desdobramentos dos esforços dos EUA em manter a ordem política e econômica nessa região.

Não obstante, o início da década de 1960 conheceu outro tipo de manifestação de rua, com temas que extrapolaram o eixo capital x trabalho. A agenda de ampliação dos direitos civis dos negros nos EUA, da liberdade sexual, da questão ecológica e antinuclear, pelo fim das guerras e por democracia, protagonizou as manifestações de rua nessa década. Um texto clássico da década de 1970, que analisou o “maio de 1968” na França, postulou um novo perfil de ativista, motivados por valores pós-burgueses (Inglehart, 1971). A agenda identitária e emancipatória estava no centro das discussões desses ativistas, que eram majoritariamente jovens de classe média e alta. A atuação muitas vezes pacífica desses movimentos classificou os protestos como um recurso legítimo de ação política (Lipsky, 1968).

⁴ Hobsbawm (1981, p. 140;142), por exemplo, apresenta duas tabelas com inúmeros saltos de agitação política, o primeiro no contexto do protagonismo sindical entre os anos de 1802 e 1848, e o segundo no contexto da mudança dos padrões da classe trabalhadora entre os anos de 1867 e 1911. Concomitantemente, Karl Marx, Friedrich Engels, Pierre-Joseph Proudhon, Charles Fourier, Saint-Simon, dentro outros, estavam publicando seus estudos.

A teoria da ação coletiva de Olson (2015[1965]) e da mobilização de recursos de McCarthy e Zald (1973;1977), foram decisivas para o obscurecimento do conteúdo ideológico dos movimentos sociais e protestos. Os objetivos que eram “não-políticos” e sim econômicos, deram conta de transformar os movimentos sociais em organizações quase empresarias, que angariavam recursos e pessoas. As contribuições de Eisinger (1973) e Kitchelt (1986) reforçaram o papel das condições exógenas dos protestos, reduzindo com isso a agência do indivíduo nessas ações.

O segundo motivo parte de duas leituras: uma inserida no campo da teoria dos movimentos sociais e outro no campo da cultura. Sobre a primeira, mencionamos o conjunto de trabalhos de David Snow e Robert Benford (1980,1986,1988) que trouxeram do campo da linguística um termo que posteriormente foi amplamente utilizado na literatura de movimentos sociais: enquadramento. O problema central, segundo Hank e Johnston (2000), é a utilização do enquadramento como um substituto da ideologia. Contudo, esses termos são normativamente distintos. Enquanto o enquadramento sistematiza as experiências que estão acontecendo no momento, são modulares e são reformulados dentro do processo político (Tarrow, 1995), as ideologias estão profundamente enraizadas, são aprendidas ou são socializadas (Hank; Johnston, 2000). Tomar a ideologia como sinônimo de enquadramento contribui com o obscurecimento dessa categoria.

Sobre a segunda leitura, mencionamos o conjunto de trabalhos de Inglehart e colegas que adotaram outro eixo normativo para explicar a organização das clivagens políticas, pelo uso das categorias materialismo x pós-materialismo, reservando à ideologia o universo semântico restrito aos conflitos entre capital x trabalho, próprio das sociedades industriais. O contexto pós-industrial da segunda metade do século XX foi responsável pela formação de novos seguimentos sociais, mais instruídos e habilitados, distribuídos dentro dos vários seguimentos do setor de serviços. A melhoria das condições de vida em sociedades industrializadas reformulou as prioridades políticas desses indivíduos, tornando-os mais liberais. Com isso, as diferenças entre esquerda e direita, por exemplo, estariam diluídas dentro das novas exigências da sociedade pós-industrial. Com isso, argumentamos que a leitura culturalista reduziu o poder explicativo da variável “ideologia”.

O que verificamos nos capítulos anteriores é que (1) existem dois perfis médios de ativistas de protestos, um que chamamos de engajados e outro que chamamos de crítico; (2) que esses perfis ocupam papéis distintos na identificação com a esquerda e

com a direita; (3) e que os *issues* não contribuem com distinções entre esquerda e direita, sugerindo que a ideologia teria um peso independente sobre o comportamento de protesto. Diante dessas tendências, questionamos a falta de um tratamento sistemático da variável “ideologia”, considerando-a como um condicionante do comportamento de protesto. Com objetivo de mitigar essa lacuna, propomos o seguinte modelo de regressão logística⁵:

Modelo 1: Protesto = $\alpha + \beta_1(\text{esquerda})x\beta_3(\text{Organização}) + \beta_1(\text{esquerda})x\beta_4(\text{Mobilização Cognitiva}) + \beta_2(\text{direita})x\beta_3(\text{Organização}) + \beta_2(\text{direita})x\beta_4(\text{Mobilização Cognitiva}) + \text{Controles} + \varepsilon$.

Adicionalmente, testamos um modelo que incluiu os “não posicionados” como categoria de referência. Esse exercício foi necessário, dado que no Gráfico 13 verificamos um crescimento de ativistas de protesto dentro desse grupo. Contudo, os resultados só confirmaram as tendências encontradas no referido Gráfico, apontando para o forte papel da ideologia sobre o ativismo de protesto. A tabela com os coeficientes de regressão desse teste pode ser encontrada no Apêndice dessa tese.

Nossa variável dependente é o protesto efetivo (0 = não; 1 = sim). Originalmente, a variável “ideologia” está organizada numa escala de 10 pontos. Categorizamos essa variável com três faixas (esquerda, centro e direita). Os perfis de mobilização cognitiva e engajamento em organizações estão distribuídos dentro de um intervalo de 0 até 7 e 0 até 4, respectivamente. Conforme o esquema teórico que propusemos no capítulo 1, esses perfis interagem com a ideologia. Para determinar se existe algum efeito da ideologia sobre o protesto, trabalhamos com três testes: nulo, aditivo e interativo. É uma boa prática acrescentar um termo interativo quando trabalhamos com hipóteses condicionais, mesmo se se tratar de modelos logit, como é o caso que aplicamos aqui (Brambor, 2005). Além disso, foram realizados testes de verossimilhança (Teste de Wald) e os resultados indicaram ser o modelo com interações o mais ajustado. Por fim, incluímos como controles o sexo, trabalho, cor e renda, considerando a discussão que apresentamos em capítulos anteriores.

⁵ Adicionalmente, testamos um modelo que incluiu os “não posicionados” como categoria de referência. Esse exercício foi necessário, dado que no Gráfico 13 verificamos um crescimento de ativistas de protesto dentro desse grupo. Contudo, os resultados só confirmaram as tendências encontradas no referido Gráfico, apontando para o forte papel da ideologia sobre o ativismo de protesto.

Neste primeiro momento, vamos nos concentrar nos valores agregados dos países, sem entrar no mérito de cada país⁶. O modelo nulo trabalha somente a ideologia, o modelo aditivo inclui as variáveis organização e mobilização cognitiva para os dois modelos e o modelo interativo analisa o efeito da ideologia, condicionado pelos níveis de organização e mobilização cognitiva. A Tabela 1 reporta os coeficientes de regressão para os três testes.

Tabela 1 - Efeito do posicionamento à esquerda e à direita, em comparação com o centro, sobre o ativismo de protesto em países latino-americanos

<i>Preditores</i>	Modelo Nulo		Modelo Aditivo		Modelo Interativo	
	<i>Exp(B)</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>Erro Padrão</i>
(Intercepto)	0.17***	0.01	0.02***	0.00	0.02***	0.00
Esquerda	2.16***	0.07	1.90***	0.07	1.58***	0.19
Direita	0.88***	0.03	0.88***	0.03	1.41**	0.17
Mobilização Cognitiva			1.55***	0.02	1.57***	0.03
Engajamento Organização			1.52***	0.04	1.55***	0.06
Sexo [Mulher]			0.86***	0.03	0.86***	0.03
Renda [Contínua]			1.09***	0.03	1.09***	0.03
Trabalha [Sim]			1.13***	0.04	1.13***	0.04
Cor [Não Branco]			0.96	0.04	0.96	0.04
Filhos [Sim]			1.05***	0.01	1.05***	0.01
Casado [Sim]			0.95	0.03	0.95	0.03
Esquerda × Mobilização Cognitiva					1.04	0.03
Esquerda × Engajamento Organização					1.02	0.07
Direita × Mobilização Cognitiva					0.90***	0.02
Direita × Engajamento Organização					0.91	0.05

Efeitos Aleatórios

⁶ Nesta pesquisa, trabalhamos com modelos de regressão multinível. Essa técnica nos permite trabalhar com dados em dois ou mais níveis de mensuração. No nosso caso, serão dois níveis: indivíduo e contexto de cada país. Opp (2009) recomenda que em estudos sobre movimentos sociais e protestos se trabalhe com modelos interativos, assumindo que os condicionantes individuais e contextuais não atuam de maneira independente. Nesta pesquisa, seguimos a mesma intuição metodológica.

σ^2	3.29	3.29	3.29
τ_{00}	0.30 grupo	0.43 grupo	0.44 grupo
ICC	0.08	0.12	0.12
N	59378	51606	51606
Condisional R ²	0.107	0.239	0.237

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Os resultados da Tabela 1 indicam que a inclusão das variáveis de controle aumentou em 14% a variabilidade decorrente de fatores de nível 2 (contexto) em nossas amostras. Esse dado recomenda considerar aspectos que contemplem as especificidades de cada contexto político e econômico, exercício que faremos na próxima seção.

Encontramos um coeficiente positivo e significativo entre os ativistas de protestos identificados com a esquerda, apesar da redução no seu efeito. Já entre os indivíduos identificados com a direita, houve uma mudança na direção do seu efeito, negativo no modelo nulo e aditivo e positivo no modelo interativo. Segundo MacKinnon et al. (2000), Agresti e Finlay (2012), uma possível explicação para essas variações se deve a variáveis supressoras, aumentando ou reduzindo seus impactos sobre a variável dependente⁷. De todo modo, o teste de correlação excluiu a possibilidade de colinearidade entre as variáveis, o que permitiu manter o desejo que utilizamos em nossa regressão.

O coeficiente do engajamento em organizações e mobilização cognitiva confirmaram as descritivas do capítulo 2, apontando que a mediação organizacional e as habilidades políticas são preditoras do ativismo de protesto. Contudo, somente a interação de um dos perfis foi significativa, indicando que os ativistas de protestos identificados com a direita estão dentro do grupo dos menos interessados por política e escolarizados. Esse dado nos fornece evidências de que a direita que protesta é diferente do perfil do ativista crítico de Dalton (2008), que seria indiferente aos rótulos e bandeiras partidárias. Ao contrário, essa direita dependeria das heurísticas partidárias ou dos símbolos que são intuitivamente reconhecidos para tomada de decisão. Em alguns casos, como o brasileiro, a figura do candidato e os grupos virtuais de interesse podem ser listados como instrumentos de mobilização da direita.

Os controles sociodemográficos que foram utilizados não apresentaram grandes surpresas, quando comparados com as descritivas do capítulo 2. O perfil probabilístico

⁷ Essas mudanças nos coeficientes poderiam indicar alguma colinearidade entre os preditores, mas essa desconfiança foi descartada pelo teste de correlação que está no anexo desta tese.

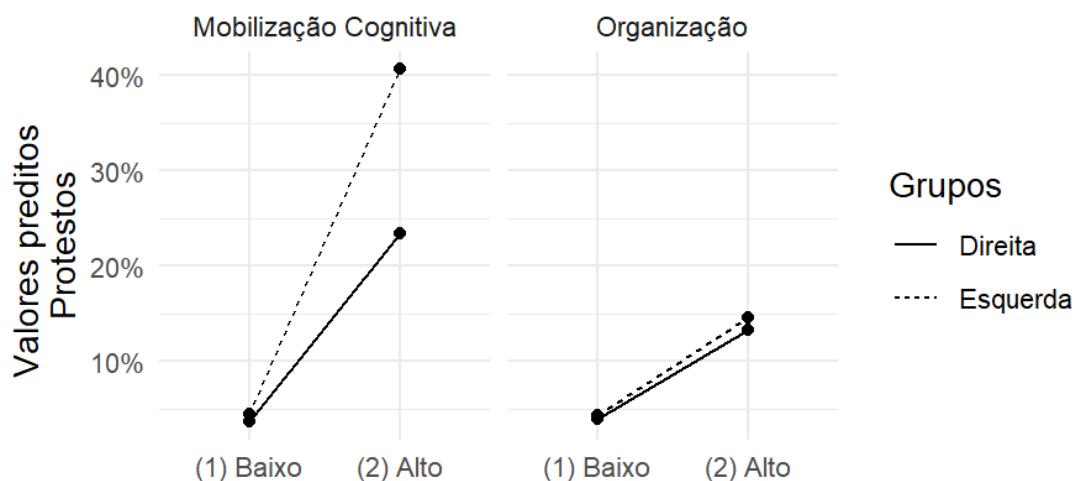
do ativista de protesto é masculino e com renda mais alta. Essa tendência pode estar refletindo o que Biroli (2018, p. 171) chamou de “dinâmicas sociais de desvantagem”, para explicar as desigualdades de participação política entre homens e mulheres, cenário que não muda mesmo entre esquerdistas, sugerindo que a agenda da esquerda não é tão inclusiva e participativa como se espera. A combinação entre os coortes de gênero e renda nos dão um panorama de que a posse dos recursos covariam com as dinâmicas sociais que estruturam as desigualdades de gênero na América Latina, impactando a participação política.

Outras duas variáveis que impactam no tempo disponível, o emprego e o número de filhos, apresentaram efeitos positivos e significativos. Isso significa que a experiência do mundo do trabalho e os problemas sociais que afetam diretamente a vida dos filhos podem ser elementos mobilizadores de ação política. Essa dimensão que reflete as condições existenciais do indivíduo também foi contemplada no capítulo 2 pela discussão sobre ciclo de vida, sugerindo que as experiências da vida adulta ampliam o leque de demandas que podem ser politizadas.

A variável cor e status matrimonial não apresentaram significância estatística e, por isso, sem resultados conclusivos. Sobre a variável “cor”, cabe uma observação: é difícil estabelecer uma classificação que determine grupos étnicos padronizados para América Latina (Costa, 2012). Por exemplo, no Peru os mais afetados com as desigualdades são os indígenas. Em Honduras e no Equador, a autoidentificação se dá por combinação étnica de ancestralidade, não pela cor. Já em países como o Brasil, é a cor o recorte de autoidentificação. Com isso, encontramos um problema que é tanto sociológico quanto metodológico: é difícil estabelecer um critério homogêneo para classificação étnica e os questionários de opinião pública ainda não têm uma pergunta que consiga captar de maneira eficiente essa heterogeneidade de autodeterminações étnicas na América Latina. Nesse caso, a ausência de significância estatística para variável “cor” pode ser resultado de uma operacionalização incorreta dessa variável ou um problema da própria pergunta do questionário do WVS que não foi capaz de captar a multiplicidade de autodeterminações étnicas.

Avançamos em nossa análise, agora comparando os valores preditos dos engajados em organizações e os mobilizados cognitivamente por identificação ideológica.

Gráfico 14 – Valores preditos para protestos dos perfis “mobilização cognitiva” e “engajamento em organização”, por identificação ideológica.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022)

O perfil dos mobilizados cognitivos se destacam entre esquerdistas e direitistas. A diferença entre o baixo e alto valor predito de protestos chega 30%. Esse perfil de protestante é semelhante ao perfil do cidadão crítico de Dalton (2008), que combina o ceticismo em relação as instituições, a indiferença com os rótulos e bandeiras partidárias, com aspirações democráticas. Trata-se, portanto, de um indivíduo mais autônomo e que prioriza formas de ação direta como estratégia de expressão política.

Vale pontuar que a esquerda cognitivamente mobilizada é diferente da esquerda clássica, engajada em sindicatos e partidos. Sobre esse ponto, cabe um insight de Touraine (2006), quando propõe uma discussão sobre a mudança no perfil dos movimentos sociais no século XX, de um perfil crítico das implicações modelo de produção industrial para um perfil que sobrevive inserido no contexto pós-industrial, da era da tecnologia e da informação.

o êxito ou o fracasso de um movimento social – trata-se de um movimento de dominantes ou de dominados – se traduz por transformação da organização social e, em particular, mas não unicamente, da produção. Ao contrário, quando nos situamos na sociedade da informação, não é possível encontrar formas de organização ou de produção que traduzam diretamente uma dominação

social. Em outros termos, o triunfo espetacular das tecnologias da informação e da comunicação detém extrema flexibilidade e não são mais instrumentos a serviço de um poder social, ainda que os métodos de organização do trabalho não sejam instrumentos técnicos, mas formas organizacionais de dominação de uma classe sobre outra, do empregador sobre os assalariados. (Touraine, 2006, p. 23)

Inglehart e Welzel (2009), numa leitura culturalista, definem essa mudança nos mesmos termos: “O surgimento da sociedade pós-industrial provoca uma outra onda de mudança cultural (...) Os esforços humanos não estão mais centrados na produção de objetos materiais, mas na comunicação com outras pessoas e no processamento de informações” (p. 50). Portanto, essa “nova esquerda” é aquela que tem se apropriado dos recursos informacionais e tecnológicos e que não depende diretamente da mediação de organizações para o acesso dessas informações. Pode-se dizer que essa esquerda também não tem uma leitura de mundo que analisa sua condição a partir de uma perspectiva de classe, que é mais mecânica. O crescimento do setor de serviços, que “despadronizou” as atividades econômicas, contribuiu com uma organização mais flexível do tempo e do trabalho, fenômeno que teve impacto na vida social. Aqui a metáfora de Bauman é apropriada: é uma mudança de uma sociedade “sólida” para uma sociedade “líquida”.

A flexibilização do trabalho não tornou, necessariamente, as condições de trabalho mais aprazíveis. Existe uma literatura recente que propõe o termo “uberização do trabalho” (Franco; Ferraz, 2019; Filgueiras; Antunes, 2020) para explicar uso das novas tecnologias da informação e comunicação na organização do trabalho. A crítica de fundo se reserva ao problema da desproteção social e ao lobby político que é contrário a regulamentação dessas relações. Essa nova qualidade de problemas trabalhistas não é enquadrada como um problema de classe no sentido tradicional. Antes, é fragmentada entre os vários seguimentos sociais, pelo recorte de renda, gênero, cor, instrução, transformando-se numa pauta mais individual do que coletiva. Portanto, argumentamos que a esquerda cognitivamente mobilizada é política e socialmente mais individualizada, mas isso não significa que seja desinteressada ou apática.

No caso da direita, o efeito negativo da interação propõe que o papel da mobilização cognitiva pode ser atenuado quando se trata de indivíduos identificados com esse grupo ideológico. Se recordarmos que existe um componente geracional no posicionamento à direita (Capítulo 3), caracterizada por indivíduos mais velhos, podemos

argumentar que esse perfil seria mais sensível as informações produzidas por seu grupo social, orientando-se por ele, sem um exame mais crítico do seu conteúdo. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que suas prioridades estão mais restritas a segurança física individual e familiar e, dado seu recorte geracional, traz em sua personalidade traços da socialização do período da ditadura militar.

O engajamento em organizações acompanha as tendências encontradas nos capítulos anteriores, aumentando o poder explicativo da ideologia em análise de protestos. Em certa medida, esse dado não seria uma novidade para esquerda. Contudo, nosso modelo também prediz que as organizações – partidos, sindicatos e igreja – tiveram um papel importante para o protesto da direita, principalmente para manutenção de um ideal comum e do engajamento. Os trabalhos de Marques e Fuks (2020) sobre o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica e Singer (2022) sobre a reativação da direita no Brasil, são representativos das tendências que encontramos em nosso modelo, mas esse fenômeno não tão é recente como aparentou ser nos estudos citados. Como argumentamos no capítulo 3, os grupos conservadores, principalmente Think Tanks, foram responsáveis por garantir o engajamento da direita por décadas. Por essa razão, procuramos dar destaque ao que isso significa para nossa pesquisa: também existe uma direita que protesta que é mais coesa em seu planejamento político, porque agem a partir das orientações dos grupos aos quais fazem parte.

É possível que o sucesso eleitoral da direita na década de 2010 se deva mais ao fator organizacional das suas pautas políticas, do que a presença individualizada nas ruas de transeuntes mais radicais. A reorganização desses setores contribuiu com um comportamento reativo aos rumos que a política latino-americana estava tomando após a “maré rosa” da década de 2000. A retomada do nacionalismo, o revigoramento do discurso neoliberal, após a falência das políticas de bem-estar social que endividou os países, e o resgate dos valores tradicionais da família e dos bons costumes foram estrategicamente enquadrados. Os políticos de direita, vencedores dos pleitos eleitorais nos últimos anos, souberam mobilizar essas agendas e contribuíram para manter uma base mobilizada. Essa narrativa é empiricamente plausível em nosso modelo, dado o coeficiente positivo da direita, informando que o protesto desse grupo social depende de outras condições, como do papel das organizações.

Os resultados da Tabela 1 não confirmam a primeira hipótese, de que indivíduos cognitivamente mobilizados também estejam identificados com a esquerda ou com a direita em protestos. O que encontramos é que no caso da direita, o papel da mobilização

cognitiva é atenuado, quando comparados aos ativistas de protesto em geral. Esse recorte pode ser revelador de um perfil mais reativo às instituições políticas e mais dependentes de heurísticas que os auxiliem a processar as informações e que reduzam os custos de mobilização. Na próxima seção acrescentaremos mais uma camada de informações, com objetivo de verificar se o papel da ideologia sobre os protestos tende a permanecer.

4.2. Ideologia e protesto: uma análise dos condicionantes contextuais.

Nesta seção testaremos duas hipóteses: (H_3) a esquerda protesta mais quando o governo é de direita e vice-versa e (H_4) o contexto de abertura política se constitui como um ambiente favorável aos protestos de indivíduos à esquerda e à direita. A discussão que move a terceira hipótese encontra amparo no trabalho de Kostella e Rovny (2019) de que o protesto da esquerda ou da direita é afetado pela orientação ideológica do governo que está no poder. No caso estudado pelos autores, a esquerda foi associada às posturas autoritárias – em países que faziam parte da antiga União Soviética –, de modo que assumir-se de direita e protestar contra o governo constituiriam uma ação que visava mudança social na direção da democracia.

Essa é uma leitura pertinente por duas razões: (1) o caso latino-americano é distinto daquele que os autores citados estudaram. Os países latino-americanos viveram, em diferentes momentos, ditaduras militares comandadas por setores conservadores da direita. Por isso, nossa expectativa é de que a esquerda tenda a protestar mais, principalmente quando o governo for de direita; (2) desde a onda de redemocratização e da implementação de uma política neoliberal na década de 1990, os países dessa região viveram uma mudança de orientação ideológica dos governos a partir da década de 2000. As sucessivas vitórias eleitorais de candidatos alinhados com a esquerda persistiram até o início da década de 2010, quando uma onda conservadora ganhou força entre o eleitorado latino-americano. Com isso, a expectativa é de que a direita tenda a protestar mais, principalmente quando o governo for de esquerda.

Já a discussão que move a quarta hipótese tem seu lastro tanto na discussão clássica de Eisinger (1973) quanto num diagnóstico recente do relatório do V-Dem (Coppedge et al, 2023): o drástico declínio dos indicadores de democracia liberal na região que compreende os países latino-americanos. Conforme o mesmo relatório, oito países viveram retrocessos democráticos: Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Uruguai y Venezuela (p. 23). No caso brasileiro, a polarização política se deu

concomitante ao processo de autocratização, com protestos favoráveis ou contrários a democracia. Por seu turno, o ambiente de abertura democrática, associado ao contexto de desenvolvimento econômico, seria favorável ao crescimento de demandas liberais associadas à esquerda (Inglehart; Welzel, 2009). Assim, o processo de autocratização e de crise econômica vividos na última década podem estar associados com a redução do protesto de esquerda e com o aumento do protesto de direita.

Procedemos da seguinte forma. A partir dos países latino-americanos que dispomos de amostras, classificamos os governos como esquerda, centro e direita, com auxílio dos dados disponibilizados no projeto Identifying Ideologues: A Global Dataset on Chief Executives, 1945-2020 (Herre; Bastian. 2023). As informações sobre os níveis de democracia liberal foram retiradas do Varieties of Democracy (V-Dem). Trabalhamos com a variável que construímos no capítulo 2, “democracia efetiva”, que resulta da combinação do índice de democracia liberal com índice de corrupção. Vale recordar que o tema da corrupção foi um fator de mobilização contra alguns governos na América do Sul, especialmente no Brasil.

Por fim, utilizamos o indicador de PIB per capita disponibilizado pelo Banco Mundial como forma de mensurar o desenvolvimento econômico nesses países. Essa medida econômica serve ao objetivo de acrescentar mais elementos a discussão sobre o contexto político. Com isso, nosso modelo é constituído pela variável dependente “protesto” e nossa variável independente “ideologia”, dividida em três faixas: esquerda, centro e direita. As demais variáveis mensuram características do contexto político: orientação ideológica do governo, democracia efetiva e PIB per capita.

Modelo 2: Protesto = $\alpha + \beta_1(\text{esquerda}) \times \beta_3(\text{Democracia Efetiva}) + \beta_2(\text{direita}) \times \beta_3(\text{Democracia Efetiva}) + \beta_1(\text{esquerda}) \times \beta_4(\text{PIB per capita}) + \beta_2(\text{direita}) \times \beta_4(\text{PIB per capita}) + \beta_1(\text{esquerda}) \times \beta_5(\text{Governo no Poder}) + \beta_2(\text{direita}) \times \beta_5(\text{Governo no Poder}) + \text{Controles} + \varepsilon.$

A tabela 2 traz os resultados da regressão. O teste de verossimilhança nos informa que o modelo interativo tem um melhor ajuste dos dados. Verificamos que nosso Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC = 7%) também reduziu, demonstrando que a inclusão das variáveis de nível 2 contribuíram com informações pertinentes para aferir o papel do contexto político nas relações entre ideologia e protesto.

Tabela 2 - Efeito da ideologia sobre o protesto político a depender dos níveis de democracia efetiva, orientação do governo e desenvolvimento econômico

<i>Preditores</i>	Modelo Nulo		Modelo Aditivo		Modelo Interativo	
	<i>Exp(B)</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>Erro Padrão</i>
(Intercepto)	0.17***	0.01	0.02***	0.00	0.02***	0.00
Esquerda	2.16***	0.07	1.90***	0.07	2.20***	0.21
Direita	0.88***	0.03	0.88***	0.03	0.81*	0.07
Mobilização Cognitiva			1.55***	0.02	1.55***	0.02
Engajamento Organização			1.52***	0.04	1.52***	0.04
Sexo [Mulher]			0.86***	0.03	0.86***	0.03
Renda [Contínua]			1.09***	0.03	1.09***	0.03
Trabalha [Sim]			1.14***	0.04	1.14***	0.04
Cor [Não Branco]			0.95	0.04	0.95	0.04
Filhos [Sim]			1.05***	0.01	1.05***	0.01
Casado [Sim]			0.95	0.03	0.95	0.03
Democracia Efetiva (>Média)			0.82*	0.07	0.78**	0.07
PIB per capita (>Média)			1.05	0.07	1.13	0.08
Governo no Poder (Esquerda)			0.94	0.08	0.89	0.08
Governo no Poder (Direita)			0.98	0.07	1.00	0.08
Esquerda × Democracia Efetiva (>Média)					1.08	0.09
Esquerda × PIB per capita (>Média)					0.85*	0.06
Esquerda × Governo no Poder (Esquerda)					0.93	0.10
Esquerda × Governo no Poder (Direita)					0.87	0.09
Direita × Democracia Efetiva (>Média)					1.10	0.09
Direita × PIB per capita (>Média)					0.90	0.07
Direita × Governo no poder (Esquerda)					1.27*	0.14
Direita × Governo no poder (Direita)					1.05	0.11

Efeitos Aleatórios

σ^2

3.29

3.29

3.29

τ_{00}	0.30	grupo	0.40	grupo	0.39	grupo
ICC	0.08		0.11		0.11	
N	59378		51606		51606	
Condisional R ²	0.107		0.233		0.233	
	<i>* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001</i>					

A inclusão de variáveis de nível 2 contribuiu com a redução de até 5% da variabilidade resultante dos efeitos aleatórios dos países, quando comparado ao modelo da Tabela 1. Esse dado endossa nossa modelagem, fornecendo possíveis leituras sobre fatores políticos e econômicos que podem estar interagindo com as inclinações ideológicas dos ativistas de protesto.

Verificamos que mesmo após a inclusão dos itens de contexto, o coeficiente da variável “ideologia” permaneceu significativo, o que confirma nossa suspeita de que a ideologia seria um preditor do protesto. E quando comparado ao centro, a esquerda apresentou um efeito positivo robusto, reforçando o protagonismo da esquerda em protestos. Já o protesto da direita só pôde ser analisado em nosso modelo a partir da interação com a orientação ideológica do governo no poder. Em outras palavras, quando o governo é de esquerda, os ativistas da direita são mais ativos. Esse é um dado interessante porque demonstra que a direita latino-americana alimenta um comportamento reativo ao universo da esquerda, de maneira que sua insatisfação pode ser lida a partir de descontentamentos de viés político-ideológico.

A esquerda também apresenta algumas peculiaridades, quando consideramos o contexto de cada país. Nossa modelo indica que em países com PIB per capita abaixo da média, os ativistas de esquerda protestam mais. Novamente identificamos o fator “descontentamento” em nossas análises, reforçando nosso argumento de que a ideologia politiza a insatisfação e a converte em ação política. Se compararmos os tipos de descontentamento entre os perfis da esquerda e da direita, encontramos que o fator político é mais sensível para direita e o fator econômico é mais sensível para esquerda. Esses achados nos ajudam a compreender quais dinâmicas ideológicas mobilizam os ativistas de protesto em países latino-americanos. Essas primeiras análises problematizam nossa terceira hipótese segundo a qual o viés político do governo no poder interage com a identificação ideológica dos ativistas de protesto, notadamente na politização do protesto de direita.

Essa leitura pode nos ajudar a compreender o fenômeno da reorganização da direita em alguns países latino-americanos, inclusive nas ruas. No caso brasileiro, onde a

direita sempre esteve ocupando o Estado desde a consolidação da República, o hiato de poder entre 2003 e 2014, período das gestões petistas, os empurrou para outros espaços de ação política. Em certa medida, a vitória de candidatos progressistas na década de 2000 pode ser analisada como uma reação eleitoral às políticas neoliberais da década de 1990. Desse cenário, destacamos dois fatores. O primeiro, é a adoção de uma postura favorável a política de bem-estar social nesses governos, que também foi alavancada pelo crescimento do PIB, fenômeno econômico protagonizado pelo agronegócio e pelo “boom” das commodities. O segundo, é a radicalização do processo democrático e o ressurgimento de lutas sociais,

a exemplo de movimentos étnicos - especialmente dos indígenas na Bolívia e no Equador –, associados ou não a movimentos nacionalistas como o dos bolivarianos (Venezuela). Movimentos que estavam na sombra e eram tratados como insurgentes emergem com força organizatória, como os piqueteiros na Argentina, os cocaleiros na Bolívia e no Peru, os zapatistas no México (Boron e Lechini, 2006). Outros se articularam às redes de movimentos sociais globais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e a Via Campesina. (Gohn, 2014, p. 74).

As questões identitárias e ambientais de um lado, e o tema do crescimento sustentável de outro, ocupam o centro das preocupações que formam uma agenda progressista nessa região. Contudo, a crise que ocorreu em 2009 contribuiu com a corrosão dessa agenda, desdobrando-se em intensas mobilizações sociais, a exemplo do Brasil entre 2011 e 2016 (Tatagiba; Galvão, 2019), e no Chile, no mesmo período. Com isso, a agenda neoliberal ressurgiu, agora acrescida da pauta conservadora nos costumes, garantindo vitórias eleitorais à direita em diversos países. Apesar das derrotas eleitorais de parte desse seguimento conservador nos últimos anos, o que verificamos é o status de polarização política nessa região.

O índice de democracia efetiva não apresentou efeitos interativos com a ideologia, sugerindo que não existem diferenças significativas para o perfil ideológico do ativista entre os países, mas foi significativo para explicar o ativismo de protesto no geral. Verificamos que o ativismo de protesto é mais frequente em países com baixos níveis de democracia efetiva. Nossos achados não corroboram o argumento de Eisinger (1973) da

relação curvilínea entre contexto político e ações de protesto. Ao contrário, o caso latino-americano revela que a carência no desenvolvimento econômico e político se tornam combustíveis para os ativistas de protesto, corroborando a tese da relação entre descontentamento e protestos (Gurr, 1960; Kurer, 2019). Esse resultado desmente nossa quarta hipótese, de que o contexto de abertura política se constitui como um ambiente favorável aos protestos de indivíduos à esquerda e à direita. Ou seja, o fator determinante na explicação dos protestos não estaria a percepção da abertura dos espaços de participação, mas na sensação de que existe uma demora nos avanços sobre a garantia de direitos e melhoria das condições de vida.

A centralidade dos recursos e o efeito do ciclo de vida se mantiveram em nosso modelo da Tabela 2, indicando que esses indivíduos teriam estruturas individuais que reduziriam os custos de mobilização. Isso não significa dizer que os mais pobres não sejam ativos em protestos, mas que eles seriam prejudicados pela ausência de tempo e de estruturas de mobilização (McCarthy; Zald, 1977). A mobilização cognitiva também apresentou efeito significativo, apontando para existência de ativistas de protestos que cultivam uma cidadania crítica mais individualizada, o que contribui com a fragmentação das agendas desse grupo social. Também destacamos a postura indiferente aos partidos, movimentos, sindicatos, o que potencializa o ressentimento desse tipo de ativista em contextos democráticos adversos, independente a ideologia professada. Em outras palavras, verificamos em nossos dados uma individualização do ativismo de protesto que não está restrito a um seguimento ideológico.

Por sua vez, os engajados também se destacaram em nosso modelo. A tese é de que o apoio organizacional reduziria os custos de ação, principalmente em contextos democráticos adversos. Vale pontuar que o histórico de governos autoritários em países latino-americanos forçou os movimentos organizados a criarem repertórios e táticas de ação que foram historicamente assimilados dentro de suas rotinas. Isso posto, o contexto adverso nessa região pode ser lido como um cenário familiar aos movimentos organizados, garantindo a manutenção de uma agenda política ativa, inclusive com protestos de rua. Em resumo, não é novidade que as organizações têm um papel determinante para mobilização social, especialmente no contexto latino-americano.

Reconhecemos que, apesar dos nossos achados, a interpretação do significado de mobilização ideológica ainda é limitada. Verificamos no capítulo anterior que a distância atitudinal entre os extremos ideológicos é bem pequena. Ainda assim, Mair (2017) já havia defendido que, embora o conhecimento do conteúdo dos rótulos ideológicos seja

precário dentro do público em geral, a identificação com esses rótulos seria intuitiva, demonstrando que os indivíduos são capazes de assumir uma posição ideológica. Com isso, parece mais plausível o resultado que encontramos, argumentando que no caso latino-americano a variação nos protestos da direita ou da esquerda depende do grupo político que se coloca como desafiante e das condições econômicas e políticas adversas.

4.3. Estudo de caso: breve panorama sobre ideologia e protesto no Brasil

O Brasil viveu seu processo de transição democrática na década de 1980. O movimento das Diretas Já (1984), que demandava pelo direito ao voto, e os Caras Pintadas (1992), que protestavam por melhores condições de vida e contra a corrupção no governo, são marcos dessa transição. A Constituinte de 1988 consolidou uma perspectiva cidadã do contrato social brasileiro, com maiores garantias de proteção social e universalização do acesso aos serviços públicos. Contudo, esse cenário de abertura política conviveu com uma nova ordem econômica na década de 1990, a neoliberal, que propunha exatamente o inverso: a redução do Estado e a ampliação da iniciativa privada na gestão dos bens de interesse coletivo. Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), entre 1995 e 2022, seguiram nesta direção, da implantação do receituário do Consenso de Washington.

Com a redemocratização, houve mudanças importantes na interação entre movimentos sociais e Estado, particularmente a partir das gestões petistas entre 2003 e 2016 (Abers, Serafim; Tatagiba, 2014; Tatagiba; Teixeira, 2021; Almeida; Martelli; Lüchmann, 2021; Almeida; Martelli; Coelho, 2021). Contudo, após o impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016, conhecemos um revés nesse ciclo de maior abertura institucional, tendo como ato mais significativo o congelamento dos gastos em educação e saúde, a partir do novo regime fiscal (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95⁸). Concomitantemente, ocorreu a reorganização ministerial, com destaque para transformação do Ministério do Trabalho em uma secretaria especial do Ministério da Economia em 2019 e no campo da participação da sociedade civil, o DECRETO Nº 9.759,

⁸ SENADO FEDERAL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/540698/publicacao/15655553>. Último acesso: 08/10/2021.

DE 11 DE ABRIL DE 2019⁹, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limites para colegiados da administração pública federal.

O intervalo entre os anos de 2020 e 2022 foram marcados pela pandemia de COVID-19, contexto que contribuiu com o agravamento das condições de vida. Esse período também foi marcado pela instabilidade política, alimentada por discursos de Jair Bolsonaro (PL) à sua base eleitoral, lançando dúvidas sobre a integridade das urnas, a eficácia da vacina e a legitimidade das decisões dos Ministros da Suprema Corte, tanto do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A vitória de Lula (PT) sobre Bolsonaro nas eleições de 2022, por uma diferença de 2.138.454 votos no 2º turno, atestou a divisão social em torno das preferenciais eleitorais. A posse de Lula no dia 8 de janeiro de 2023 foi mais um exemplo da polarização social, quando cerca de 4 mil pessoas reativas aos resultados das urnas em 2022, ocuparam a esplanada dos ministérios e depredaram patrimônio público. Essa narrativa descreve uma mudança mais evidente no contexto político e econômico a partir de 2016, com impactos sociais e institucionais de longo prazo.

Nesta seção, nosso caminho segue dois passos: o primeiro descreve a estratégia da política de conciliação de classes das gestões lulistas para só depois entrarmos no nosso tema que é a relação entre ideologia protesto no Brasil, comparando três períodos: antes, durante e depois das gestões de Lula (PT).

4.3.1. Política de conciliação de classes: uma herança das gestões lulistas.

Tatagiba (2018) propõe que, com o fim do governo Lula em 2010, entramos num novo ciclo nas relações entre Estado e sociedade. Portanto, para compreender os fatos políticos da década de 2010, faz-se necessário reconstruir, mesmo que minimamente, os anos anteriores. Aqui, optamos por registrar uma característica das gestões lulistas que é a política de conciliação de classes.

As maiores oportunidades de acesso ao Estado no contexto das gestões lulistas não foram acompanhadas na mesma medida por melhoria das condições de vida, embora

⁹ Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.759%2C%20DE%2011%20DE%20ABRIL%20DE%202019&text=Extingue%20e%20estabelece%20diretrizes%2C%20regras,colegiados%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20federal. Último acesso: 23/07/2021.

houvesse uma leve redução da pobreza e das desigualdades sociais. Santos (2018, p. 1) nomeou como *hegemonia dos dois consensos* a

combinação entre modestos ganhos para os extremos inferiores da pirâmide social brasileira, associada à intocabilidade do país como um negócio para o capital. A conjunção entre pequenos ganhos para os de baixo, com os lucros de sempre para os de cima, lastreou uma relativa pacificação social do país por mais de uma década.

Verificou-se, igualmente, que nos dois mandatos de Lula houve um aumento de profissionais qualificados com ensino superior que foram incorporados ao mercado de trabalho em condições precárias (De Paula et al, 2016; Mota, 2019). Em paralelo, o desemprego, a estagnação da renda média e a escalada da violência urbana foram questões não resolvidas, muito menos amenizadas. Na leitura de Henrique Costa (2017), o lulismo não cumpriu sua promessa de aumento do trabalho assalariado e o gerenciamento da pobreza, adotando como paliativo o aumento de postos de trabalho precarizados de curta duração e com salários de até 1,5 mínimos. Não por acaso, estas questões explodiram nas ruas de junho de 2013 (Paiva; Maricato; Harvey; Davis, 2014; Tatagiba; Galvão, 2019), com grandes mobilizações em diversas cidades do Brasil. Em razão disso, em que se pese os ganhos de participação e políticas públicas das gestões lulistas, o legado desse também foi caracterizado por um perfil ideológico neodesenvolvimentista e neoextrativista (Milanez; Santos, 2013; Alejandro; Tavares, 2019).

Segundo Milanez e Santos (2013) e Alentejano e Tavares (2019), o perfil neodesenvolvimentista das gestões lulistas se caracterizaram pelo lema do progresso, identificado com o crescimento econômico como única via de bem-estar e de desenvolvimento social, a partir da compreensão de que o Estado e o mercado financeiro são complementares, assumindo como ação importante a construção de políticas que favorecessem o pacto interclasses. Esse modelo se pautou pelo fortalecimento do “Estado gestor”, por programas de distribuição de renda (Machado; Scalco, 2018) – sintetizando todos os programas de transferência de renda dos governos FHC –, por políticas de aumento constante de salário e de crédito; ao passo que financiou o acesso ao ensino superior por meio de programas como PROUNI, REUNI e FIES, com interferência objetiva do Banco Mundial na proposição de currículos e na concepção de ensino superior nos últimos vinte anos (De Paula et al, 2016; Mota, 2019).

Neste primeiro olhar, verificamos o que se convencionou chamar de “política de conciliação de classes”, através do impacto no status social de jovens e adultos, especialmente não brancos e pobres, que obtiveram aumento de salário, maior acesso ao crédito e acesso ao ensino superior. Conforme Mota (2019), essa política enverniza o real papel da educação dentro da dinâmica de complementaridade entre Estado e mercado financeiro, a saber, a separação entre ensino e pesquisa (prioriza-se o ensino acadêmico e profissional como competência para empregabilidade) e a concepção de ensino superior como mecanismo de controle do preço da força de trabalho no mercado. Não por acaso, a exigência de qualificação para assumir trabalhos precários, com baixos salários, é muito maior.

Ao lado do perfil ideológico neodesenvolvimentista, Milanez e Santos (2013) e Alentejano e Tavares (2019) alertam para outro aspecto das gestões lulistas, como uma contrapartida para as elites produtivas internas e para o mercado financeiro, que é a gestão de perfil ideológico neoextrativista. O “boom das commodities” na década de 2000 fortaleceu o setor de exportação de semifaturados, o que gerou receita oriunda de dividendos fiscais para o financiamento dos programas sociais de transferência de renda e acesso ao ensino superior. Enquanto o preço das commodities estava alto e a demanda era grande, o papel do “Estado gestor” ainda era viável. Contudo, a crise econômica de 2009, impactou negativamente as elites internas e o mercado financeiro. A base de sustentação das políticas de assistência das gestões petistas perdeu vigor, o que marcou o início da crise política e econômica, contexto que pode ser considerado como um dos fatores que levaram Dilma Rousseff (PT) ao impeachment em 2016.

Alentejano e Tavares (2019) defendem que, em termos gerais, o consenso em torno do perfil ideológico neoextrativista agregou governos progressistas e conservadores no decurso da história latino-americana. Neste sentido, as gestões petistas não agiram de forma diferente de outros governos, pois se beneficiaram das elites produtivas internas e da parcimônia do mercado financeiro até onde foi possível. Em suma, como defendem os autores, o perfil do “Estado gestor” funcionou como um espectro progressista que escondeu a real face de apoio ao neoextrativismo e precarização das condições de vida.

Conforme Silva (2019), a política de conciliação de classes adensou as transformações no mundo do trabalho, de maneira que a redução da proteção e seguridade social deixou de estar somente associada a crise fiscal do Estado brasileiro. Essa política transformou-se em um projeto de maximização de lucros através da ampliação do setor de serviços, com empregos intermitentes de baixo custo. Essa mudança impactou o que

Silva (2019) chamou de “referência de classe”, ao ponto de reduzir a polarização da luta social, provocou a substituição do trabalho pelo capital como garantidor da estabilidade do sistema e alterou a ética da atividade laboral, que antes sustentava a moralidade coletiva (ideia de identidade de classe), agora direcionada para gerar os proventos familiares. Os fatores mencionados nos ajudam a compreender o processo de individualização das demandas do mundo popular. Esse perfil fragmentado também ficou evidente nas manifestações de junho de 2013, pela metáfora “uma pessoa, um cartaz” (Singer, 2013).

A política de conciliação de classes não impactou somente o mundo do trabalho, mas também o papel do estado na gestão das periferias. Segundo Menegat (2019), a cumplicidade entre Estado e mercado financeiro favoreceu o desenvolvimento de parte das periferias, ao passo que exigiu dos indivíduos residentes maior especialização como condição para ingresso no mercado de trabalho. Não por acaso, as políticas de financiamento estudantil foram vitais para o acesso e permanência desses indivíduos em cursos superiores (De Paula et al, 2016). Na leitura de Costa (2017) e Ridente (2018), de um lado, essa política jogou especialmente os jovens numa disputa incerta por profissões especializadas e por diplomas universitários, de outro, reconhece-se que o acesso ao ensino superior está no centro das mudanças sociais e simbólicas nos últimos vinte anos, como recurso de mobilidade social.

4.3.2. Ideologia e protesto no Brasil: pistas para reflexão

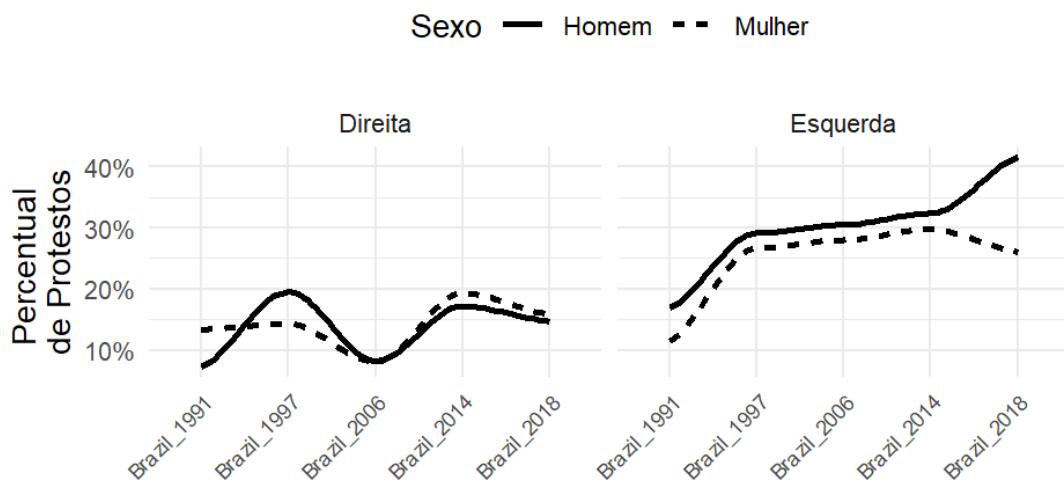
Os protestos da década de 2010 no Brasil colocaram em evidência ao menos três cenários. O primeiro se refere ao esgotamento da gestão petista no executivo federal que resultou no impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016. O segundo se refere a precarização do acesso aos serviços básicos para maior parte da população (Paiva; Harvey; Davis, 2014), pauta que motivou as primeiras ondas de protesto em 2013. O terceiro se refere ao perfil heterogêneo dos manifestantes, pela lógica “cada pessoa um cartaz” (Singer, 2013; Tatagiba, 2014), quase sempre com discurso antipartidário e crítico das instituições políticas.

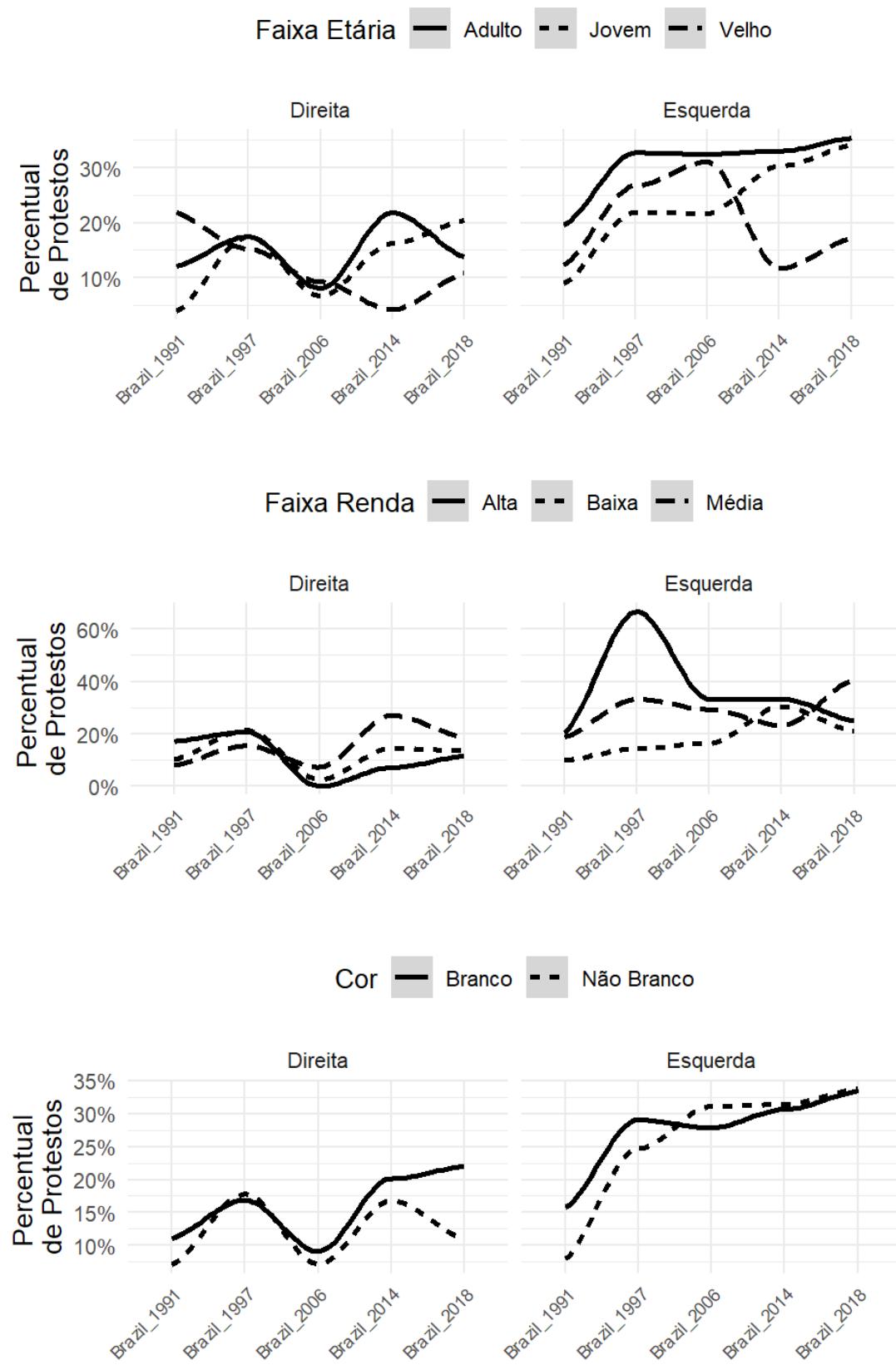
A polarização ideológica ganhou maior evidência após as eleições de 2014, com a eleição de Dilma Rousseff (PT) sobre Aécio Neves (PSDB), no segundo turno. Essa polarização refletiu nas ruas por meio das manifestações contra e a favor ao governo petista. Pela primeira vez após a redemocratização seguimentos da sociedade brasileira

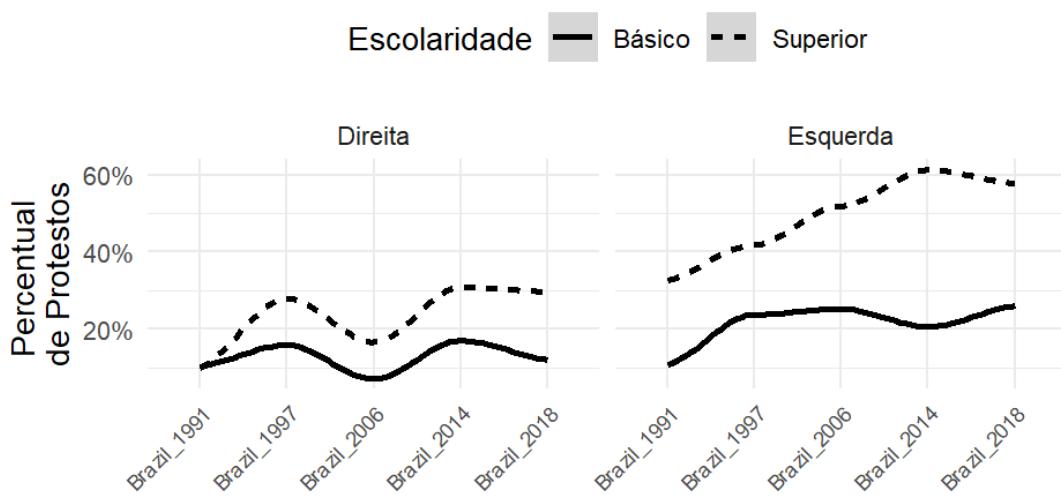
se declararam abertamente de “direita”, superando a síndrome da “direita envergonhada” (Quadros; Madeira, 2018), e neste eixo se destacaram os coletivos como Revoltados Online, Vem pra Rua e Movimento Brasil Livre (MBL). Conforme pontua Ângela Alonso (2017, p. 52), essa direita também não é homogênea, vai do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço as instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção”. De fato, o descontentamento contra o governo – corrupção e antipetismo – e os temas coadjuvantes da agenda dos costumes – moral e a ordem – e da agenda econômica – princípios neoliberais – descrevem o ambiente dos protestos na década de 2010, especialmente da direita (Messenberg, 2017; Tatagiba, 2018).

Houve uma mudança entre as manifestações de 2013 e 2015/16, de uma agenda heterogênea, sem uma direção definida, para uma polarizada, com grupos políticos mais definidos. Ao mesmo tempo, a direita que se mostrou organizada (Marques; Fuks, 2021), também é elitizada (Telles, 2016; Avritzer, 2017). O gráfico 15 nos informa que houve, de fato, uma mudança no perfil sociodemográfico do ativista de protesto da esquerda e da direita no Brasil.

Gráfico 15 – Percentual de protestos da esquerda e da direita por sexo, idade, renda, escolaridade, cor.







Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022).

Os dados indicam que entre os ativistas de protestos da direita houve uma equiparação por sexo a partir de 2006, demonstrando serem praticamente nulas as desigualdades de gênero nesse seguimento. Por sua vez, houve um crescimento no percentual de protestos dos ativistas da esquerda a partir de 2014, com destaque para o sexo masculino. Chama atenção essa peculiaridade da esquerda, porque a redução da participação feminina em protestos contrasta com alguns os avanços da agenda feminista e o próprio papel social da mulher na política, nem sempre defendido pela direita. Um exemplo é a legislação sobre cotas de gênero em eleições. A Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995 §3 determina que 25% das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Em 2009, Lei 12.034 ampliou esse percentual para 30%. Em 2015, foi criada a Lei 13.165 que prevê a obrigatoriedade do empenho de dinheiro do fundo partidário para o investimento das candidaturas femininas. Com o fim das coligações em eleições proporcionais desde 2010 – (EC) nº 97/2017 –, a cota de 30% incide sobre cada partido, ampliando obrigatoriamente o número de candidaturas femininas.

Além dessas iniciativas, mencionam-se outras como a PL 349/2015, que estabelece normas para prevenir, sancionar e combater a violência política contra a mulher. Um dado interessante desse projeto de lei é que sua proponente foi Rosangela Gomes (PRB-RJ), que está alinhada com a direita. Não obstante, a agenda contra o aborto, adoção por casais homoafetivos e as discussões sobre identidade de gênero ainda são tabus no Brasil, embora existam marcos legais que regulam essa agenda sob certas

circunstâncias. A luz desses avanços, valeria uma pesquisa sobre as dinâmicas do ativismo de protesto feminino após 2014, tema que não pôde ser explorado nesta tese.

Não obstante, nossos dados revelam que os ativistas de protesto da esquerda sempre estiveram dentro da faixa etária adulta, demarcando um perfil mais claro dentro desse seguimento. Vale pontuar um crescimento significativo de jovens entre esses ativistas nos últimos 30 anos, revelando uma renovação no perfil dos ativistas da esquerda. O mesmo argumento vale para os ativistas da direita, inclusive com a superação dos jovens sobre os adultos no ano de 2018. Esse ano em particular recorda a prisão de Lula (PT) no contexto da Operação Lava a Jato e a vitória de Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais. Embora não tenhamos explorado o papel das redes sociais sobre o ativismo juvenil, existem trabalhos que advogam nesta direção, o que poderia explicar o crescimento do protesto de jovens na segunda metade da década de 2010, independente da ideologia professada.

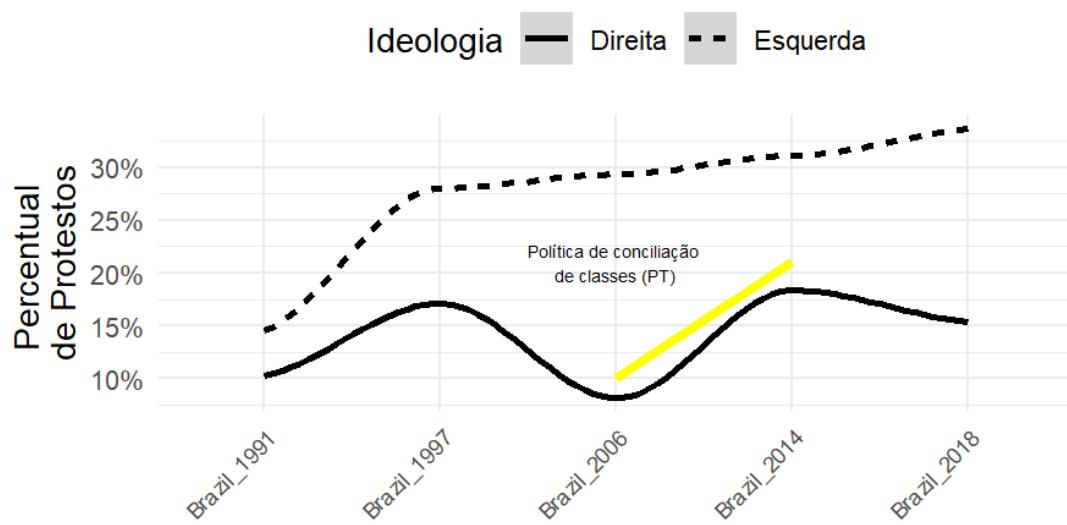
Diferente do que esperávamos, encontramos um crescimento de ativistas de protestos de renda média na direita a partir de 2006, período que compreende o auge da política de conciliação de classes de Lula. Pode-se especular que esse grupo médio da direita tenha se sentido afetado pela política petista, já que os mais pobres aumentaram seu poder de consumo, ao passo que a direita de renda média estagnou. Por sua vez, os indivíduos de renda mais alta se destacam entre os ativistas da esquerda. De todo modo, principalmente para o caso da esquerda, os mais pobres são mais prejudicados pela ausência de recursos materiais para mobilização, reforçando o argumento clássico de que a posse de recursos importa (McCarthy; Zald, 1977).

A predominância de brancos com ensino superior engrossa o argumento da centralidade social dos ativistas de protestos, independente da ideologia professada (Verba; Schlozman; Brady, 2018). Ainda assim, vale ressaltar o crescimento de indivíduos que se declararam não brancos no seguimento da esquerda a partir de 2006, sugerindo novamente que a política de conciliação de classes das gestões petistas pode ter afetado o perfil do ativismo de protesto, independente da ideologia professada.

Mesmo que estabeleçamos como ponto de corte o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) como período de institucionalização de uma agenda conservadora e autoritária, os indicadores de democracia já estavam em queda desde meados da década de 2010, conforme relatório do Varieties of Democracy (Coppedge et al., 2023). Diz-se o mesmo dos indicadores econômicos, aspecto ressaltado pela literatura como uma das causas do protesto ressentido no Brasil. Contudo, apesar dos trabalhos que ressaltaram o

crescimento e organização da direita no Brasil (Tatagiba, 2018; Fuks; Marques, 2020; Singer, 2022), nossos dados informam que esse período esteve restrito ao contexto da política de conciliação de classes das gestões petistas, que é anterior ao declínio democrático e econômico.

Gráfico 16 – Percentual de ativistas de protesto por ideologia no Brasil (1991-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (Haerpfer et al., 2022).

De fato, o protesto contrário às gestões petistas, que chamaremos aqui de *protesto genuinamente ideológico*, foi determinante para revezes do Partido dos Trabalhadores nos últimos anos. Argumentamos com isso que o protesto da direita seria o protesto ideológico, porque a direita protesta contra a esquerda e tudo aquilo que ela semanticamente representa. Já o protesto da esquerda estaria mais preocupado com os problemas sociais e econômicos, e mais recentemente os identitários, que informam a agenda dos movimentos sociais e partidos. Por isso, faz sentido a redução dos ativistas de protestos de direita quando o cenário político brasileiro se inverte na segunda metade da década de 2010 (Gráfico 16).

A percepção sobre os escândalos de corrupção também pode ter sido afetada pela política de conciliação de classes. Por exemplo, o “mensalão” em 2005 e os casos relatados no âmbito da Operação Lava a Jato em 2014 ocorreram em contextos políticos e econômicos distintos. No primeiro caso, os avanços das pautas sociais e o ambiente de crescimento econômico que garantiu a manutenção da política de conciliação de classes, pode ter reduzido os possíveis danos políticos as gestões de Lula, fenômeno que não

ocorreu no segundo mandato de Dilma Rousseff. Neste último caso, em razão da crise econômica, precarização das condições de vida e polarização das preferências eleitorais após 2014, o tema da corrupção foi relevante para mobilização nas ruas, com prejuízos à sobrevivência política de Dilma. Ao mesmo tempo, esse ambiente foi favorável para organização da direita, que garantiu a vitória de Bolsonaro em 2018 (Marques; Fuks, 2022). Ou seja, o caso brasileiro sugere que o comportamento reativo de protesto da esquerda e da direita à corrupção varia a depender da conjuntura política e econômica.

Em resumo, o protesto da direita e da esquerda é mais provável em ambientes adversos, especialmente quando o ritmo de mudanças não acompanha o ritmo das expectativas sociais. O caso brasileiro insere um dado novo para literatura: uma política que visou reduzir os conflitos sociais, por meio de ganhos médios tanto para as elites políticas e econômicas quanto para as classes populares, contribuiu com a ativação do protesto ideológico de direita. Esses dados podem nos ajudar a compreender os cenários nos quais as predisposições ideológicas dos protestos começam a ser geradas.

Conclusão

Nesta tese, investigamos quatro hipóteses centrais sobre os determinantes dos protestos em contextos políticos distintos: (H1) Indivíduos cognitivamente mobilizados também se identificam com a esquerda ou com a direita em protestos; (H2) Indivíduos engajados em organizações também se identificam com a esquerda ou com a direita em protestos; (H3) A esquerda protesta mais quando o governo é de direita e vice-versa; (H4) O contexto de abertura política constitui um ambiente favorável aos protestos de indivíduos à esquerda e à direita.

Para (H1), constatamos que a mobilização cognitiva exerce um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a participação em protestos em geral. No entanto, essa variável interage de forma negativa com a direita, indicando que indivíduos cognitivamente mobilizados à direita são menos ativos em protestos comparados ao público geral. Este resultado refuta nossa hipótese inicial. A explicação possível para esse achado reside no fato de que a mobilização cognitiva tende a ser crítica em relação aos rótulos ideológicos e instituições. No caso da direita, isso reduz o engajamento em protestos, sugerindo uma visão mais crítica e menos mobilizadora dessa ideologia.

Em (H2), verificamos que o engajamento político apresenta um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a participação em protestos. Entretanto, essa variável não interage com a ideologia em nosso modelo, refutando nossa hipótese. Esse dado sugere que o apoio das organizações é mais instrumental do que ideológico, desafiando a tese de que o engajamento em organizações interage com a disponibilidade atitudinal para ações de protesto.

No caso de (H3), o papel do governo no poder mostrou interação apenas com a direita, indicando que a direita tende a ser mais ativa sob governos de esquerda. Para os ativistas de esquerda, não encontramos uma interação significativa, sugerindo que a esquerda protesta independentemente do governo no poder. Este resultado confirma parcialmente nossa hipótese, evidenciando a tendência reativa da direita em relação à esquerda. Argumentamos que esse é nosso principal achado, pois revela que os protestos da direita são genuinamente ideológicos, enquanto os da esquerda são impulsionados por outras agendas, especialmente sociais e econômicas. Essa tendência foi corroborada por estudos de caso, fortalecendo nosso argumento.

Em relação à (H4), o contexto econômico, mensurado pelo PIB per capita, interagiu com a esquerda, demonstrando que cenários de baixo desenvolvimento

favorecem o ativismo de esquerda. O contexto político de democracia efetiva mostrou efeito significativo, mas sem interações com a ideologia. Esses resultados refutam nossa hipótese, indicando que contextos adversos são mais propícios a protestos em países latino-americanos. Esses dados questionam a tese de Eisinger (1973) sobre o efeito curvilíneo do contexto sobre os protestos e sustentam a perspectiva do descontentamento, revelando que o ressentimento é um preditor dos protestos nessa região.

Embora não tenhamos confirmado plenamente nossas hipóteses, verificamos que a variável ideológica obteve efeito estatisticamente significativo em todos os nossos modelos. Assim, argumentamos que a ideologia é um preditor relevante dos protestos, mesmo controlando outros fatores individuais e contextuais. Essa constatação sugere a importância de incluir a variável ideológica em modelos explicativos sobre protestos. Apesar dos desafios de mensuração da variável ideológica, sua inclusão oferece novos insights para compreender as dinâmicas de protestos em países latino-americanos.

Nosso estudo de caso sobre a direita no Brasil ilustra essa dinâmica: observamos que a política de conciliação de classes das gestões petistas influenciou a identificação ideológica, conforme argumenta Singer (2022). No entanto, os ativistas de protesto de direita se organizaram e foram às ruas nesse período, culminando nos grandes atos pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2015 e 2016. Portanto, analisar os protestos sob a ótica dos determinantes ideológicos permite compreender melhor o perfil dos ativistas e as nuances conjunturais que influenciam os protestos de maneira geral.

Bibliografia

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 15-46, 2018.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, p. 325-357, 2014.

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. Penso Editora, 2012.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, 2019.

ALMEIDA, Carla et al. Inovações democráticas e força institucional: os conselhos gestores no Brasil. **Revista Debates**, v. 15, n. 1, p. 64-90, 2021a.

ALMEIDA, Carla; MARTELLI, Carla Giani; COELHO, Rony. Os papéis das instituições participativas na estruturação das políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021b.

ALMEIDA, Frederico. Corrupção, democracia e neoliberalismo nas Américas. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 3, 2022.

ALMEIDA, Paul et al. Movimientos sociales: la estructura de la acción colectiva. Buenos Aires: **Clacso**, 2020.

ALMEIDA, Paul. Mobilizing Democracy. Globalization and Citizen Protest. Baltimore, MD: **Johns Hopkins**, 2014.

ALONSO, Angela. A política das ruas. **Novos Estudos**, v. 37, n. 1, p. 49-58, 2017.

ALVES, José Cláudio Souza. Nos porões do lulismo: a segurança pública como política de extermínio. **O pânico como política: o Brasil no imaginário do Lulismo em crise**, p. 369, 2020.

ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, 2016.

AVRITZER, L. “Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest”. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, nº 1, p. 43-59, abr. 2017.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**, v. 45, p. 135-146, 2002.

BARBIERI, Catarina Helena Cortada et al. Batalha pelo direito ao aborto na América Latina: conceitos-chave sobre um cenário em mudança. **Revista Direito GV**, v. 17, 2021.

BARBOSA, Jefferson. Protestos da direita no Brasil contemporâneo: think tanks, grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia. **Lutas Sociais**, v. 20, n. 36, p. 151-165, 2016.

BARNES, Samuel Henry; KAASE, Max. Political action: Mass participation in five western democracies. (No Title), 1979.

BARROS, Antonio Teixeira de; MARTINS, Lúcio Meireles. Impactos do Parlamento Jovem Brasileiro na imagem pública do Poder Legislativo na visão dos egressos. 2017.

BECERRA CHIRINOS, Boris Jesus. Sindicalismo en América Latina: **Revisión de Literatura**. 2022.

BELLINGER JR, Paul T.; ARCE, Moisés. Protest and democracy in Latin America's market era. **Political Research Quarterly**, v. 64, n. 3, p. 688-704, 2011.

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, v. 23, n. 65, p. 76-87, 2019.

BONIFÁCIO, Robert; FUKS, Mario. Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: diagnóstico e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 27-52, 2017.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, p. 263-288, 2012.

BRACEY, Christopher Alan. Saviours or Sellouts: the promise and peril of Black conservatism, from Booker T. Washington to Condoleezza Rice Boston: **Beacon Press**, 2008.

BRADY, Henry E.; SNIDERMAN, Paul M. Attitude attribution: A group basis for political reasoning. **American Political Science Review**, v. 79, n. 4, p. 1061-1078, 1985.

SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry; VERBA, Sidney. **Unequal and unrepresented: Political inequality and the people's voice in the new gilded age**. Princeton University Press, 2018.

BRANDT, Mark J.; SLEEGERS, Willem WA. Evaluating belief system networks as a theory of political belief system dynamics. **Personality and Social Psychology Review**, v. 25, n. 2, p. 159-185, 2021.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & antropologia**, v. 2, p. 43-67, 2012.

BRYAN, Mark L.; JENKINS, Stephen P. Regression analysis of country effects using multilevel data: A cautionary tale. 2013.

CANTU, Rodrigo. Depois das reformas: os regimes de proteção social latino-americanos na década de 2000. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, p. 45-73, 2015.

CAVALCANTI, Ricardo Caldas. As dinâmicas da violência urbana na América Latina. Século XXI: **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 2, p. 226-251, 2017.

Clark, David; Regan, Patrick, 2016, "Mass Mobilization Protest Data", <https://doi.org/10.7910/DVN/HTTWYL>, **Harvard Dataverse**, V5.

CONOVER, Pamela Johnston; FELDMAN, Stanley. The origins and meaning of liberal/conservative self-identifications. In: Political Psychology. **Psychology Press**, 2004. p. 200-216.

CONVERSE, Philip E. The nature of belief systems in mass publics (1964). Critical review, v. 18, n. 1-3, p. 1-74, [1964] 2006.

COPPEDGE, Michael, John Gerring, Carl Henrik Knutsen, Staffan I. Lindberg, Svend Erik Skaaning, Jan Teorell, Susanna Burmeister, Lisa Gastaldi, Ana Good God, Sandra Grahn, Melina Liethmann, Natalia Natsika, Josefina Pernes, Oskar Ryd'en, Johannes von Römer, and Maria Verkhovtseva. 2023." V-Dem Organization and Management v13" Varieties of Democracy (V-Dem) Project. V-Dem and the V-Dem Institute gratefully acknowledges our funders' support over the years. To learn more about our funders, please visit: <https://v-dem.net/about/funders>.

COSTA, Henrique. Fugindo pra frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo. **UNISINOS**, ano 15, nº 261, vol. 15, 2017.

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação & Sociedade**, v. 37, p. 17-33, 2016.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina/The production on social movements in Brazil in The Latin America context. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 79, 2014.

DA ROCHA, Daniel Leonel. Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes. **Sociologias Plurais**, v. 6, n. 1, 2020.

DALTON, Russell J. Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies. **The Journal of Politics**, v. 46, n. 1, p. 264-284, 1984.

DALTON, Russell J.; FLANAGAN, Scott E. Electoral change in advanced industrial democracies. In: **Electoral change in advanced industrial democracies**. Princeton University Press, 2017.

DALTON, Russell; VAN SICKLE, Alix; WELDON, Steven. The individual–institutional nexus of protest behaviour. **British journal of political science**, v. 40, n. 1, p. 51-73, 2010.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. J. Olympio, 1936.

DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento et al. A Educação Superior no limiar do governo Lula da Silva (2003-2010): políticas públicas educacionais nos marcos da reforma universitária. **Em Debate**, n. 15, p. 69-82, 2016.

DOS SANTOS, F. Do lulismo a Bolsonaro: agonia da Nova República no Brasil. **Boletín Oñateaiken**, n. 26, p. 1-16, 2018.

DOWNEY, Gary L. Ideology and the clamshell identity: Organizational dilemmas in the anti-nuclear power movement. **Social Problems**, v. 33, n. 5, p. 357-373, 1986.

DRUCK, Graça; BASUALDO, Victoria; DROPPA, Alisson. AS METAMORFOSES DA TERCEIRIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: uma abordagem interdisciplinar sobre os conceitos, a partir de distintas realidades empíricas. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021027, 2021.

DURKHEIM, Émile. **O Socialismo**. Tradução de Sandra Guimarães. São Paulo: Edipro, 2016

ECHEGARAY, Fabian. Atitudes da classe trabalhadora e democracia no Brasil. **Opinião Pública**, v. 4, n. 1, p. 34-64, 1996.

EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. **American political science review**, v. 67, n. 1, p. 11-28, 1973.

FARIA, Ana Lúcia B.; CHAIA, Vera. Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia neoliberal na América Latina e no Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 22, p. 1059-1080, 2020.

FEDERICO, Christopher; MALKA, Ariel. Ideology: The psychological and social foundations of belief systems. 2021.

FERREE, Myra Marx; MILLER, Frederick D. Mobilization and meaning: Toward an integration of social psychological and resource perspectives on social movements. **Sociological Inquiry**, v. 55, n. 1, p. 38-61, 1985.

FONTAINHA, Fernando; RODRIGUES, Paulo; FERNANDES, Pedro de Araujo. A Reforma Trabalhista de 2017 e seus efeitos: análise do fluxo processual do TRT1. **Opinião Pública**, v. 27, p. 797-821, 2022.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Esquerda e direita: fontes nacionais para a História social. **Métis: história & cultura**, v. 3, n. 5, 2004.

FREIRE, André; KIVISTIK, Kats. Mapping and explaining the use of the left-right divide. **Brazilian Political Science Review**, v. 7, p. 61-89, 2013.

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, v. 18, p. 88-108, 2012.

FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 145-178, 2011.

FUKS, Mario. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, v. 20, p. 425-449, 2014.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 26, p. 401-430, 2021.

GAMSON, William A. Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience. 1975.

GAMSON, William A.; FIREMAN, Bruce; RYTINA, Steven. Encounters with unjust authority. **Dorsey Press**, 1982.

GARSON, G. David et al. Fundamentals of hierarchical linear and multilevel modeling. Hierarchical linear modeling: Guide and applications, p. 3-25, 2013.

GAXIE, Daniel. Retribuciones de la militancia y paradojas de la acción colectiva. Intersticios. **Revista sociológica de pensamiento crítico**, v. 9, n. 2, 2015.

GELMAN, Andrew. Multilevel (hierarchical) modeling: what it can and cannot do. **Technometrics**, v. 48, n. 3, p. 432-435, 2006.

GERBING, David W.; HAMILTON, Janet G. Viability of exploratory factor analysis as a precursor to confirmatory factor analysis. **Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal**, v. 3, n. 1, p. 62-72, 1996.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, v. 27, p. 431-441, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, p. 439-455, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Pluralidade da representação na América Latina. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 73-90, 2014.

GOLDSTONE, Jack Andrew; TILLY, Charles. Threat (and opportunity): Popular action and state response in the dynamics of contentious action. In: Silence and voice in the study of contentious politics. 2001. p. 179.

GONÇALVES, Guilherme Quaresma; CASALECCHI, Gabriel Ávila. O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 15, n. 24, p. 71-103, 2013.

GUERREIRO, Isadora de Andrade; ROLNIK, Raquel; MARÍN-TORO, Adriana. Gestão neoliberal da precariedade: o aluguel residencial como nova fronteira de financeirização da moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 24, p. 451-476, 2022.

GURR, Ted. A Causal Model of Civil Strife: A Comparative Analysis Using New Indices. **American political science review**, v. 62, n. 4, p. 1104-1124, 1968. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511803987>.

HAERPFER, C., Inglehart, R., Moreno, A., Welzel, C., Kizilova, K., Diez-Medrano J., M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (eds.). 2022. World Values Survey Trend File (1981-2022) Cross-National Data-Set. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WVS Secretariat. Data File Version 2.0.0, doi:10.14281/18241.23.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric John. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Paz e terra, 2000.

HUBER, John D. Values and partisanship in left-right orientations: Measuring ideology. **European Journal of Political Research**, v. 17, n. 5, p. 599-621, 1989.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 238-248, 2011.

INGLEHART, Ronald. 2. the changing structure of political cleavages in western society. In: Electoral change in advanced industrial democracies. **Princeton University Press**, 2017. p. 25-69.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: Intergenerational change in post-industrial societies. **The American political science review**, p. 991-1017, 1971.

INGLEHART, Ronald; CATTERBERG, Gabriela. Trends in political action: The developmental trend and the post-honeymoon decline. **International Journal of comparative Sociology**, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

IZUMI, Mauricio Yoshida. Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. **Opinião Pública**, v. 25, p. 29-62, 2019.

JENKINS, J. Craig. Resource mobilization theory and the study of social movements. **Annual review of sociology**, p. 527-553, 1983.

JENKINS, J. Craig; JACOBS, David; AGNONE, Jon. Political opportunities and African-American protest, 1948–1997. **American Journal of Sociology**, v. 109, n. 2, p. 277-303, 2003.

JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. (Ed.). *Frames of protest: Social movements and the framing perspective*. Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

JOST, John T.; FEDERICO, Christopher M.; NAPIER, Jaime L. Political ideology: Its structure, functions, and elective affinities. **Annual review of psychology**, v. 60, p. 307-337, 2009.

JOST, John T.; KRUGLANSKI, Arie W.; SIMON, Linda. Effects of epistemic motivation on conservatism, intolerance, and other system-justifying attitudes. In: *Shared cognition in organizations*. Psychology Press, 2013. p. 91-116.

JOU, Willy; DALTON, Russell J. Left-right orientations and voting behavior. In: *Oxford research encyclopedia of politics*. 2017.

KITSCHELT, Herbert P. Political opportunity structures and political protest: Anti-nuclear movements in four democracies. **British journal of political science**, v. 16, n. 1, p. 57-85, 1986.

KITSCHELT, Herbert P. Political opportunity structures and political protest: Anti-nuclear movements in four democracies. **British journal of political science**, p. 57-85, 1986.

KLANDERMANS, Bert. Mobilization and participation: Social-psychological expansions of resource mobilization theory. **American sociological review**, p. 583-600, 1984.

KLEIN, Graig R.; REGAN, Patrick M. Dynamics of political protests. *International Organization*, v. 72, n. 2, p. 485-521, 2018.

KNUTSEN, Oddbjørn. Regions, social structure and value orientations: a comparative study of 15 West European countries. **European Political Science Review**, v. 1, n. 3, p. 401-434, 2009.

KNUTSEN, Oddbjørn. The partisan and the value-based component of left-right self-placement: A comparative study. *International Political Science Review*, v. 18, n. 2, p. 191-225, 1997.

KOSTELKA, Filip; ROVNY, Jan. It's not the left: Ideology and protest participation in old and new democracies. **Comparative Political Studies**, v. 52, n. 11, p. 1677-1712, 2019.

KRIESI, Hanspeter et al. New social movements and political opportunities in Western Europe. **European journal of political research**, v. 22, n. 2, p. 219-244, 1992.

KROH, Martin. Measuring left-right political orientation: The choice of response format. **Public Opinion Quarterly**, v. 71, n. 2, p. 204-220, 2007.

KROSCH, Amy R. et al. On the ideology of hypodescent: Political conservatism predicts categorization of racially ambiguous faces as Black. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 49, n. 6, p. 1196-1203, 2013.

KURER, Thomas et al. Economic grievances and political protest. **European Journal of Political Research**, v. 58, n. 3, p. 866-892, 2019.

LAFFERTY, William M.; KNUTSEN, Oddbjørn. Leftist and rightist ideology in a social democratic state: an analysis of Norway in the midst of the conservative resurgence. **British Journal of Political Science**, v. 14, n. 3, p. 345-367, 1984.

LAVRINENKO, Olga. Exploring protest in Europe with a multi-level cross-national test of the structural cognitive model. **International Journal of Sociology**, v. 51, n. 4, p. 321-335, 2021.

LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy. **American political science review**, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

LIPSKY, Michael. Protest as a political resource. **American political science review**, v. 62, n. 4, p. 1144-1158, 1968.

LOPES, Thiago Henrique Carneiro Rios; ESPERIDIÃO, Fernanda; CASTRO, Miguel Angel Rivera. A Teoria da Modernização aplica-se à América Latina? Um estudo do século XIX ao XXI. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2020.

MAAS, Cora JM; HOX, Joop J. Sufficient sample sizes for multilevel modeling. **Methodology**, v. 1, n. 3, p. 86-92, 2005.

MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideas**, 2018.

MACKINNON, David P.; KRULL, Jennifer L.; LOCKWOOD, Chondra M. Equivalence of the mediation, confounding and suppression effect. **Prevention science**, v. 1, p. 173-181, 2000.

MAIR, Peter. Political opposition and the European Union 1. **Government and opposition**, v. 42, n. 1, p. 1-17, 2007.

MALKA, Ariel; LELKES, Yphtach; SOTO, Christopher J. Are cultural and economic conservatism positively correlated? A large-scale cross-national test. **British Journal of Political Science**, v. 49, n. 3, p. 1045-1069, 2019.

MARTÍN, Portos. Grievances and public protests: Political mobilisation in Spain in the age of austerity. 2020.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira de. Influências do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 139-189, 2018.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Boitempo Editorial, 2015.
- McAdam, D., 1986. Recruitment to High-Risk Activism: The Case of Freedom Summer. *American Journal of Sociology*, 1986, 64–90.
- MCADAM, Doug. Tactical innovation and the pace of insurgency. *American Sociological Review*, p. 735-754, 1983.
- MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Movimientos sociales, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. *Ediciones AKAL*, 1999.
- MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer. Comparative Perspectives on Social Movements Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings. *Cambridge Studies in Comparative Politics*, 1996.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Comparative perspectives on contentious politics. *Comparative politics: Rationality, culture, and structure*, p. 260-90, 2009.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 11-48, 2009.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. *American journal of sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. The trend of social movements in America: Professionalization and resource mobilization. 1973.
- MCCARTHY, John D; WOLFSON, M. Resource Mobilization by Local Social Movement Organizations: Agency, Strategy, and Organizations in the Movement against Drinking and Driving. *American Sociological Review*, 61, 1996.
- MEDICI, André. Financiamento público e privado em saúde na América latina e Caribe: uma breve análise dos anos noventa. 2005.
- MENEGAT, Marildo. Violência e Barbárie: um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo. *Argumentum*, v. 11, n. 2, p. 7-16, 2019.
- MESSENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, p. 621-648, 2017.
- MEYER, David S. Protest and political opportunities. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 30, p. 125-145, 2004.
- MEYER, David S.; MINKOFF, Debra C. Conceptualizing political opportunity. *Social forces*, v. 82, n. 4, p. 1457-1492, 2004.
- MILANEZ, bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?. Seminário Temático 39:

Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais. **37º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia/SP, 2013.

MOISÉS, José Álvaro. A corrupção afeta a qualidade da democracia. Debate: **Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**: ano, v. 2, 2010.

MOTA, William Pessoa. O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 213-233, 2019.

NIE, N. H.; ANDERSEN, K. "Mass belief systems revisited: political change and attitude structure". **The Journal of Politics**, Atlanta, vol. 36, nº 3, p. 540-591, ago. 1974.

NORRIS, Pippa. Political activism: New challenges, new opportunities. **The Oxford handbook of comparative politics**, p. 628-652, 2007.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald F. Understanding Brexit: Cultural resentment versus economic grievances. **Paper for presentation at the Panel on 'Populism in Advanced Capitalist Democracies', Thursday**, v. 30, p. 4.00-5.30, 2018.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Individual Conditioning Factors of Political Protest in Latin America: Effects of Values, Grievance and Resources. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, 2020.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Mudança de valores em países latino-americanos: comparando os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 7-48, 2017.

OLIVEIRA, Vianna; JOSÉ, Francisco. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. 1, 1973.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. Edusp, 2015 [1965].

OPP, Karl-Dieter. Grievances and participation in social movements. **American sociological review**, p. 853-864, 1988.

OPP, Karl-Dieter. **Theories of political protest and social movements: A multidisciplinary introduction, critique, and synthesis**. Routledge, 2009.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, 2016.

PAIVA, Daniela. Ermínia Maricato, David Harvey, Slavoj Žižek y Mike Davis. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. 112 pp. ISBN: 9788575593417. **América Latina Hoy**, v. 68, p. 177-179, 2014.

PEREIRA, Frederico Batista. Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas. **Opinião Pública**, v. 19, p. 291-319, 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; TEIXEIRA, Marco Antonio. Movimentos sociais e trabalho rural frente às transformações político-econômicas e sociais na América Latina do século XXI. **Caderno crh**, v. 34, p. e021001, 2021.

PORTOS, Martín; MASULLO, Juan. Voicing Outrage Unevenly: Democratic Dissatisfaction, Nonparticipation, and Participation Frequency in the 15-M Campaign. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 22, n. 2, p. 201-222, 2017.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, v. 11, p. 64-93, 2005.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, p. 486-522, 2018.

RAICHELIS, Raquel. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. Entrevista especial com Rodrigo Castelo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 119, p. 583-591, 2014.

RENNÓ, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia e Política**, p. 71-82, 2003.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. **Participação Política na América Latina**. Eduem, 2015.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Plural**, v. 25, n. 1, p. 45-62, 2018.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, p. e20190076, 2019.

ROSSI, Federico M.; VON BÜLOW, Marisa. Introduction: Theory-building beyond borders. In: *Social Movement Dynamics*. Routledge, 2016. p. 1-12.

ROTHSTEIN, Bo. Social capital in the social democratic welfare state. *Politics & Society*, v. 29, n. 2, p. 207-241, 2001.

SABUCEDO, José Manuel; VILAS, Xiana. A ira e as emoções positivas no protesto político. **Revista Psicología Política**, v. 19, n. 45, p. 370-381, 2019.

SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública**, v. 19, p. 380-402, 2013.

SEGRILLO, Angelo. The left-right confusion in the post-Berlin Wall world: an analysis and a hypothesis. **DADOS: Revista de Ciencias Sociais**, v. 47, n. 3, p. 615, 2004.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 19, p. 171-197, 2018.

SHUMAN, Eric et al. When Are Social Protests Effective?. *Trends in Cognitive Sciences*, 2023.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. A perda do protagonismo histórico do trabalho e as favelas. *Cadernos Metrópole*, v. 21, p. 21-28, 2019.

Silva, M. K.; Araujo, G. O; Pereira, M. M. Análise de eventos de protesto no estudo dos repertórios associativos. In: Robertt, P., et al. (orgs.). *Metodologia em ciências sociais hoje: práticas, abordagens e experiências de investigação*. Jundiaí: Paco Editorial, p. 311-330, 2016.

SIMMONS, Erica. Grievances do matter in mobilization. *Theory and Society*, v. 43, n. 5, p. 513-546, 2014.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, v. 27, p. 705-729, 2022.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, p. 23-40, 2013.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos CEBRAP**, p. 83-102, 2009.

SNOW, David A. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American sociological review*, p. 464-481, 1986.

SNOW, David A. et al. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International social movement research*, v. 1, n. 1, p. 197-217, 1988.

SNOW, David A. Framing processes, ideology, and discursive fields. *The Blackwell companion to social movements*, p. 380-412, 2004.

SPOHR, Alexandre Piffero et al. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, p. 417-441, 2016.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e política*, v. 21, p. 149-165, 2013.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil/1984, 1992 and 2013. On protest cycles and democracy in Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 35, 2014.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, p. 87-116, 2018.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, p. 63-96, 2019.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

TURNER, Ralph H. The public perception of protest. **American sociological review**, p. 815-831, 1969.

VAN STEKELENBURG, Jacquelin; KLANDERMANS, Bert. The social psychology of protest. **Current Sociology**, v. 61, n. 5-6, p. 886-905, 2013.

VAN TROOST, Dunya; KLANDERMANS, Bert; VAN STEKELENBURG, Jacquelin. Friends in High Places: Anger and Frustration among Protesters When Their Political Allies Fail Them. **Humanity & Society**, v. 42, n. 4, p. 455-479, 2018.

VESTERGREN, Sara; DRURY, John; CHIRIAC, Eva Hammar. The biographical consequences of protest and activism: A systematic review and a new typology. **Social Movement Studies**, v. 16, n. 2, p. 203-221, 2017.

WALSH, Edward J. Resource mobilization and citizen protest in communities around Three Mile Island. **Social Problems**, v. 29, n. 1, p. 1-21, 1981.

WALTER, Alice Vila Nova P.; RIBEIRO, Ednaldo. Ativismo Religioso e Ativismo Político: O Papel das Instituições Religiosas no Comportamento Político dos Brasileiros e Latino-Americanos. **1º Seminário Internacional de Ciência Política**, 2015.

WASSERMAN, Claudia. OUTUBRO REBELDE: eleições e protestos na América Latina. Revista Eletrônica da ANPHLAC, v. 20, n. 28, p. 402-419, 2020.

WEBER, Max. "O Socialismo". In: Max Weber. **Escritos Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

WELZEL, Christian. **Freedom rising**. Cambridge University Press, 2013.

PEREIRA, Adelyne Maria Mendes et al. Atenção primária à saúde na América do Sul em perspectiva comparada: mudanças e tendências. **Saúde em Debate**, v. 36, p. 482-499, 2012.

CABRAL, Manuel Villaverde. Cidadania, participação social e mobilização política. **Cadernos Metrópole**, v. 20, p. 865-877, 2018.